



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

REBECA FERNANDA DA SILVA MARTINS

**OLINDA PARA QUEM? O PROCESSO DE TOMBAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO
DA CIDADE DE OLINDA (1968-1980)**

RECIFE

2019

REBECA FERNANDA DA SILVA MARTINS

OLINDA PARA QUEM? O PROCESSO DE TOMBAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO
DA CIDADE DE OLINDA (1968-1980)

Dissertação apresentada à Universidade Federal Rural de Pernambuco como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em História, para obtenção do título de Mestre em História. Orientador: Profº Drº Ricardo de Aguiar Pacheco.

RECIFE
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- M386o Martins, Rebeca Fernanda da Silva
Olinda para quem? O processo de tombamento do sítio histórico da cidade de Olinda (1968-1980) /
Rebeca Fernanda da Silva Martins. - 2019.
155 f. : il.
- Orientador: Ricardo de Aguiar Pacheco.
Inclui referências, apêndice(s) e anexo(s).
- Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em
História, Recife, 2020.
1. Olinda. 2. Patrimônio Histórico. 3. IPHAN. 4. Tombamento. I. Pacheco, Ricardo de Aguiar, orient. II.
Título

CDD 981



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**OLINDA PARA QUEM? O PROCESSO DE TOMBAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO
DA CIDADE DE OLINDA (1968-1980)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

REBECA FERNANDA DA SILVA MARTINS

APROVADA EM 05 / 12 / 19

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ricardo de Aguiar Pacheco – Programa de Pós-Graduação em História – UFRPE

Prof^a. Dr^a. Emanuela Souza Ribeiro – Programa de Pós-Graduação em História – UFRPE

Prof^a. Dr. Bruno Melo de Araújo – Departamento de Antropologia e Museologia – UFPE

Ao meu amado pai Fernando (*in memoriam*), minha maior inspiração e motivo para encerrar esta etapa. Homem simples, fiel a Deus, trabalhador desta universidade. Única memória capaz de se sobrepor a qualquer dor. Sou muito grata a ele por tudo. Presente agora e pra sempre!

AGRADECIMENTOS

Lembro-me desde que me entendo por gente das idas à Olinda com meus pais e irmãos para visitar minha tia-avó Ursulina (como gosto de chamar, tia Cuca). Encontros praticamente mensais, tornando as paisagens do Varadouro, dos Milagres, Peixinhos, Carmo, Amparo, da Sé, entre outras, muito nítidas nas minhas memórias. Lembro também da minha primeira visita ao sítio histórico com meu pai numa dessas visitas à tia Cuca, o deslumbre com a beleza do casario e com a paisagem da cidade e a vista do Recife ficaram estampadas tanto na minha quanto na memória dele, que em tantas idas a Olinda, nunca tinha subido o morro antigo.

Quando nasci, meu pai Fernando tinha acabado de entrar como funcionário da UFRPE, um dos lugares que ele mais amou em vida e que tinha muito orgulho de pertencer. Sempre fez parte da minha rotina seus assuntos sobre o horto Dois Irmãos, mangueiras, jaqueiras, búfalos, sindicato, pau-brasil, nossas idas ao campo em dias de festas, as nossas visitas ao CEGOE, LAFEPE, a UFRPE fizeram parte da minha vida e da minha memória. Não é à toa que ingressei na graduação na instituição em 2011, e curiosamente, encontrei meu grande amigo, companheiro, e braço direito lá, meu esposo Jonathan.

Nem eu meus mais remotos sonhos eu imaginaria estar juntando duas das minhas maiores lembranças em um só trabalho. Aqui tem ciência, tem história, mas também tem memórias de uma vida inteira, talvez por isso tenha doído ainda mais gerar essa cria. Consegui. Construir a dissertação sobre o patrimônio do sítio histórico de Olinda ao longo desses pouco mais que dois anos e defendê-la na Universidade Federal Rural de Pernambuco só foram possíveis por conta de lugares acolhedores e pessoas dispostas que cruzaram meu caminho e não poderia deixar de mencionar, sem eles, esse trabalho nem existiria:

Deus, meu pai bondoso, de onde me vieram as motivações para realizar as preces em silêncio para que eu conseguisse dia após dia realizar as pequenas vitórias;

Meus pais Fernando e Laura, que me ensinaram valores que academia alguma pode ensinar. Partes desse trabalho foram construídas em hospitais, em sessões de quimioterapia do meu pai e em diversas madrugadas (e manhãs, tardes e noites), mas só ouvia apoio, admiração e incentivo vindo deles. Nada será suficiente pra agradecê-los como merecem.

A Rosângela por seu apoio e compreensão, pois sabe de todos os sacrifícios necessários que a academia impõe ao mesmo tempo em que enfrentamos juntas as maiores batalhas existentes em nossa casa. Amo você, irmã!

Jonathan, meu grande amigo e amor, que, sobretudo no último ano, gosto de brincar que não foi só meu braço direito, mas o esquerdo, minhas mãos, pernas e pés, quando eu nem conseguia mais caminhar. Obrigada por tudo!

O carinho, cuidado e zelo que me ensinaram tanto vindos do meu orientador Ricardo Pacheco. Ele continuou apoiando, acreditando na pesquisa, brando nas palavras, mesmo quando eu mesma achava que não conseguiria mais dar conta. Após esses anos entre a graduação e a pós, posso dizer que esse é um dos professores mais compreensíveis do mundo. Meus sinceros agradecimentos, por tudo mesmo.

Na UFRPE encontrei pessoas que me levaram a muito aprendizado no grupo do LEPAM, colegas que compartilhavam suas histórias, angústias e resoluções para as pesquisas. Menciono com muito carinho a amizade e auxílio em toda a trajetória os meus colegas Fred, Jorge, Karina, Humberto, Erivânia, Wilson e Samara. E também outros colegas que tornaram o curso mais leve, responsáveis pelo riso, desabafo, apoio, força e companheirismo nas aulas e nas pesquisas: Felipe, Glauber, Mirella, Angélica, Gabi, Kennedy, Luan e Eraldo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Estamos juntos!

- E esqueceste Pernambuco, distraída?

Não, a cotovia em suas voanças (existirá a palavra? fica existindo), pousara no Cais da Rua da Aurora, lugar dileto do bardo. Assim também, ao ver a DPHAN colocar sob sua especial proteção conjuntos urbanos tradicionais, como Ouro Preto, Diamantina e outros, em Minas, Parati no Estado do Rio, Pilar em Goiás, Alcântara no Maranhão, seria o caso de inquirir-lhe: “E esqueceste a velha Olinda, distraída?” Não houve esquecimento.

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE.

(Correio da Manhã, 24/04/1968)

RESUMO

O tombamento do sítio histórico de Olinda realizado pela DPHAN (1968), a elevação a Cidade-Monumento e o reconhecimento mundial como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO (1982), conferiu ao Sítio Histórico de Olinda a entrada no rol de centros urbanos históricos patrimonializados mundialmente. Em Olinda, esse processo de patrimonialização foi elaborado em meio à diversos impasses urbanos, políticos e sociais. Dentre os quais, podemos destacar o crescimento do tecido urbano da cidade ao longo dos séculos e o advento da industrialização, que foram acompanhadas de problemáticas tanto em relação à gestão do município, quanto em relação às causas naturais agravadas pela ocupação irregular do solo pela população local no início do século XX. Com o crescimento da zona portuária do Recife, alargamentos de ruas, aterros, construção de estradas, crescimento do uso de novas máquinas e transportes, Olinda com seu casario e arruamentos antigos, antes aparentemente intocáveis, parecia cada vez mais prestes a ter modificadas suas características coloniais. Visando interromper o ciclo iminente de desaparecimento destas características do Sítio Histórico de Olinda é que a DPHAN e diversos intelectuais e políticos agem em favor do tombamento do núcleo, fato mais evidente a partir dos anos 1960, com a transição de presidência da DPHAN e a instituição do Regime Militar no Brasil. É a partir desses aspectos que é analisado, no trabalho, quatro períodos no processo de patrimonialização do Sítio Histórico de Olinda: 1 – os tombamentos de monumentos isolados; 2 – o tombamento do Sítio Histórico; 3 – a ampliação do polígono de tombamento; e 4 – transformação de Olinda em Cidade Monumento. A pesquisa objetiva, portanto, identificar os significados atribuídos ao Sítio Histórico de Olinda nesse processo, através da definição da importância que a política cultural, a memória social e a identidade histórica local tiveram, dentro e fora das instituições, a partir da análise dos interesses envolvidos no tombamento.

Palavras-chave: Olinda; Patrimônio Histórico; IPHAN; Tombamento.

ABSTRACT

The listing of the historic site of Olinda carried out by DPHAN (1968), the elevation to a Monument City and the worldwide recognition as a World Heritage Site by UNESCO (1982), gave the Historic Site of Olinda a place on the list of historic urban centers that are world-renowned. In Olinda, this patrimonialization process was elaborated amidst several urban, political and social impasses. Among which, we can highlight the growth of the urban fabric of the city over the centuries and the advent of industrialization, which were accompanied by problems both in relation to the management of the municipality, and in relation to the natural causes aggravated by the irregular occupation of the soil by the population, early 20th century. With the growth of the port area of Recife, widening of streets, landfills, construction of roads, growth in the use of new machines and transport, Olinda with its old houses and streets, previously apparently untouchable, seemed increasingly ready to have its colonial characteristics modified. Aiming to interrupt the imminent cycle of disappearance of these characteristics of the Historic Site of Olinda, DPHAN and several intellectuals and politicians act in favor of the overthrow of the nucleus, a fact more evident since the 1960s, with the transition of the presidency of DPHAN and the institution of the Military Regime in Brazil. It is from these aspects that four periods in the process of patrimonialization of the Historic Site of Olinda are analyzed at work: 1 - the preservation of isolated monuments; 2 - the listing of the Historic Site; 3 - the extension of the preservation polygon; and 4 - transformation of Olinda into a Monument City. The research aims, therefore, to identify the meanings attributed to the Historic Site of Olinda in this process, by defining the importance that cultural policy, social memory and local historical identity had, inside and outside institutions, from the analysis of interests involved in the preservation.

Keywords: Olinda; Historical Preservation; IPHAN; List Heritage.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 - Olinda..... | 28 |
| Figura 2 - Planta executada a mando do Coronel Arthur Lundgren, 1915, e modificada em 1924 | 52 |
| Figura 3 - Trilhos do Bonde, em Olinda..... | 59 |
| Figura 4 - Av. Sigismundo Gonçalves | 54 |
| Figura 5 - Igreja e Convento do Carmo em Olinda no início do século XX | 56 |
| Figura 6 - Lanços de casas da rua do Amparo com moradores, 1967 | 57 |
| Figura 7 - Avanço do Mar em Olinda, 1967 | 58 |
| Figura 8 - Ladeira da Misericórdia, Arquivo Digital IPHAN, 1976 | 60 |
| Figura 9 - Fachada da sede da FUNDARPE à Rua da Aurora, no bairro da Boa Vista, no Recife | 75 |
| Figura 10 - Território Municipal de Olinda | 87 |
| Figura 11 - Vista aérea do Alto da Sé | 88 |
| Figura 12 - Edifício com muxarabi à Praça João Alfredo, nº 7 | 90 |
| Figura 13 - Fachada da casa na Rua Treze de Maio, Aljube, 1951 | 92 |
| Figura 14 - Lanços de casas da rua do Amparo, desde a esquina da rua Prudente de Moraes até a praça fronteira à Igreja de São João Batista, 1967 | 100 |
| Figura 15 - Avanço do Mar na Praia dos Milagres, 1967 | 108 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 – Crescimento Demográfico da Cidade de Olinda, Recife e Brasil (1950-1970) | 57 |
| Quadro 2 – Bens tombados em Olinda no ano de 1938 | 89 |
| Quadro 3 – Bens Tombados em Olinda na década de 1960 | 91 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|---|
| AHD | <i>Authorized Heritage Discourse</i> /Discurso do Patrimônio Autorizado |
| AI | Ato Institucional |
| ALEPE | Assembleia Legislativa de Pernambuco |
| APL | Academia Pernambucana de Letras |
| ARENA | Aliança Renovadora Nacional |
| BANDEPE | Banco do Estado de Pernambuco |
| BID | Banco Interamericano de Desenvolvimento |
| BNDE | Banco Nacional do Desenvolvimento |
| CEC | Conselho Estadual de Cultura |
| CEGOE | Centro de Ensino e Graduação |
| CF | Constituição Federal |
| CFC | Conselho Federal de Cultura |
| CNRC | Centro Nacional de Referência Cultural |
| CSN | Companhia Siderúrgica Nacional |
| DAC | Departamento de Assuntos Culturais |
| DASP | Departamento de Administração do Serviço Público |
| DPHAN | Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| DUO | Departamento Universitário de Olinda |
| ESG | Escola Superior de Guerra |
| FIDEM | Fundação de Desenvolvimento Municipal |
| FUNDAJ | Fundação Joaquim Nabuco |
| FUNDARPE | Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco |
| FUNESO | Fundação Universitária de Olinda |
| IAB | Instituto de Arquitetos do Brasil |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| ICCROM | Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais |
| ICOMOS | Conselho Internacional de Monumentos e Sítios |
| IPHAN | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| JK | Juscelino Kubitschek |

| | |
|-----------|--|
| LAFEPE | Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes |
| LEPAM | Laboratório de Estudos e Intervenções em Patrimônio Cultural e Memória Social |
| MDB | Movimento Democrático Brasileiro |
| MEC | Ministério da Educação e Cultura |
| MES | Ministério da Educação e Saúde |
| OEA | Organização dos Estados Americanos |
| PCH | Programa das Cidades Históricas do Nordeste |
| PDI | Planos de Desenvolvimento Integrados |
| PDLI | Plano de Desenvolvimento Local Integrado |
| Petrobras | Empresa de Petróleo Brasileiro S/A |
| SECTUA | Secretaria de Transportes e Controle Urbano |
| SEPAC | Secretaria do Patrimônio e Cultura |
| SERFHAU | Serviço Federal de Habitação e Urbanismo |
| SHO | Sítio Histórico de Olinda |
| SPHAN | Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| SPHAN | Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| SUDENE | Superintendência de Desenvolvimento da Região Nordeste |
| UFPE | Universidade Federal de Pernambuco |
| UFRPE | Universidade Federal Rural de Pernambuco |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 16 |
| 1 O PATRIMÔNIO COMO ELEMENTO SIMBÓLICO | 22 |
| 1.1. PATRIMÔNIO, IDENTIDADE E MEMÓRIA: AS PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO NO OCIDENTE | 23 |
| 1.2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO EM CIDADES HISTÓRICAS | 37 |
| 1.3. A INTERVENÇÃO DA UNESCO NAS POLÍTICAS CULTURAIS DA DPHAN..... | 43 |
| 2 ESTRATÉGIAS DA DPHAN PARA OS SÍTIOS HISTÓRICOS (1960-1970) | 60 |
| 2.1. POLÍTICA E CULTURA NA ERA VARGAS | 61 |
| 2.2. INTEGRAÇÃO DA POLÍTICA CULTURAL NO GOVERNO MILITAR..... | 67 |
| 2.3. A MISSÃO UNESCO EM PERNAMBUCO | 77 |
| 3 A PATRIMONIALIZAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA..... | 88 |
| 3.1. A PRESERVAÇÃO DOS BENS ISOLADOS (1938) | 89 |
| 3.2. O TOMBAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA (1968)..... | 93 |
| 3.3. AMPLIAÇÃO DO POLÍGONO DE TOMBAMENTO (1979)..... | 101 |
| 3.4. OLINDA MONUMENTO NACIONAL (1980)..... | 111 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 125 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 133 |
| APÊNDICE A – DIVISÃO DOS SETORES DA ÁREA HISTÓRICA DE OLINDA NA LEGISLAÇÃO BÁSICA URBANÍSTICA DO MUNICÍPIO | 143 |
| ANEXO A – ÁREAS HISTÓRICAS E ARRUAMENTOS DA PROPOSTA DE TOMBAMENTO (1966) | 144 |
| ANEXO B – NOTIFICAÇÃO 1004, 21 DE MARÇO DE 1968 | 145 |
| ANEXO C – INSCRIÇÃO NOS LIVROS DO TOMBO 1, 2 E 3 DO IPHAN | 147 |
| ANEXO D – TELLES SOBRE O PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO | 148 |

| | |
|--|------------|
| ANEXO E – COMUNICADO DE AYRTON CARVALHO A RENATO SOEIRO SOBRE MATÉRIA DO DIÁRIO DE PERNAMBUCO | 149 |
| ANEXO F – COMUNICAÇÃO DE SOEIRO AO MINISTRO JARBAS PASSARINHO REFERENTE À ATUAÇÃO DE DUARTE | 150 |
| ANEXO G – PROPOSIÇÃO DE EXTENSÃO DO TOMBAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA (1975) | 153 |
| ANEXO H – PROJETO DE LEI PARA EMANCIPAÇÃO CULTURAL DE OLINDA | 154 |

INTRODUÇÃO

Olinda, primeira capital de Pernambuco e atualmente um município da Região Metropolitana do Recife, possui cerca de 41.681 km² de território e 390.771 mil habitantes, de acordo com o último censo demográfico do IBGE (2017). Típica cidade colonial portuguesa com traçado urbano irregular que era formado conforme a ocupação, o território onde hoje se situa Olinda à época do regime das Capitânicas Hereditárias (século XVI) pertencia ao Donatário Duarte Coelho, que tomou posse das terras em março de 1535.

Em meio a colinas e montes, povoada por uma aldeia indígena denominada Marim, dos índios Caetés e Tabajaras, que mutuamente se guerreavam, o território parecia estar em situação estratégica contra possíveis ataques, sobre montanhas e montes, com vista panorâmica de toda a terra ao redor, do rio e do mar. Após os índios oferecerem resistência ao invasor, os índios foram vencidos, dando início à ocupação portuguesa no local. O povoado cresceu tanto que dois anos depois, por alvará do rei D. João III, já estava elevada à categoria de vila e freguesia. (CONDEPE/FIDEM, 2006)

O terreno em que se encontrava era composto de imensos alagados e sobretudo intransitáveis, onde se uniam as águas do rio Beberibe, vindo ao lado sudeste, e um braço de maré, pertencente ao rio Capibaribe, procedente da parte sul, existindo, todavia, diversas partes salientes do solo, formando pequenas ilhas. É fora de dúvida, muito embora existam outros morros nas proximidades, que o oiteiro que feriu a atenção do donatário é o mesmo onde se ergueu a secular igreja do Salvador, Sé de Olinda e catedral, construída por Vasques Fernandes de Lucena, criado e escudeiro-mor de Duarte Coelho, no período de 1537 a 1542. [...] a vila de Olinda prosperou singularmente. Fundou o primeiro engenho de açúcar, desenvolveu a agricultura, estabeleceu um livro de Tombo e em 1537 ordenou a construção de um palacete destinado ao funcionamento do Senado da Câmara de Olinda, prédio este doado, no ano de 1676, ao primeiro bispo de Olinda, Dom Estêvão Bioso de Oliveira, para lhe servir de residência, tornando-se o Palácio Episcopal, título que ainda hoje ostenta tradicionalmente, como patrimônio da velha Marim. (IBGE, 1958, p. 176-177).

Olinda foi pioneira no estado de Pernambuco em diversos aspectos, principalmente em construções urbanas, religiosas e educacionais na área jurídica, com a primeira faculdade de Direito do país, através da Ordem de São Bento. Detalhes fundamentais que ajudaram a construir a imagem do Brasil-colônia e elevar o nome da freguesia de Olinda.

Para os arquitetos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), pautados pelo decreto-lei nº 25/1937, toda a arquitetura colonial portuguesa e religiosa encontrada em Olinda se inseria nos moldes do que se considerava importante para a construção de uma memória nacional brasileira.

A Inspetoria dos Monumentos Nacionais foi o primeiro órgão de proteção ao patrimônio no Brasil. Ela foi criada em 1934, a partir do Museu Histórico Nacional, por iniciativa de Gustavo Barroso, atuando na restauração de monumentos da cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais. A ideia de defesa dos monumentos históricos já estava caminhando cerca de uma década antes, com a criação das inspetorias estaduais de monumentos históricos nos estados de Minas Gerais (1926), Bahia (1927) e Pernambuco (1928). (OLIVEIRA, 2008).

Atuando em prol de bens arquitetônicos isolados, no começo do século XX, a preservação de bens começa a se tornar parte importante na definição de estratégias das políticas públicas nacionais. A própria criação de inspetorias estaduais simboliza um avanço por parte do poder público, no sentido de viabilizar maiores intervenções patrimoniais em lugares que já demonstravam excepcionais por sua história. Nestes mesmos estados em que foram criadas as Inspetorias Estaduais, se localizam os centros urbanos que foram pioneiros no tombamento de conjunto, a partir dos anos 1930.

A inserção de monumentos e do sítio histórico de Olinda nos Livros do Tombo do órgão torna-se inevitável, uma vez que contemplava as características necessárias para este fim. Ainda que tenha demorado mais que outras cidades históricas coloniais do país, a exemplo de Ouro Preto, em Minas Gerais, e Paraty, no Rio de Janeiro, ocorridas em 1938 e 1958, respectivamente.

Este fato findou por chamar a atenção para esta pesquisa, em entender como uma cidade colonial portuguesa que contemplava as características da ideia de nação modernista enfrentou uma espera maior para ser reconhecida como patrimônio em sua totalidade pelas instituições culturais do Estado brasileiro. Nesse sentido, procuramos entender que elementos políticos, históricos e sociais sofreram disputas simbólicas para que chegasse ao tombamento e todas as estratégias de preservação aplicadas nas décadas seguintes.

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo geral, identificar os significados históricos, políticos, da memória coletiva e identidade nacional

atribuídos à cidade nos seus sucessivos processos de preservação, ocorridos nas décadas de 1930, 1960 e 1980;

Dentro dessa abordagem, se desdobram análises secundárias específicas que tratam da patrimonialização desse território urbano em sua forma mais institucional, analisando o papel das instituições e agentes políticos no Processo 674-T-62/IPHAN; a pesquisa dos conceitos de memória coletiva, identidade nacional e patrimônio cultural, para entender como esses conceitos foram utilizados por estes agentes do Estado brasileiro.

É uma pesquisa exploratória qualitativa que investiga as políticas públicas adotadas por indivíduos e instituições do Estado na cidade de Olinda. Nesse sentido, tentamos responder com a pesquisa aos seguintes questionamentos que surgiram ao analisar as fontes pesquisadas: em quais critérios se pautaram os arquitetos do IPHAN prosseguir ao tombamento do acervo urbanístico de Olinda? Quais significados foram atribuídos ao sítio histórico na história de sua patrimonialização durante o século XX? Qual o papel das políticas públicas e políticas culturais do governo militar em associação com a UNESCO que serviram de proteção do núcleo tombado?

Sabemos que estas questões são impossíveis de serem compreendidas em sua totalidade, mas a abordagem do tema pode contemplar futuras pesquisas que explorem de forma mais detalhada cada um desses aspectos e que contribuam para o entendimento da política do patrimônio no país. No entanto, com o intuito de responder e abrir o leque de informações acerca do período consideramos o momento político, cultural e econômico do país e os ideais dos agentes do tombamento para os centros históricos urbanos do Brasil.

Sabemos também que por se tratar de um processo histórico não pode ser analisado apenas as instituições nos anos contemplados pelo tombamento, mas a situação política e cultural na sociedade e no IPHAN tanto nas décadas anteriores quanto nas posteriores ao tombamento do sítio, que culmina no reconhecimento como patrimônio da humanidade.

A patrimonialização do SHO deve seu êxito também à ação de agentes políticos que atuavam fora dos portões do IPHAN, mas que estavam ligados diretamente à cidade e ao conviverem no dia a dia com as intempéries que comprometiam a integridade do acervo e das moradias, receavam a destruição dos edifícios históricos. Por um lado, havia o crescimento do tecido urbano e industrial

de Recife e Olinda durante os séculos XIX e início do XX; houve um gradativo crescimento no traçado urbano, aterros e criação de novas vias de acesso entre os dois municípios, com a abertura de estradas e ampliação da linha dos bondes.

Em seguida a estas intervenções, surgiram problemas de ordem natural e social, relacionados ao crescimento demográfico desordenado, empurrando um quantitativo maior de habitantes para as zonas pluviais e marítimas e as intempéries naturais causadas em decorrência desse processo, com a intervenção popular e da municipalidade através de aterros, na zona marítima e rios da região de Olinda.

Outras transformações que a cidade de Olinda vivenciou no século XX, com a ocupação do litoral, os parcelamentos do solo, o avanço do mar desde os anos 1920; seguidas da implantação de dois grandes conjuntos habitacionais (ocorridos nas décadas de 1940 e 1970), fizeram com que a situação urbana de seu sítio histórico fosse o reflexo destas transformações.

Para este estudo sobre a cidade de Olinda, portanto, utilizamos como fonte o processo 674-T-62 do IPHAN, os Arquivos Documentais Digitais do IPHAN, o levantamento de Dados Estatísticos do Crescimento Urbano de Olinda do IBGE, a análise de artigos e manchetes jornalísticas, em sua maioria do *Diário de Pernambuco* e do *Jornal do Comércio* e uma revisão bibliográfica que auxiliassem tanto na questão conceitual quanto na biografia dos agentes envolvidos na patrimonialização. Dividimos o trabalho em três capítulos, que nos auxiliaram a compreender o processo histórico de legitimação do SHO como patrimônio cultural, conforme descrição a seguir.

No primeiro capítulo, trouxemos um breve contexto da construção do patrimônio no Ocidente, desde os monumentos antigos à era das coleções. Nessa parte também abordamos a noção de patrimônio nacional, fundamentado nas características comuns de símbolos da memória, identidade e cultura. Tratamos também sobre como centros urbanos passam a ocupar espaço como bens nacionais da memória coletiva, angariando recursos, legislação e encontros nacionais e internacionais voltados para este fim.

Foram utilizados diversos autores, sobretudo que abordem a história do patrimônio e da cultura, bem como aspectos referentes à memória coletiva urbana e que foram fundamentais para a construção deste capítulo, como obras de Dominique Poulot (2009), François Hartog (2014), Lúcia Lippi Oliveira (2008), José Reginaldo Gonçalves (1988), Maurício Abreu (1998), Márcia Chuva (2009),

Françoise Choay (2011), Aloïs Riegl (2014), Maria Alice Machado Gouveia (1985), dentre outros.

O segundo capítulo tem o olhar voltado para o patrimônio no Brasil, em como as políticas públicas voltadas para o patrimônio se firmaram no país. Nesse capítulo tratamos com maior ênfase da primeira transição de presidência da DPHAN de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Renato Soeiro, que causou muitas transformações no interior do órgão, principalmente pelo contexto de sua época de atuação. Os organismos internacionais dos quais o Brasil participava ativamente tinham acabado de promover a inserção de conjuntos urbanos como monumento histórico, conforme a Carta de Veneza (maio de 1964).

O país se aproximava ainda mais das resoluções da UNESCO para estes sítios urbanos, que sugeria para sua subsistência a promoção turística desses lugares. Por outro lado, o Brasil entrava em instabilidade política, econômica e social interna que culminou no início do Regime Militar, bastante controlado na área cultural e que fomentou a salvaguarda de outros bens históricos e sua consequente utilização para fins turísticos, que serviriam para a subsistência do próprio núcleo histórico.

Durante o Regime Militar, foi realizada uma descentralização da política de preservação no país, culminando na criação dos Institutos Estaduais do Patrimônio, com autonomia de atuação nos monumentos dos estados e facilitando a comunicação entre os órgãos federativos e as instâncias locais.

É nesse contexto que acontece a Missão UNESCO no Brasil, entre 1966 e 1967, chefiada pelo inspetor Michel Parent, que tece apontamentos acerca do acervo histórico de Olinda e alerta para a ameaça de desaparecimento do casario antigo, caso não tivesse intervenção de forma imediata.

O terceiro capítulo trata de todo processo de patrimonialização do SHO, que veio desde a preservação dos bens isolados na década de 1930 até o começo da década de 1980, com a elevação a Cidade Monumento Nacional. Num primeiro momento, abordamos a situação do município nas primeiras décadas do século XX, com os problemas urbanos e crescimento enfrentado pelo lugar. O que originou as primeiras intervenções nos monumentos com o tombamento dos bens isolados, ainda na década de 1930, a partir da instituição do decreto-lei nº 25/1937.

Em seguida há o tombamento do sítio histórico ocorrido em 1968, pela DPHAN. Considerado uma vitória por muitos intelectuais, a inserção de um

perímetro preservado resguardaria os principais bens inseridos no SHO, além de ter delimitado o gabarito de construção dos imóveis para evitar sua descaracterização.

A medida, logo em seguida, mostrou-se ainda inadequada para uma real proteção do sítio. Nos trâmites do Processo de Tombamento e através da imprensa local percebemos a grande influência de intelectuais para conseguir a ampliação do polígono de tombamento, que englobasse a região do entorno do sítio, que conforme suas falas evidenciaram, seria importante para preservar a vegetação, a visibilidade do sítio e sua integridade arquitetônica.

Nesse sentido abordamos a ampliação do tombamento na década de 1970, e a transformação de Olinda em Monumento Nacional, em 1980, com projeto elaborado pelo deputado Fernando Coelho. Destacamos, nesta década, o papel protagonizado pelo Major da reserva do exército, Luiz Vital Duarte, que além das questões culturais, exercia um apelo de cunho político para o patrimônio local.

Olinda desde sua fundação é palco de disputas reais e simbólicas em torno de sua história, seu casario, suas ruas, sua paisagem e seu papel de cidade irmã de Recife. Há trabalhos acadêmicos em diversas áreas das ciências, como arquitetura, políticas públicas, geografia, etc, que abrangem as diferentes facetas do sítio histórico de Olinda, dentre as quais gostaria de destacar os trabalhos de:

Juliana Barreto (2008) acerca da participação popular na preservação do SHO; Patrícia Pedrosa (2011), abordando os aspectos de significância cultural na cidade; Camilla Gomes (2019), tratando da memória cultural urbana no tombamento do SHO; Fernanda Gusmão (2011) que trata da revitalização do Projeto Piloto de Olinda; Eliane Nascimento (2008), que aborda uma leitura histórica e psicanalítica da memória sobre a cidade; André Renato Moreira (2006) acerca da transformação dos espaços habitados no SHO; os trabalhos incansáveis acerca da conservação do sítio histórico da Prof^a Virgínia Pontual (Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano); entre tantos outros que se unem para contribuir no entendimento daquele espaço urbano que carrega tantas histórias e vivências.

Gostaria de destacar, no entanto que são poucas, senão antes escassas até o momento, as publicações acadêmicas historiográficas que tratem da história política cultural e patrimonial do acervo arquitetônico urbano da cidade de Olinda. Esperamos que esse trabalho possa contribuir no desenvolvimento de novas pesquisas em História acerca do patrimônio local.

1 O PATRIMÔNIO COMO ELEMENTO SIMBÓLICO



Figura 1 - Olinda. Narcisse Szymanowski, Acervo Digital IPHAN.

Tornarem-se senhores da memória
e do esquecimento
é uma das grandes preocupações
das classes, dos grupos,
dos indivíduos que dominaram
e dominam as sociedades históricas.
Os esquecimentos e os silêncios da história
são reveladores desses mecanismos
de manipulação da memória coletiva.

(LE GOFF, 1990, p. 427)

Neste capítulo é abordado o surgimento das formas que o patrimônio foi pensado, bem como as intervenções políticas que abrangem a participação do Estado, de órgãos privados e sociedade civil em torno da patrimonialização de objetos, monumentos e lugares. Também será tratado o desenvolvimento de algumas das legislações que nortearam as ações da Europa (em especial França, Itália e Inglaterra), principais expoentes do pensamento preservacionista no que diz respeito à práxis da preservação. A análise será feita com base de uma pequena revisão de literatura acerca do campo patrimonial.

1.1. PATRIMÔNIO, IDENTIDADE E MEMÓRIA: AS PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO NO OCIDENTE

Entender a elaboração das primeiras práticas de memorialização de bens como monumento histórico nos auxilia a compreender como foi construído o pensamento ocidental acerca dos bens tombáveis, e nesse sentido, entender a atuação do Brasil diante dos bens salvaguardados no país.

De acordo com as normas sociais da Roma Antiga, em seus aspectos jurídicos, os romanos entendiam o patrimônio como sendo

[...] o conjunto dos bens familiares, vislumbrados não segundo seu valor pecuniário, mas em sua condição de bens-a-transmitir. Tal característica acabava por distingui-los absolutamente dos outros bens que “não estão inscritos em um estatuto [...], mas são considerados separadamente em um mundo de objetos dotados de um valor próprio que lhes é atribuído, exclusivamente, pela troca e pela moeda”. (POULOT, 2009, p. 16)

Nesse sentido, pode-se identificar nessa noção de patrimônio o caráter de transmissão de um bem, de um valor de herança que foi legado às gerações posteriores. O patrimônio de família não era apenas uma peça valiosa, artística, excepcional ou autêntica em si mesma, mas estava vinculada ao valor atribuído aos objetos.

O historiador François Hartog (2014, p. 198) ao tratar da existência da prática de preservação remonta mesmo à era da ascensão do cristianismo no Império Romano para tratar da salvaguarda de bens com significados, sendo os objetos do cristianismo as primeiras formas de proteção. Quando objetos considerados sagrados eram guardados ou monumentos eram conservados em homenagem e proteção à memória da cristandade. Diz também Hartog (2014) que essas relíquias:

[...] tinham também um lugar precioso no cerimonial das grandes festividades do calendário religioso. Novo Moisés, o imperador era herdeiro dos reis de Israel, mas se inclinava também diante da “cruz de Constantino. [...] Essas insígnias de legitimação de um poder de direito divino haviam sido primeiramente os signos pelos quais se reconhecia esta nova “nação” dos cristãos. Assim, instaurou-se a regra de que um altar que servia ao culto devia ser consagrado e, frequentemente, autenticado por uma relíquia. Desenvolveu-se depois, ao longo da Idade Média, o culto às relíquias dos mártires e dos santos. As pessoas vinham vê-las, tocá-las, recolher-se diante delas. Ao mesmo tempo tesouros espirituais e fontes de riquezas materiais, esses semióforos sofreram roubos, tráficos e geraram doações múltiplas e peregrinações. [...] Vestígios do passado, demonstrando a santidade de seus proprietários, elas também pertenciam integralmente ao presente. Inseridas nos rituais da Igreja, eram incessantemente reatualizadas e suas capacidades de intercessão faziam delas objetos sempre contemporâneos, *imagines agentes* ou “lugares de memória”, particularmente eficientes. (HARTOG, 2014, p. 198-199)

A guarda de relíquias surge no mundo cristão como uma ferramenta da legitimação de poder da Igreja. Atribuir ritualização e sacração a artefatos considerados cristãos, com a presença de um imperador cristão, conferiu ao Império Romano uma atribuição também divina, sacralizada. Permitindo que a difusão do poder imperial obtivesse maiores êxitos.

Sendo a palavra *patrimonium* de origem latina e os romanos amantes das antiguidades, nos levaria a acreditar que se deve apenas à Roma antiga a noção de ‘patrimônio’. De certo que existiram legislações imperiais sobre a proteção de centros urbanos e outros patrimônios histórico-culturais. Mas como veremos na sequência, a conceituação de patrimônio foi elaborada como uma continuidade, ou ainda uma ampliação da categoria ‘monumento histórico’, que em suma, é um semióforo portador de valores artísticos e históricos. (HARTOG, 2014, p. 202)

O ‘monumento’, por sua vez, se caracterizava por trazer à memória sua função de identificação simbólica através da materialidade. Segundo Choay (2011, p. 12), ele é de fundamental importância para as instituições das sociedades humanas, uma vez que é um dispositivo de memória “intencional” que existem em todas as culturas de formas variadas.

O sentido original do termo *monumentum*, se origina no latim e deriva de *monere* significando “advertir”, “lembrar”, “aquilo que traz à lembrança alguma coisa”. (CHOAY, 2006, p. 18). Segundo a autora, não se trata de apresentar uma informação neutra de significados, mas de, literalmente, tocar, ou antes evocar

através daquele símbolo construído uma memória que ainda esteja viva. Nesse caso, ele é parte de uma seleção intencional, que Aloïs Riegl (2014) conceitua de volível. De acordo com Riegl (2014, p. 31) o monumento é uma obra criada pelo homem com o objetivo de presentificar na consciência “das gerações futuras algumas ações humanas ou destinos (ou a combinação de ambos)”.

Dominique Poulot afirma que

nas publicações neoclássicas (o monumento) situava-se no topo de uma escala implícita de valores, como único digno de transmitir à posteridade os sinais de uma civilização importante. (Poulot, 2009, p. 46)

As obras monumentais, no período neoclássico, eram as únicas formas de representação simbólicas responsáveis por presentificar o passado. A especificidade do monumento deve-se ao seu modo de atuação sobre a memória. Ele faz o passado surgir como se fosse presente. No entanto, o passado que ele lembra não é um passado aleatório senão aquele pensado com a intenção de construir. (CHOAY, 2006, p. 18).

Já o conceito composto de ‘monumento histórico’ foi elaborado na Itália do *Quattrocento*, quando teve início a apreciação dos monumentos da Antiguidade. (CHOAY, 2006, p. 28-29). A descoberta desses valores também veio acompanhada das primeiras leis de proteção na Itália, como o decreto Paulo III, de 28 de novembro de 1534. (RIEGL, 2014, p. 41-42)

A difusão dos monumentos históricos assim como a atividade dos antigos colecionadores, mostra como as duas práticas tem as mesmas raízes, ou seja, são ligadas à tradição de acumular objetos.

[...] Ávidos pelo desejo de possuir, conhecer e conservar no tempo o que a ação humana ameaçava fazer desaparecer e dispersar, aristocratas, pontífices e eruditos contribuíram para a formação de importantes coleções e acervos, posteriormente reunidos nos museus, instituição moderna por excelência. Assim, foi preparado o terreno para a institucionalização do campo do patrimônio, quando foi gestada uma consciência para se conservar monumentos e objetos do passado [...] (SENA, 2011, p. 22)

As medidas se tornaram mais comum com o advento da Renascença. Precursora da instituição da era dita Moderna e dos Estados nacionais, o período ficou definido pelo bom gosto e pelo reconhecimento de uma sacralidade dos mestres renascentistas e da eleição de estilos que deveriam ser transmitidos, criou-se um corpo artístico que era necessário preservar. Iniciando legislações de

proteção e conservação do patrimônio, nesse sentido, nos Estados da península itálica sob o domínio da Igreja Romana, berço do Renascentismo. (CAMPOS, 2013, p. 18).

Com a Igreja ativa na guarda de objetos e suas ligações posteriormente com as famílias aristocratas tem-se outras ações, como é o caso do decreto de 1601, na Itália. Uma das primeiras medidas iniciadas pelo papado em conjunto com o grão-duque Ferdinando de Médicis para proteger obras italianas pertencentes a dezoito pintores do passado. O decreto impedia as obras de serem vendidas para o exterior com o intuito de afirmar a excelência da figura do príncipe e do país.

O conceito de monumento histórico foi difundido pelos países da Europa ocidental, sob a base de duas “revoluções culturais”. De acordo com Choay (2011, p. 15), a primeira revolução cultural europeia foi a própria Renascença, ocorrida após o enfraquecimento do teocentrismo e ascensão do humanismo, onde os monumentos históricos apareceram sob o nome de “antiguidades” para designar os objetos antigos e o termo “antiquários”, sugerindo os estudiosos que realizavam o trabalho coletivo de inventariar tais antiguidades, entre o século XVI e o começo do XIX.

Autores como Poulot (2009, p. 25) e Choay (2011, p. 19) dizem que primeiro na Itália, e depois em toda a Europa, as antiguidades “não-edificadas” foram conservadas em gabinetes na forma de “coleções”, sendo então, precursoras dos museus, estes surgidos no século XVIII.

Diferente do ‘monumento’ volível de que trata Riegl (2014), a categoria de ‘monumento histórico’ não é intencional. Para Françoise Choay, esta última é uma “criação *ex nihilo*” das comunidades humanas, uma vez que as sociedades constroem seus monumentos de lembrança histórica e são escolhidos dentre outros edifícios unicamente por seu valor histórico. (CHOAY, 2011, p. 13).

O culto moderno de monumentos identificado por Alois Riegl faz referência a esses monumentos históricos e artísticos, que o autor chama de “não-volíveis”, uma vez que não são dotados de intencionalidade. Em sua concepção, Riegl (2014, p. 33) acredita que não haja distinção entre os monumentos ditos “artísticos” e os ditos “históricos”. Para ele, estes são termos que estão contidos em si e se confundem entre si. Nesse sentido, todo monumento de arte é monumento histórico, “já que ele representa uma determinada escala na evolução das artes plásticas” e todo

monumento histórico é monumento de arte, pois mesmo que ‘banal’, “contém ao lado de seu valor histórico [...] toda uma série de elementos de arte.”.

A segunda “revolução cultural”, de acordo com Choay (2011, p. 20) foi a Revolução Industrial, que atinge, sobretudo, o oeste Europeu. A partir do desenvolvimento de máquinas, do êxodo rural e crescimento do urbanismo, as sociedades europeias passaram por inúmeras destruições e (re) construções diversas em seus territórios tanto urbanos quanto rurais, trazendo uma consciência sobre a necessidade de conservação das antiguidades físicas nos espaços das novas urbes.

É só a partir do século XIX que o tema do patrimônio adquire um valor realmente significativo, se tornando praticamente o substituto das formas lexicais “monumento” e “monumento histórico” (CHOAY, 2011, p. 11), que tradicionalmente, esteve tanto tempo em vigor.

Hartog (2014, p. 236) acredita que à medida que a noção de patrimônio tomava forma, a categoria de monumento histórico se pulverizava. Percebemos que há um ciclo temporal que culmina na ampliação do termo monumento histórico, já que ele não abarcava a quantidade de elementos memoriais que se desejava preservar, suprimindo os termos que ficaram em vigor por séculos.

A ampliação da preservação do patrimônio se dá no século XX, sobretudo nas décadas de 1960 a 1980, a partir do reconhecimento dos “novos patrimônios” das diversas comunidades, com esforços movidos por agentes públicos e privados. (POULOT, 2009, p. 9). Ante essa gradativa supressão do termo “monumento”, ao longo do século XX e da ascensão do termo patrimônio, cabe ressaltar as questões envolvidas na utilização dos termos nas sociedades contemporâneas.

Se, como visto anteriormente, o século XIX é o século da atribuição do valor histórico aos monumentos, entendido como o valor objetivo, por conta de sua incapacidade de ser substituído, o século XX, por sua vez, traz o valor de antiguidade, baseado na memória do indivíduo a partir de uma percepção física compartilhada por todos, sem distinção de formação, portanto, subjetivo.

Segundo Alois Riegl (2014, p. 44-45), o valor de antiguidade é subjetivo, uma vez que é atribuído pelo indivíduo. Dos três valores dos monumentos mencionados por Riegl, há, ainda, o “valor volível de memória ou de comemoração”. Este último trata-se de um valor atribuído que transcende o valor histórico. O “valor intencional de comemoração” desde a criação do monumento faz com que este permaneça

“sempre presente e vivo” na memória das próximas gerações. Pretende a imortalidade e eternidade. (p. 63). Com isso, Riegl faz um contraponto entre o conflito gerado pelo valor de antiguidade e o de comemoração.

O culto de antiguidade é, portanto, desde o início, o inimigo mortal do valor comemorativo volível. Enquanto os homens não renunciarem à imortalidade terrena, o valor de memória intencional permanecerá sempre como barreira intransponível para o culto de antiguidade. Esse conflito [...] apresenta para a conservação dos monumentos menos dificuldades do que seria de supor, à primeira vista, pois a quantidade de monumentos “volíveis” é bem menor em relação à quantidade dos monumentos não volíveis. (RIEGL, 2014, p. 64)

As práticas da proteção de um bem se sustentam, conforme Poulot (2009, p. 41) em que tais processos são sempre direcionados a uma intenção, tanto implícitas como explícitas. As ações movidas em prol do preservacionismo são criadas a partir da existência de um “intelectual alienígena”. Nesse sentido, concluímos que a escolha do objeto protegido propõe uma identidade memorial e estética a uma determinada comunidade.

O *boom* do patrimônio, envolvendo tantas áreas e esforços, tem como plano de fundo na história de sua preservação, o que Dominique Poulot (2009, p. 11) chama de “história-memória do patrimônio nacional”, que foi progressivamente desenvolvida nos últimos dois séculos, exaltando os servidores de Estado, enaltecendo os avanços da ciência e tendo a pátria como ilustração. Este trabalho se insere nesta tradição de fazer a história-memória de Olinda, ou antes, a história da construção de uma dada versão do passado de Olinda com base em bens materiais da nação.

No intuito de entender esse processo, as pesquisas realizadas com a finalidade de contar a história do patrimônio são, essencialmente, uma pesquisa de história cultural, uma vez que estuda os valores e esforços demandados por indivíduos para produzir e difundir determinada representação social sobre o mundo.

Segundo nossa hipótese de trabalho, foram os sujeitos de Olinda, mais que os técnicos do SPHAN, que se mobilizaram para o reconhecimento do SHO como patrimônio cultural.

Passando das investigações sobre museus, monumentos e até o mais recente patrimônio imaterial, conforme Dominique Poulot

[...] a história do patrimônio é amplamente a história da maneira como uma sociedade constrói seu patrimônio. [...] Em outras investigações, trata-se, sobretudo de analisar o modo de vida no

patrimônio e como são utilizados os monumentos ou os museus. (POULOT, 2009, p.12-13)

Essa forma de intervenção em qualquer nação proporciona aos indivíduos a sensação de pertencimento coletivo àquele espaço. Para Lúcia Lippi Oliveira (2008),

[...] o pertencimento a uma comunidade nacional é produzido a partir da ideia de propriedade sobre um conjunto de bens: relíquias, monumentos, cidades históricas, entre outros. Daí o termo “patrimônio”.

Para Dominique Poulot (2009, p. 97), a transmissão de bens é resultado de iniciativas propositais, “entendido como uma forma de reorganização racional dos recursos para a nova coletividade”. A intenção de criar um imaginário coletivo que norteia a prática da patrimonialização dos Estados-nacionais, cujo objetivo era unificar os cidadãos em momentos de ruptura política e é pautada em especialistas para consagrar os bens culturais.

[...] qualquer implementação de um patrimônio serve-se de saberes eruditos, especializados, suscetíveis de legitimar tal intervenção, tal restauração, tal inventário, ou de combatê-los – capazes também de acompanhar uma mobilização cívica ou ideológica. O patrimônio, em outros termos, é um trabalho (por exemplo, o de repertoriar e de fazer a revisão de *corpus* de monumentos); aliás, seu estatuto e sua ambição dependeram concretamente da posição ocupada, em cada período, por antiquários, arqueólogos, historiadores da arte...no âmago da comunidade intelectual nacional. [...] O mesmo é dizer quanto o patrimônio está ligado, mais amplamente, aos valores atribuídos a algumas atividades na representação de si de uma sociedade. (POULOT, 2009, p. 25)

Vê-se a partir desta fala, que o desenvolvimento de estratégias políticas patrimoniais não tem sido uma decisão simples, mas requer uma gama de atores envolvidos para sua implementação. O seu lugar sempre esteve condicionado aos interesses de quem ocupava a posição de determinar o valor do bem a partir de seu “saber especializado”. Isso nos auxilia a interpretar as condições e posições dos atores envolvidos no poder simbólico das tomadas de decisões para a preservação do patrimônio cultural. (BORDIEU, 1989)

Cabe ressaltar brevemente, nesse momento, como se desenvolveram as medidas de proteção em alguns países da Europa e América à medida que o discurso patrimonial ganhava forma com a afirmação dos Estados-nacionais. Estudos feitos para fins artísticos, historiográficos, sociológicos, arquitetônicos, ambientais, políticos, etc., tem abordado o patrimônio histórico e cultural como tema cada vez mais atual e necessário, afim de que as sociedades modernas consigam

desenvolver suas vivências de memória, suas estruturas simbólicas, a valorização da cultura de seus membros, estratégias econômicas ligadas ao turismo, dentre outros fatores.

Nunca se falou tanto sobre a necessidade de proteger, tomar e guardar o que ficou para nós do passado quanto nos séculos XX e XXI. Para Vítor Oliveira Jorge (2005, p. 21), é como se fossem sinais de que estamos vivendo uma “neurose contemporânea” pelo patrimônio. Seriam as nossas sociedades modernas o espaço onde se propagaram essas obsessões pelo tema do patrimônio. O que Pierre Nora (1993) chama de fenômeno da patrimonialização da história, da memória e da cultura, movimento de conscientização do passado e do desejo de reconhecimento das histórias e práticas dos indivíduos, transformando-as em patrimônio. (GUSMÃO, 2011)

Ao longo do tempo, o patrimônio passível de preservação passou da matéria e da arte magnífica, para diversas outras instâncias. E fez com que viesse a existir uma pluralidade de bens considerados patrimônio históricos e culturais das sociedades, reivindicado por diversos segmentos e em constante debate e extensão. Há o patrimônio histórico, artístico, arqueológico, etnológico, biológico e natural; material e imaterial; local, regional, nacional e mundial. Bem como surgem novas atribuições de valor a partir das necessidades de cada comunidade global. (POULOT, 2009, p. 10).

De acordo com François Hartog (2014) toda sociedade tem um sentimento pelo passado, o interpreta de alguma forma. À semelhança de Hartog, Dominique Poulot também afirma que essa relação com o passado não é possível de ser esquecida, quando diz que

Qualquer sociedade exige que sua memória seja bem cuidada. [...] sob o efeito de uma crise violenta, os povos podem momentaneamente negar seu passado, até mesmo abominá-lo; mas não conseguiriam esquecê-lo, nem desligar-se dele por muito tempo e de forma absoluta. (POULOT, 2009, p. 174-175)

Assim que se evoca o termo ‘patrimônio’, entendemos aqui que temos diversas outras palavras que o integram simultaneamente, tais como Herança, História, Memória, Identidade. De acordo com Lúcia Lippi Oliveira (2008), estes conceitos citados estão inter-relacionados e a duração do tempo é que faz com que eles sejam definidos e modificados à medida que as sociedades constroem suas histórias.

François Hartog (2014, p. 195) reforça essa ideia de que o patrimônio tem múltiplos significados, na medida em que o situamos enquanto elemento memorial para uma sociedade. O autor diz que:

Passando para o lado da memória, ele se torna memória da história e, como tal, símbolo de identidade. Memória, patrimônio, história, identidade, nação se encontram reunidos na evidência do estilo escoreito do legislador. Nessa nova configuração, o patrimônio se encontra ligado ao território e à memória, que operam ambos como vetores da identidade [...] (HARTOG, 2014, p. 85).

A ideia de patrimônio como símbolo da memória, história e identidade dos cidadãos foi utilizada como uma das bases das constituições das nações através do seu caráter memorial. Percebe-se que as práticas da preservação do patrimônio como foi pensado no ocidente é em grande parte pautada na ideia da construção de identidade e de uma memória coletiva, através de ações políticas, fazendo coincidir memória, identidade e representação nacional, fazendo com que se confunda identidade com pertencimento e transformando “uma” representação “na” marca do nacional. Para Mario Chagas

como se o nacional e a memória pudessem ser enquadrados e fixados. Ações políticas [...] perpetradas por instituições que tratam da preservação e da difusão do denominado “patrimônio cultural material e imaterial”. (CHAGAS, 2009, p. 136).

Este tipo de memória é o que Mário Chagas (2009) chama de memória política. Que de acordo com ele, não reconstitui o tempo passado, apenas realiza a leitura deste sob as experiências objetivas e subjetivas do que lembra e de quem lembra. Embora pareça natural, ela é a construção que se atualiza no presente e projeta-se para o futuro, lançando mão de diversas fontes. (p. 138).

O conceito de nação, enquanto comunidade humana estabelecida num território com unidade étnica, histórica, linguística, religiosa, econômica (SILVA, 2009), realiza coletivamente a concepção da modernidade do indivíduo enquanto ser autônomo independente de suas relações com o social. As nações modernas são, portanto, como coleções de indivíduos ou indivíduos coletivos (GONÇALVES, 1988, p. 266), uma vez que estas incorporam coletivamente as mesmas características percebidas na individualidade:

De um modo ou de outro, a nação é identificada como indivíduos reais, sendo portadoras dos mesmos atributos destes: caráter, personalidade, autonomia, vontade, memória, etc. Do ponto de vista de seus ideólogos, a nação é pensada como uma unidade objetiva, autônoma, dotada de nítidas fronteiras territoriais e culturais da

continuidade no tempo. [...] Os chamados patrimônios culturais podem ser interpretados como coleções de objetos móveis e imóveis, através dos quais é definida a identidade de pessoas e das coletividades como a nação, o grupo étnico, etc. (GONÇALVES, 1988, p. 266-267).

Neste trabalho vamos limitá-lo primordialmente à sua função de memória, cultura e identidade, que foram utilizadas para reunir pessoas sob a égide de uma mesma configuração histórica e territorial e elencou os diversos objetos e lugares que uma vez abarcando estas características, tornaram-se patrimoniais.

O patrimônio, para Vítor Oliveira Jorge (2005, p. 14) não é um valor que possa ser considerado atemporal, pelo contrário, é invenção da sociedade [...] e uma vez que tentemos compreender seus benefícios e malefícios, precisamos nos reportar à estas sociedades.

De acordo com Michael Pollak (1992), a memória é um fenômeno construído tanto social quanto individualmente e quando se trata de memória herdada tem uma ligação com o sentimento de identidade no seu sentido mais superficial, o da imagem de si, para si e para os outros. Através de sua perspectiva, entendemos que a memória

[...] é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. [...] Se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos. (POLLAK, 1992, p. 5)

Vítor Oliveira Jorge nos diz que a memória, tanto individual como coletiva, é sempre construção do presente que está em permanente fuga para o passado e para o futuro, figuras do abismo da consciência. Ele explica que o passado enquanto elemento da coletividade é o que está em pauta ao ser abordado os objetos patrimoniais, não sendo individual, é, portanto, pauta política.

[...] O passado colectivo, a história e as suas mnemónicas – os seus sinais (não falemos de restos) – é o produto de uma negociação social, uma “ficção” que tem de ser sujeita a protocolos de aferição por outrem. Por isso, se a minha memória me diz respeito sobretudo a mim – ou só eventualmente aos outros na medida em que eu possa fazer dela matéria-prima para qualquer “obra” de interesse expressivo, comunitário – já a memória colectiva é uma questão política. Obedece a regras e a negociações complexas [...] que são sempre naturalizações do presente, e muitas vezes assumem a

forma de cosmogonias, de explicações da “origem” do mundo e dos seres humanos. (JORGE, 2005, p. 14)

Nesse sentido, entendemos que a construção da memória coletiva é regida por um conjunto de negociações, de regras pré-estabelecidas, de leis e proposições do presente que norteiam a construção coletiva e manutenção do bem do passado, tornando-se, nesse sentido, um instrumento de utilização política, a partir do interesse observado na preservação do bem histórico.

Para Jacques Le Goff (1990, p. 423) a memória remete-nos a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais podemos atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. Seu estudo engloba funções da memória da psicologia à biologia, “e quanto às perturbações da memória, das quais a amnésia é a principal, a psiquiatria.” Alguns aspectos dos estudos da memória nestas ciências podem evocar, de maneira metafórica ou concreta, traços da memória social e histórica, que em sua forma metafísica, porém significativa, a amnésia, além de uma perturbação no indivíduo, é a falta ou perda (voluntária ou não) da memória coletiva dos povos e nações que podem determinar perturbações graves na identidade coletiva. (p. 426).

Le Goff (1990) nos diz que em meados do século XX, os psicanalistas e os psicólogos insistiram nas manipulações conscientes ou inconscientes que as emoções (desejo, afeto, censura, etc.) exercem sobre a memória individual. E que da mesma forma, a memória coletiva foi colocada como importante na luta das forças sociais pelo poder, onde dominar a memória é dominar determinadas sociedades:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1990, p. 427).

Conjunto das lembranças vividas ou transmitidas para o indivíduo, mas que pertencem não somente a ele, mas a uma comunidade, a memória coletiva, tem como características as lembranças de determinado grupo, quase nunca fazendo referências a acontecimentos históricos valorizados pela historiografia, idealizando o passado; outra característica da memória coletiva é que ela fundamenta a própria identidade do grupo ou comunidade, se apegando a um acontecimento considerado fundador, simplificando todo o resto. (POLLACK, 1992). Mas também simplifica a

noção de tempo entre o presente e o passado, se baseia em imagens e paisagens mais do que em datas, e o esquecimento torna-se elemento da memória coletiva de determinadas comunidades sob a vontade de ocultar determinados fatos.

Ainda de acordo com outros autores, como Maurício de Almeida Abreu (1998, p. 82), em seus estudos em torno da geografia histórica e urbana no Brasil, que ressalta que a memória coletiva é um desdobramento social do âmbito da memória pessoal.

A memória [...] tem uma dimensão individual, mas muitos dos seus referentes são sociais, e são eles que permitem que, além da memória individual, que é por definição única, tenhamos também uma memória intersubjetiva, uma memória compartilhada, uma memória coletiva. (ABREU, 1998, p. 82).

Nesse sentido, a memória coletiva é primordialmente atribuída por aquela pessoa que lembra e a coisa que se é lembrada por ela. Como diz Ricœur (2007, p. 138), antes de tudo, a memória é uma concepção gerada no indivíduo e configura uma apropriação. Este tipo de operacionalização pode ser colocado no que Ricœur chama de nível prático da memória ou memória manipulada, que “situa-se no cruzamento entre a problemática da memória e a da identidade, tanto coletiva como pessoal” (2007, p. 94).

Maurício de Almeida Abreu (1998) ainda reitera que a memória coletiva é passível de redefinições ao longo do tempo. Ele aponta que as lembranças podem se tornar apenas históricas, não porque determinado grupo as esqueceu, mas que já não são os mesmos coletivos de indivíduos a vivenciar aquelas memórias. O autor salienta que:

Quando isto acontece, e se não quer perder uma lembrança que não mais se sustenta por si mesma na consciência dos grupos, é comum então que esta lembrança seja eternizada, que seja registrada, transformando-se então em memória histórica. [...] É apenas quando o que se quer lembrar já está muito distante no passado, quando a memória social se apaga ou se decompõe, que ela tende a se transformar em memória histórica. (ABREU, 1998, p. 84)

O movimento de preservação da memória coletiva através do patrimônio aumentou até o limite da anunciação e reivindicação de que tudo seria patrimônio ou passível de se tornar. Um exemplo dessas políticas e dos “jogos do tempo” nele inseridos são os debates que tratam acerca da preservação de centros urbanos, quando se deseja “museificar, mas mantendo vivo, revitalizar reabilitando”. (HARTOG, 2014). Esses projetos de conservação urbana

[...] implicava, ultrapassando a noção de monumento histórico, que a proteção do patrimônio devia se conceber, evidentemente, como um projeto urbano de conjunto. [...] O que resulta neste paradoxo: o mais autenticamente moderno hoje seria o passado histórico, mas colocado nas normas modernas. No final das contas conservam-se apenas as fachadas. Quando esse passado fazia falta, contribuindo ao mal-estar das periferias e das cidades-dormitórios, ele foi trazido à tona. Produziram-se lugares de patrimônio urbano para construir identidade. Como? Escolhendo uma história, que se torna a história, a da cidade ou do bairro, a sua história: história encontrada, reencontrada ou exumada, depois mostrada, em torno da qual se organiza, em todos os sentidos da palavra, “a circulação”. (HARTOG, 2014, p. 233-234)

Entender essa dinâmica em torno da preservação de centros urbanos é útil para a compreensão de como o Sítio Histórico de Olinda foi sendo ressignificado como cidade monumento berço da história, a partir da construção de sua identidade na história do país desde a colonização de Portugal nas terras brasileiras.

Através dessas abordagens, vamos discutir como se estruturam as permanências do patrimônio cultural, como ele surge e se estabelece em nossas sociedades, como uma obrigação moral coletiva, parte do nosso dever de cidadão frente à proteção e a lembrança de determinado passado transformados em símbolos legítimos da história do país.

Vale salientar que não é apenas a preservação do passado ou a proteção da herança cultural que está em jogo quando das políticas públicas voltadas para o patrimônio. Políticas públicas entendidas aqui como “as ações empreendidas pelo Estado para efetivar as prescrições constitucionais sobre as necessidades da sociedade [...] no âmbito federal, estadual e municipal.” (AHLERT, 2005). São políticas que podem englobar os campos da economia, educação, saúde, meio ambiente, ciência e tecnologia, trabalho e todos os outros que envolvem pressões sociais diante do Estado em longo prazo, conforme Cunha e Cunha (2002).

Como política pública, portanto, a defesa de bens patrimoniais tem relação com a necessidade de atores sociais do tempo presente, embora seus discursos geralmente estejam ligados romanticamente ao salvamento do que é passado (SILVA, 2012).

A noção de patrimônio envolve “o estabelecimento de relações específicas e historicamente determinadas com o passado”. A partir das necessidades do presente as relações de memória com passado podem se tornar proveitosas ou desinteressantes, sendo os agentes políticos imbuídos de poder que criam

estratégias para reafirmação de demandas do presente, “as tradições, portanto, precisam ser construídas”. (CHUVA, 2009, p. 46).

José Reginaldo Gonçalves (1988) ainda diz que a ideia de um passado ou de uma memória como relevante na construção das identidades pessoais e coletivas podem ser invenções modernas que datam do final do século XVIII. Sendo as primeiras décadas do século XIX onde surgiram tais “tradições inventadas”, como elaboradas por Hobsbawm (2015).

Monumentos, relíquias, locais de peregrinação cívica, cerimônias, festas, mitologias nacionais, folclore, mártires, heróis e heroínas nacionais, soldados mortos em batalhas, um vasto conjunto de tradições foi inventado com o objetivo de criar e comunicar identidades nacionais. [...] Nesse contexto, o passado nacional é simbolicamente usado com o objetivo de fortalecer a identidade pessoal e coletiva presente. (GONÇALVES, 1988, p. 267-268)

De acordo com Eric Hobsbawm (2015), uma tradição é inventada a partir da ocorrência de transformações amplas e rápidas na demanda e na oferta. Nesse sentido, entendemos que a regulamentação da prática de preservação ocorrida no Ocidente estava intimamente ligada à construção da ideia de nação defendida pelos Estados nacionais da modernidade.

[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado [...] (HOBSBAWM, 2015, p. 8)

Embora a historiadora Márcia Chuva (2009, p. 47) considere a colocação de Hobsbawm possivelmente reducionista do processo quando usa a expressão “visam inculcar”, entendemos que em relação ao patrimônio, o conjunto das práticas efetuadas ao longo da história após a consolidação dos Estados nacionais é, portanto, passíveis de serem interpretadas como *tradições inventadas*, a partir das necessidades encontradas em cada presente, conforme Márcia Chuva (2009).

Essa interpretação se origina no fato de que as estratégias utilizadas pelos agentes no decorrer da história tinham o objetivo de reafirmar e consolidar seus respectivos poderios territoriais e ideológicos. Como veremos mais à frente, na prática de tombamento estatal se observa a dualidade da estratégia de ruptura com o passado e a rememoração do mesmo passado. Que se alinha ao que Hobsbawm diz sobre as tradições, que

[...] caracterizam-se por estabelecer com ele (o passado histórico)¹ uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social [...] (HOBSBAWM, 2015, p. 8)

Partindo dessas múltiplas configurações até o entendimento do patrimônio que passou aos nossos dias, nos auxilia a identificar o momento em que começamos a estabelecer vínculo com nossa história nacional através da instituição de elementos materiais e imateriais da nossa cultura para representar nossa memória e identidade. Analisando o caso do patrimônio no Brasil, a partir da experiência europeia.

Portanto, nossa intenção com este trabalho é fazer uma história sociocultural do processo de tombamento do SHO, através da história da memória, construída pelos intelectuais modernistas que se mobilizaram pelo seu tombamento. Apresentando, em suma, as práticas sociais e políticas que nortearam as escolhas dos indivíduos no processo do tombamento.

Este estudo é, portanto, baseado no princípio de que se a memória é marcada pelo passado, são os atores do tempo presente que fazem escolhas a partir das experiências de seu tempo presente para dizer do passado.

1.2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO EM CIDADES HISTÓRICAS

Até o século XVIII, as edificações eram a expressão do poder dominante no intuito de manter a unidade da nação mesmo quando esses bens foram frutos de governos e impérios anteriores maiores e mesmo até mais poderosos que o vigente. Não havia durante esse período no Ocidente, uma preocupação universal relativa à preservação dessas edificações urbanas, isso era assunto de responsabilidade de cada nação, uma vez que cada uma delas lidava com seus bens, com suas histórias e com o tempo de formas diferentes.

Uma dessas expressões pode ser observada no caso das teorias distintas que surgiram acerca do patrimônio na Europa no final do século XIX, com Violet-le-Duc, na França; John Ruskin, na Inglaterra; de Camilo Boito, na Itália; entre outros.

¹ Nota explicativa da autora

Os patrimônios arqueológicos e as épocas de conflitos militares eram uma exceção, já que colocava em risco o patrimônio comum da história humana e então era possível ver organismos internacionais sugerirem medidas e critérios universais para conservação dos monumentos. (AZEVEDO, 2016, p. 239)

Se durante a modernidade o foco estava na exibição dos acervos, onde se insere a história do colecionismo, é na época das revoluções liberais iluministas (sécs. XVIII e XIX), que houve um êxito no projeto de culto ao Estado-Nação. Essa influência acarretou um senso de 'pedagogia' do patrimônio, a fim de formar o cidadão (POULOT, 2009).

A Revolução Francesa e as teorias iluministas embasadas na razão e no método científico, que desde o século XVIII alteravam a forma de pensar a arquitetura, foram, certamente, um divisor de águas no que tange à mudança nas práticas de preservação. Juntamente com o advento da industrialização decorrente da Revolução Industrial fizeram com que o discurso patrimonial passasse a ter maiores justificativas para sua legitimação e se consolidasse, uma vez que mudou radicalmente a arquitetura e o modo de vida no ocidente. (SIMÃO, 2006, p. 23)

É então que surgem as legislações preservacionistas dos séculos XVIII e XIX, vindas através das lutas liberais, que celebravam a preservação das antiguidades como dever patriótico. François Hartog (2014, p. 229-230) diz que a Revolução Francesa é o momento da história da apropriação coletiva dos bens culturais, uma vez que os patrimônios privados passam a ser coletivos através da transferência de soberania e da propriedade para o Estado, em nome do bem coletivo nacional.

Duas grandes correntes em defesa dos monumentos baseadas nos ideais modernos e contemporâneos surgem na Europa nesse momento. A primeira foi liderada pelo arquiteto francês Eugène Viollet-le-Duc, racionalista e adepto das ideias iluministas, cujas teorias em diversas ocasiões divergiam entre si. Para ele a historicidade ficava à parte em detrimento da reconstituição estilística, princípio que foi sendo adotadas por vários países europeus. (SIMÃO, 2006, p. 25). Sua fórmula de restabelecer determinados edifícios de uma forma que talvez nunca tivessem existido, ficou conhecida como arbitrária e mesmo traumática. (CHOAY, 2011, p. 135).

A segunda corrente teórica difundida na Europa foi a liderada pelo inglês John Ruskin. Culturalista, Ruskin defendia a não intervenção nos monumentos antigos,

pois tirariam sua autenticidade, admitindo apenas algumas intervenções para garantir a conservação. (SIMÃO, 2006, p. 25).

A noção de preservacionismo contemplando a plena integridade e restauração do monumento se desenvolve a partir desse debate teórico, surgindo como um movimento organizado na Europa, uma vez que a modernização dos transportes acarretou na construção de estradas ligando diversas cidades e requerendo para isso a demolição de casas, parques, monumentos e até mesmo de centros urbanos em sua totalidade. Tal como a desfiguração de diversos centros por conta da instalação de indústrias, como foi o caso do bairro Marais, em Paris. (GOUVEIA, 1985, p. 37)

Poulot (2009, p. 98) afirma que na Europa como um todo, no final do século XIX, a literatura do patrimônio confundia-se mais ou menos com a denúncia das perdas constatadas e com a tipologia histórica das destruições. Percebemos que essa associação entre denúncia de destruição e proteção ocorreu também no Brasil, influenciado pela maneira francesa de preservar. A ameaça de perda do bem e mesmo da própria memória coletiva é utilizada como estratégia de propaganda da necessidade de políticas públicas de preservação por parte de agentes estatais, a fim de redimir os bens culturais que beiram o desaparecimento. (GONÇALVES, 1996, p. 89)

Essa responsabilidade por parte do Estado na história do patrimônio francês, segundo Maria Alice Gouveia (1985, p. 53-54) surge com a criação do Posto de Inspetor-Geral dos Monumentos Históricos, em 1830. Essa característica fica mais evidente na Terceira República donde se institucionaliza o papel do Estado como agente responsável por criar uma memória nacional. A lei de 1792 foi a primeira tentativa de elaboração do direito do patrimônio na França com a crescente intervenção do Estado no setor.

Com o advento da Primeira Guerra Mundial e a destruição de monumentos, foi possível, no período subsequente, o fortalecimento do debate acerca da relevância da preservação e reconstrução do patrimônio histórico. Somou-se a isso uma nova onda nacionalista. [...] houve, portanto, novo impulso ao uso dos monumentos históricos como meio de promover o sentimento patriótico, particularmente estimulado pelo fim da guerra. (NEVES, CHAVES e GILIOLI, 2015, p. 27).

Em consonância com esse momento, houve uma primeira ampliação da legislação sobre a proteção do patrimônio cultural (1930), que pretendia conservar as construções tais como se encontravam e a restauração não era obrigatória.

A partir de então, os documentos Patrimoniais da UNESCO também ocuparam lugar no cenário mundial com as *Cartas de Atenas* (1931 e 1933) e a *Recomendação de Nova Delhi* (1956), despontando como primeiros documentos internacionais a abordarem a preservação de monumentos.

O termo 'patrimônio cultural' foi lançado em 1959 pelo ministro da cultura francês André Malraux, que marca o reconhecimento político do patrimônio como questão de Estado. (GOUVEIA, 1985, p. 58-59)

Em 1962 é aprovada a lei Malraux, em homenagem ao ministro da Cultura, que introduz a noção de "setor urbano preservado", permitindo a criação de setores preservados em qualquer aglomeração, desde que apresentassem características históricas e estéticas. (GOUVEIA, 1985, p. 59). A tendência pela preservação do urbano na década de 1960 também é consolidada pela elaboração da Carta de Atenas (1964).

A principal característica da forma francesa de preservar é a que está contida no princípio de "interesse público". O que pode gerar reflexões no debate jurídico brasileiro, conforme Neves, Chaves e Gilioli (2015). O Conselho de Estado francês faz uso da noção de "interesse público" como solução do conflito entre interesse privado e geral. Na área do direito da cultura, os franceses adotam a figura do "interesse público cultural". Esse conceito é usado desde a lei de 1962, para justificar as ações administrativas e legais de proteção ao patrimônio (NEVES, CHAVES e GILIOLI, 2015, p. 36).

A legislação faz sentido no debate que construímos nessa pesquisa, pois ecoa no direito brasileiro e nas práticas empreendidas pelo SPHAN. Ele surge nas justificativas dos intelectuais, em suas solicitações para o reconhecimento de Olinda na década de 1960.

Mas esse conceito se anulava, ou antes, era colocada em segundo plano frente às necessidades habitacionais dos moradores, em detrimento do interesse público histórico e da memória coletiva da nação, que seriam as justificativas administrativas e legais.

No século XX, sobretudo nos anos 1980, em comemoração ao Ano do Patrimônio que havia sido decretado pelo governo francês, os bens tombados se

transformam em estratégias de consumo e geração de renda através da atividade turística. Percebe-se a partir daí um grande aumento de visitas e estratégias políticas em todo mundo. Esse também é o caso das Jornadas do Patrimônio, que foram instituídas também nos anos 1980, acarretando no aumento dos sítios patrimoniais da humanidade através das iniciativas da UNESCO. (HARTOG, 2014, p. 194).

Aos poucos o termo patrimônio passou a ocupar praticamente todo o lugar que era devido aos “monumentos históricos”, tendo seu ápice quando a Direção dos Monumentos Históricos se torna a Direção do Patrimônio. Os demais países europeus seguem a tendência francesa a partir das diversas recomendações, declarações, cartas e resoluções para o “patrimônio europeu”, elaborados pelo Conselho da Europa. (CHOAY, 2011, p. 28).

Com esse panorama também se começa a notar as ações em torno da constituição do patrimônio como elemento fundamental das primeiras práticas de consumo nos espaços públicos. Articulando a ‘pedagogia’ patriótica dos cidadãos com a necessidade de movimentar as áreas que estavam sendo preservadas com as novas legislações, no intuito de educar o cidadão acerca do valor daqueles objetos e monumentos. (POULOT, 2009, p. 31).

O termo ‘pedagogia’ utilizado por Poulot, tem o sentido de que o papel dos bens culturais nesse momento era o de ser responsável pela educação nacionalista para seus cidadãos, a identidade coletiva gerada na prática do tombamento deveria ser ensinada e perpetuada, mesmo até defendida pelos cidadãos. Nada mais viável do que o incentivo à visita desses espaços como forma de garantia de criação de uma unidade nacional. O patrimônio se torna, nesse cenário, ligado aos anseios, modas e interesses das sociedades, implicando em constantes mutações dos objetos, práticas, costumes, etc., que eram consideradas relevantes para a conservação. (POULOT, 2009).

Na história do preservacionismo inglês, a primeira legislação data de 1882, completada com o Ancient Monument Act (1900). Na primeira fase de preservação na Inglaterra, de acordo com Maria Alice Gouveia (1985, p. 42) o grande agente é o Estado com a diferença de que conforme a legislação inglesa o proprietário tinha a alternativa de transferir ou não a propriedade do monumento para o Estado. A preservação se concentrou nos “monumentos históricos” e mesmo com uma política

pública orquestrada pelo Estado, ao contrário da França e do Brasil, os mecanismos não eram centralizados nas ordens do Estado. (CHUVA, 2009, p. 51)

Segundo Maria Alice Gouveia (1985), outro momento de atenção do Estado inglês com a preservação se deu com o advento da Segunda Guerra Mundial e os consequentes estragos dos bombardeios, fazendo surgir em 1944 o Town and Country Planning Act (Lei do Planejamento Rural e Urbano).

Ainda assim a participação do Estado permanecia “limitada” e então se abre legislação específica, em 1953, para os organismos privados que passaram a possuir maior relevância na proteção patrimonial até mesmo que o próprio Estado (CHUVA, 2009, p. 52). Como é o caso do National Trust for Places of Historic Interest or Natural Beauty (Instituto Nacional de Lugares de Interesse Histórico ou Beleza Natural), uma entidade sem fins lucrativos que é a maior proprietária privada de terras inglesas, ficando atrás apenas da Coroa e da Forestry Commission. (GOUVEIA, 1985, p. 43).

O Estado inglês, na maior parte do tempo apenas intermediava a relação com o patrimônio, nesse sentido. Se distanciando da política patrimonial brasileira e francesa nesses aspectos, pois nestes últimos, a centralização do Estado desde o início era muito perceptível.

“[...] a participação do Estado, no caso inglês, restringe-se, basicamente, à definição do “patrimônio nacional” e ao não recolhimento de determinados impostos relativos à propriedade imobiliária.” (CHUVA, 2009, p. 52).

No início do século XX pudemos identificar um aumento cada vez mais significativo do interesse do ser humano por elementos que promettessem cristalizar as memórias coletivas, no intuito de perpetuar nosso elo com o passado. Possivelmente, devido ao período de guerras, fome e holocausto que a humanidade viveu no início deste século, juntamente com as transformações tecnológicas criaram uma constante sensação de presente, uma aceleração da história. (ABREU, 1998, p. 78).

As rápidas transformações da contemporaneidade seriam o ponto central que relegou à história um papel secundário na sociedade, causando uma espécie de amnésia coletiva, onde todo passado se torna história a um ritmo alucinante e fica mais difícil definir o que é importante preservar ou não, inclusive pela capacidade de armazenamento dos meios eletrônicos. O interesse pela preservação da memória vem como reflexo do medo desta amnésia, da incapacidade de conectar o passado

ao presente (CARDOSO, 2005) fazendo com que bens antigos outrora relegados ao esquecimento sejam usados para que o patrimônio seja mais valorizado, sobretudo com a prática do turismo. (DUARTE e JÚNIOR, 2007).

De acordo com Víctor Polanco (2009), existe há mais de quarenta anos uma visão generalizada que enxerga o crescimento dos patrimônios culturais como uma possibilidade de gerar recursos para sua manutenção e revitalização. Este é um dos pontos de partida para as iniciativas de unificar as atuações acerca do patrimônio urbano encabeçadas pela UNESCO, que viam nas práticas de inscrições em catálogos de referência a possibilidade de gerar renda para a própria manutenção dos bens.

A política de preservação adotada no Brasil segue a forte influência desse debate internacional. Ela foi executada pelo SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) entre 1937 e 1945. Posteriormente pelo DPHAN (Diretoria) entre os anos 1946 e 1969. E, a partir de 1970, pelo IPHAN (Instituto) (IPHAN/Copedoc. 2008). O estudo que segue observa uma faceta dessa atuação: aquele que se dá sobre o SHO.

1.3. A INTERVENÇÃO DA UNESCO NAS POLÍTICAS CULTURAIS DA DPHAN

As concepções baseadas nas denúncias de perdas da história e da memória, à semelhança de países europeus como apontados por Poulot (2009), foram cruciais na 'pedagogia' brasileira desde os primeiros tombamentos e da consagração de Ouro Preto como modelo de cidade colonial histórica brasileira. As peculiaridades do caso de Olinda também são visíveis, sobretudo pela instauração do Regime Civil Militar e coincidiu com gestão de transição na Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Renato Soeiro.

A Missão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) de Michel Parent atuou em conjunto com o DPHAN, sob a gestão de Renato Soeiro, que já tinha iniciado as práticas preservacionistas no sítio histórico de Olinda desde os anos 60.

As políticas voltadas para a universalização dos patrimônios dos centros urbanos históricos participam do processo de intervenção cultural global que foram realizadas pela mediação da UNESCO. Até o final dos anos 1950 o patrimônio

edificado de uma localidade era considerado parte do que constituía a identidade nacional, assim como a língua, a literatura, as artes de um país, sobretudo na América Latina, quando os estudos urbanos se naturalizaram (LOURÉS-SEOANE, 2009, p. 49).

As edificações históricas, após o século XVIII, eram a expressão do poder dominante no intuito de manter a unidade da nação mesmo quando esses mesmos bens foram frutos de governos e impérios anteriores maiores e mesmo até mais poderosos que o vigente. Não havia até então, uma preocupação universal relativa à preservação dessas edificações urbanas, era assunto de responsabilidade de cada nação, uma vez que cada uma delas lidava com seus bens, com suas histórias e com o tempo de formas diferentes.

Este inclusive foi o propósito de uma das ações mais contundentes em relação aos monumentos histórico-culturais, movendo profissionais atuantes na preservação a realizar o I Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos em 1931, donde resultou a *Carta de Atenas*.

Seria por essa brecha que a Unesco iria, na década de 1950, recomendar cautelas aos países beligerantes na proteção de monumentos com a *Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado*, de 1954 e, dois anos depois, critérios de preservação de ruínas arqueológicas com a *Recomendação que define os princípios internacionais que deveriam aplicar-se às escavações arqueológicas*. (AZEVEDO, 2016, p. 239)

A *Carta de Atenas* foi um marco na história da preservação universal, o primeiro documento efetivo gerado em prol da proteção a monumentos reconhecendo-os como fonte de valor. Outro documento tão exponencial quanto este foi promulgado mais de 30 anos depois. Dessa vez em Veneza, na Itália, durante o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, em 1964, onde foi postulado o “novo cânone de preservação”, trazendo novos parâmetros e ampliação do conceito de bem cultural, a *Carta de Veneza*. (NASCIMENTO, 2016, p. 124)

As cartas patrimoniais não são leis internacionais em si, mas um conjunto de definições, proposições e recomendações de estratégias políticas, com o intuito de padronizar de forma internacional os discursos e cuidados com os bens culturais. (CÉSAR e STIGLIANO, 2010). Normalmente elas têm uma expressiva influência nos desdobramentos preservacionistas das nações.

Com as definições estabelecidas na *Carta de Atenas*, os países tiveram bases para a criação de suas próprias legislações e criação de instituições com a competência de gerir o patrimônio do país. A *Carta* emite votos de que:

1º - Cada Estado, ou as instituições criadas ou reconhecidamente competentes para esse trabalho, publique um inventário dos monumentos históricos nacionais, acompanhado de fotografia e de informações;

2º - Cada Estado constitua arquivos onde serão reunidos todos os documentos relativos a seus monumentos históricos;

3º - Cada Estado deposite no Escritório Nacional de Museus suas publicações;

4º - O escritório consagre em suas publicações artigos relativos aos procedimentos e aos métodos gerais de conservação dos monumentos históricos;

5º - O escritório estude a melhor utilização das informações assim centralizadas. (ATENAS, 1931, p. 4-5).

A *Carta de Atenas* também enfatiza que a garantia da conservação de monumentos e obras de arte, depende do respeito e do interesse dos próprios povos, favorecidos por “uma ação apropriada dos poderes públicos” com foco na educação da infância e juventude, para que estes não viessem a danificar monumentos, mas que por outra via, se sentissem impelidos a protegê-los. (ATENAS, 1931, p. 4).

A resposta do Brasil em relação a este documento também foi rápida. A partir da publicação da Constituição Federal (CF) no ano de 1934, no artigo 148, o país já conta com o novo texto constitucional que fala da competência da União, Estados e Municípios em “proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio do país”. (BRASIL, 1934)

A carta patrimonial emitida no ano de 1964, em Veneza, também é de extrema importância na discussão dos tombamentos e inscrições relativas às cidades históricas, uma vez que a mesma respalda a valorização do patrimônio para além dos monumentos isolados e inaugura a era dos conjuntos históricos e arquitetônicos, conferindo-lhes valor juntos, pois eram “testemunhas da história”, este conceito terá difusão no meio urbano, já que as edificações da cidade documentavam a história e, portanto, por direito deveriam permanecer para as futuras gerações. (NASCIMENTO, 2016, p. 125).

Esta ideia de natureza inerente do valor e do significado de um monumento é vista em toda a Carta de Veneza, pois os monumentos não eram só portadores da mensagem do passado, mas era também a testemunha das antigas tradições e cenário da história, portanto, inseparável desta. (SMITH, 2006, p. 90). Como podemos ver nos artigos descritos abaixo:

Artigo 1º - A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.

Artigo 3º - A conservação e a restauração dos monumentos visam a salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico.

Artigo 5º - A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar à disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes.

Artigo 6º - A conservação de um monumento implica a preservação de um esquema em sua escala. Enquanto subsistir, o esquema tradicional será conservado, e toda construção nova, toda destruição e toda modificação que poderiam alterar as relações de volumes e de cores serão proibidas.

Artigo 7º- O monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa. Por isso, o deslocamento de todo o monumento ou de parte dele não pode ser tolerado, exceto quando a salvaguarda do monumento o exigir ou quando o justificarem razões de grande interesse nacional ou internacional. (VENEZA, 1964, p. 1-2)

Nos artigos 1 ao 7 da Carta, nota-se uma síntese das ações que deveriam ser tomadas visando a preservação dos 'novos patrimônios'. Mesmo quando exigiam que a arquitetura, cor, decoração, mobília, etc, não fossem alteradas ou deslocadas do espaço original, visavam não a manutenção do valor artístico, mas a preservação do monumento que era evidência da história. O documento foi utilizado, sobretudo a partir dos anos 1960, e serviu de norte para a prática de preservação dos centros históricos pelos anos que se seguiram. Ela é considerada por Laurajane Smith (2006), um texto de fundação que deu a base filosófica para a gestão dos processos técnicos de preservação nos países do Ocidente.

A Carta de Veneza é [...] um dos textos fundamentais para os movimentos de conservação e preservação que se desenvolveram nos anos 1960. Ele também sublinha e fornece uma base filosófica para os processos técnicos de gestão do patrimônio que começaram a surgir em muitos países ocidentais como um processo legal e político formal durante as décadas de 1960 e 1970. A Carta, e os processos de conservação, restauração e gestão que ela sustenta, é um documento que é moldado pelo discurso do patrimônio autorizado e continuamente reforça e autoriza esse discurso, por sua própria natureza como um texto canônico ativamente apoiado e propagado pelo ICOMOS². (SMITH, 2006, p. 92)³

As discussões envolvendo o conceito de cultura e a problemática do desenvolvimento na segunda metade do século XX abriu caminho para uma série de envolvimento políticos por diversos segmentos da sociedade civil no mundo e de alguns organismos transnacionais, como a UNESCO, que passou a ser o núcleo das tensões envolvendo cultura e desenvolvimento. O órgão ficou responsável por intermediar as pautas mundiais em relação às ações e propostas de regulamentação, definição e normatização da cultura frente às profundas transformações que a humanidade viveu no final do século em questão, como vimos anteriormente (ALVES, 2010, p. 540).

É um extenso caminho determinar o que é o patrimônio histórico-cultural de uma sociedade, pois a pesquisa envolve anos. Mas a partir do momento em que alcança tal reconhecimento, dificilmente há quem o conteste na sua importância para a identidade, a cultura nacional e a promoção da cidadania. De acordo com Maria Beatriz Silva (1996) a preservação

[...] pressupõe uma ação assumindo posições com relação a essas ideias, nas intervenções que produz sobre os objetos culturais. Quando se fala de preservação, portanto, está se falando de uma trajetória de atuação, de uma prática de intervenções, de um conjunto de decisões tomadas, ao longo do tempo, à luz de conceitos em permanente transformação. (SILVA, 1996, p. 165)

O envolvimento mais incisivo da UNESCO nos assuntos culturais, sobretudo nas três últimas décadas, aliado às novas ações e programas de políticas culturais dos governos de variados contextos, pertence a uma configuração político-simbólica

² Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

³ The Venice Charter is [...] one of the foundational texts for the conservation and preservation movements that developed in the 1960s. It also underlines and gives a philosophical basis for the technical processes of heritage management that began to emerge in many Western countries as a formal legal and policy process during the 1960s and 1970s. The Charter, and the processes of conservation, restoration and management that it underpins, is a document that is shaped by the AHD and continually reinforces and authorizes that discourse, by its very nature as a canonical text actively supported and propagated by ICOMOS.

mais abrangente. De acordo com Élder Alves (2010), estas atuações em nível internacional sobre as políticas culturais locais se deram em virtude do avançado processo de industrialização do simbólico a partir da década de 1960, impactando o modo de perceber e normatizar as relações econômicas, políticas, simbólicas e culturais, processos que juntos alavancaram a “globalização cultural”, gerando a sensação de um processo de homogeneização e padronização da cultura. (ALVES, 2010, p. 541).

Para Alves (2010, p. 541), o sentimento de cultura homogênea decorreu de assimetrias que existiam entre os principais pólos de produção simbólica, como Estados Unidos e Europa, classificados como centros exportadores de bens culturais e pólos de consumo, como a América Latina, África e Ásia, os centros de importação. Potencializando a divisão internacional do trabalho cultural.

Nesse contexto, em que a diversidade e individualidade cultural parecia ameaçada em vista da globalização cultural, muitas nações e instituições transnacionais começam a defender a elaboração de novas políticas públicas voltadas à cultura. Essas ações também foram geradas através de uma rede global de defesa e promoção da diversidade e identidade cultural, que fez pressão nos governos nacionais e organismos transnacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e UNESCO,

“[se estimulou ações] no sentido da adoção de novas políticas culturais que pudessem ressemantizar e ressignificar um conjunto de conceitos, como o conceito de exceção cultural”. (ALVES, 2010, p. 541).

Na América Latina, marcada pela heterogeneidade de idiomas, culturas, crenças, costumes e tradições, o temor da unificação cultural fez com que os apelos à diversidade fossem potencializados, e que as organizações responsáveis pela cultura juntamente com os movimentos sociais, pressionassem governos locais e nacionais para a efetivação da defesa e promoção das identidades locais e regionais. (ALVES, 2010, p. 542).

O papel da UNESCO nesse sistema foi fazer a operação político-jurídica das coalizões globais em prol da diversidade cultural e da identidade. A legitimação das reivindicações dessas coalizões passou pelo crescimento da área cultural na UNESCO, produzindo um novo universalismo global em relação às lutas simbólicas no interior de determinados governos e agências transnacionais, que passou a criar

mecanismos jurídicos que definiam os instrumentos de proteção e promoção da diversidade e da identidade.

Esses mecanismos também passaram por guerras simbólicas geradas em torno da definição das categorias de diversidade, identidade, cultura, desenvolvimento, etc, reivindicadas por empresas, grupos culturais, governos, agências transnacionais, entre outros. (ALVES, 2010, p. 543).

Após a 72ª Reunião do Conselho Executivo da UNESCO, realizada no ano de 1966 em Budapeste (Hungria), a preservação dos monumentos e outros bens são relacionados direta e simultaneamente ao desenvolvimento da indústria do turismo. A consolidação do ato se deu em 1967 quando a Organização dos Estados Americanos (OEA) realizou a Reunião sobre a Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, em Quito (Equador), que contou com a participação de representantes de diversos países, que como saldo trouxe as *Normas de Quito*. (NORMAS DE QUITO, 1967)

Nelas se pregava abertamente a utilização do patrimônio cultural para alavancar o desenvolvimento dos países membros por meio do turismo.” (AZEVEDO, 2016, p. 240).

A jornada sobre a participação da UNESCO na preservação das cidades históricas tem um dos mais importantes passos em 16 de novembro de 1972, na Conferência Geral da UNESCO, quando esta adotou a *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural*.

As disposições dessa Convenção fazem com que a cada ano o Comitê Intergovernamental do Patrimônio Mundial inscreva na Lista do Patrimônio Mundial sítios naturais ou culturais, cujas candidaturas sejam apresentadas por um Estado Membro signatário da Convenção (O PATRIMÔNIO..., 2018).

Desde o ano de 1978 a UNESCO passou a inscrever efetivamente como patrimônio cultural da humanidade os centros históricos urbanos, os primeiros sendo a cidade de Quito, no Equador, juntamente com a Cracóvia, na Polônia.

É dessa onda do patrimônio na UNESCO que se insere a Missão UNESCO no Brasil através da vinda do inspetor francês Michel Parent e sua equipe, para visitar as cidades históricas brasileiras que almejavam o reconhecimento mundial. Ao visitar Olinda, Parent teceu suas considerações acerca da cidade e a importância em preservar a história de Olinda visando a sua proteção diante de um possível desaparecimento.

1.4. A FORMAÇÃO DA ÁREA HISTÓRICA DE OLINDA

Em Olinda, as iniciativas de preservação foram em sua grande maioria motivadas pelo crescimento do tecido urbano que, juntamente com as ocorrências naturais da orla marítima, ameaçava a integridade de edifícios históricos e arruamentos locais, no início do século XX.

Após ter deixado definitivamente de ser a capital do estado de Pernambuco em 1827, se tornou o refúgio dos habitantes do Recife e outras cidades do cotidiano agitado da metrópole industrial recifense nos finais de semana.

Também ocorreu o efeito da industrialização que se expandia no território da cidade do Recife e já se avizinhava da cidade de Olinda. Um dos efeitos dessa industrialização foi transformá-la em cidade dormitório, servindo de local de moradia para trabalhadores da nova zona industrial e portuária que se ampliava em Recife (MENEZES, 1998), transformando e criando bairros comerciais e de trabalhadores das indústrias, como o bairro de Peixinhos.

A cidade de Olinda, portanto, passou a integrar mudanças na ocupação populacional. A princípio, despertando o interesse pelos banhos de mar no verão recomendados por médicos, a princípio. As colinas próximas ao mar eram ocupadas por casas que eram alugadas para temporadas, nas áreas do Bairro Novo e Casa Caiada. A prática de veraneio na primeira década do século XX estimulou a expansão de cada vez mais edificações, carecendo de mais adequações à nova dinâmica urbana (SOUZA, 2011).

Não muito tempo depois, após o surgimento do Bairro Novo de Olinda, com a chegada de novos moradores, os imóveis do Sítio Histórico de Olinda começaram a se tornar residência de muitos intelectuais e artistas que buscavam a tranquilidade e o bucolismo do lugar, alcançando o Sítio Histórico, sobretudo devido à repressão com o advento do golpe civil-militar em 1964, fazendo com que ações preservacionistas se intensificassem na cidade. (BARRETO e LIRA, 2009).

Buscando indivíduos que acessavam o território nesse período e como parte dos objetivos de crescimento urbano pensado para a cidade de Olinda, na gestão do Prefeito Cornélio Padilha (1905-1909) possivelmente já havia se adquirido a propriedade Frágoso e a autorização da Câmara para a construção de avenidas principais e outras vias que permitiria o acesso de Olinda a outros distritos.

A facilidade de transição entre a cidade de Olinda e suas vizinhas, em especial Recife e Paulista, fomentou não apenas o crescimento de fluxo de pessoas, mas o estabelecimento de muitas destas na cidade, por conta da calma de uma cidade de veraneio associada à proximidade e facilidade de acesso à área portuária e industrial de Recife e adjacentes.

Nesse sentido, a Prefeitura também promoveu a edificação e povoamento litoral, do Farol até Rio Doce, elaborando a Lei nº 207/1906 que concedia licença por 5 anos para quem edificasse na área, dispensando, segundo o teor da lei orçamentária vigente, de pagamento de imposto municipal. Reflexo do novo sistema político republicano do país, com bases cada vez mais urbanas. (SOUZA, 2011)

No Nordeste, tal fator somou-se à crise das usinas e estimulou parcelamentos de sítios no Recife.

Em 1912, outro projeto, agora para o Carmo, inserido nas concepções de um novo bairro, que permitia vislumbrar “inegável soma de valor” para a cidade de Olinda, foi aprovado, e consistiria em uma renovação urbana que destruiria a colina, na qual está situada a Igreja do Carmo, abriria novas vias com larguras consideráveis etc. Devido ao seu dispêndio, no que tocava aos cofres públicos, além de questões jurídicas, o projeto se arrastou durante a República Velha e seria revogada a Lei Municipal n.º 294, de 05/10/1912, quando da primeira gestão municipal do Prefeito João Ignácio Cabral de Vasconcelos Filho (1930-1935), após a vitória da Revolução de 1930 que implantaria a República Nova. (SOUZA, 2011, p. 90-91)

Com essas transformações, o fluxo e estabelecimento de habitantes se tornaram perceptíveis. No final do século XIX, Olinda possuía pouco mais de 20 mil habitantes, cenário que começou a ser transformado no começo do século XX quando passou a contar com 52. 199 habitantes entre brasileiros e estrangeiros na cidade, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1920), mais que o dobro populacional em cerca de 20 anos.

Fato marcado por uma maior ocupação urbana nas áreas próximas ao mar pelo estímulo promovido pela gestão municipal do prefeito Arthur Hermann Lundgren, eleito prefeito em 1913, gerando a necessidade de adequação do traçado urbano da cidade para as práticas de veraneio, havendo uma estimulação da expansão das edificações no entorno da orla. Fato que fez o então prefeito solicitar a formulação de uma nova planta com o traçado da cidade acrescentado às linhas férreas que se desejava acrescentar no local, conforme a figura 1; projeto que incluía a demolição de bens históricos no município.

Arthur Lundgren era o filho mais velho da família milionária com a fabricação de pólvora com a *Pernambuco Powder Factory*, primeira fábrica do ramo no país, fundada por seu pai, o imigrante sueco Herman Theodor Lundgren. Mais tarde, em 1919, sob a mesma influência familiar, também conseguiram a eleição para prefeito de Olinda do Coronel Guilherme Alberto Lundgren, irmão mais novo de Arthur, que nesse ano tornara-se deputado.

Com a implantação do decreto-lei nº 25/1937, o cenário nacional de preservação passou por profundas transformações com a ampliação dos tombamentos isolados em Olinda. A nova legislação pôs um limite para diversas intervenções no patrimônio na cidade, devido ao crescimento da urbanização e os problemas naturais que faziam parte do cotidiano da cidade e das soluções encontradas pela municipalidade já desde o começo do século XX, sobretudo na gestão dos Lundgrens, como foi o caso da demolição das ruínas do Convento do Carmo, em 1907 e de uma das igrejas mais antigas da cidade, a Igreja de São Pedro Mártir, em 1915. (OLINDA, 2016).



Figura 2 – Planta executada a mando do Coronel Arthur Lundgren, 1915, e modificada em 1924, apresentando o traçado para as linhas do bonde (traçado único) e arruamentos futuros, sobretudo no Carmo e Varadouro, paralelas à Avenida Sigismundo Gonçalves (traçado duplo). Fonte: Acervo Digital IPHAN, (ACI-RJ).

Esses são alguns dos exemplos que tiveram impacto nas ampliações dos tombamentos seguintes. Eles demandavam cada vez mais a urgência frente ao perigo de desaparecimento. A intenção da municipalidade com seu projeto de urbanização da área previa a abertura de uma grande via em linha reta em que se pretendia cortar todo o SHO. O projeto aponta para o alargamento da Rua 15 de Novembro e Rua 10 de Novembro. Abrindo sua continuidade sobre a Igreja do Carmo e sua colina, chegando até ao início da Rua do Sol (OLINDA, 2016).

De acordo com Lúcia Gaspar (2011), a gestão municipal durante os primeiros 30 anos da República focava na articulação entre os territórios das duas cidades, promoveu a criação da Estrada de Ferro do Recife à Olinda, com ramal em Beberibe. A construção de transportes que interligassem as cidades foi iniciada ainda em 1817, mas teve sua construção parada por conta da Revolução no mesmo ano. No governo de Francisco do Rego Barros, o Conde da Boa Vista (1837-1844), as obras reiniciaram e começou a circulação de ônibus em 1847.

Aconteciam duas viagens de ida e volta entre Olinda e Recife no ano de 1870, ficaram em circulação por pouco mais de um ano quando começou a funcionar os trens 'maxambombas' da Companhia de Trilhos Urbanos. Somente em Olinda, a estrada possuía mais de 8 km de extensão.

Em 1915 começou a funcionar os bondes de tração elétrica, no ano seguinte tinham sua estação central na Rua da Aurora, nº 38 e de lá partiam bondes para as estações do Hipódromo, Campo Alegre, Campo Grande, Salgadinho, Duarte Coelho, Santa Tereza, Varadouro, Milagres e Carmo, que funcionaram até o início da década de 1920. Na figura 3, vemos os trilhos do bonde que chegavam até a estação central, no canto inferior direito da imagem. (GASPAR, 2011)

Um acordo entre a Prefeitura de Olinda e a *Pernambuco Tramways*, em 1927, permitiu o deslocamento dos trilhos para o centro da Avenida Sigismundo Gonçalves, para melhorar o trânsito local, foi inaugurada a linha do Farol de Olinda, no ano seguinte. A figura 4 apresenta, no lado direito, os trilhos na Avenida Sigismundo Gonçalves.



Figura 3 – Trilhos do Bonde, em Olinda. Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco/MEC

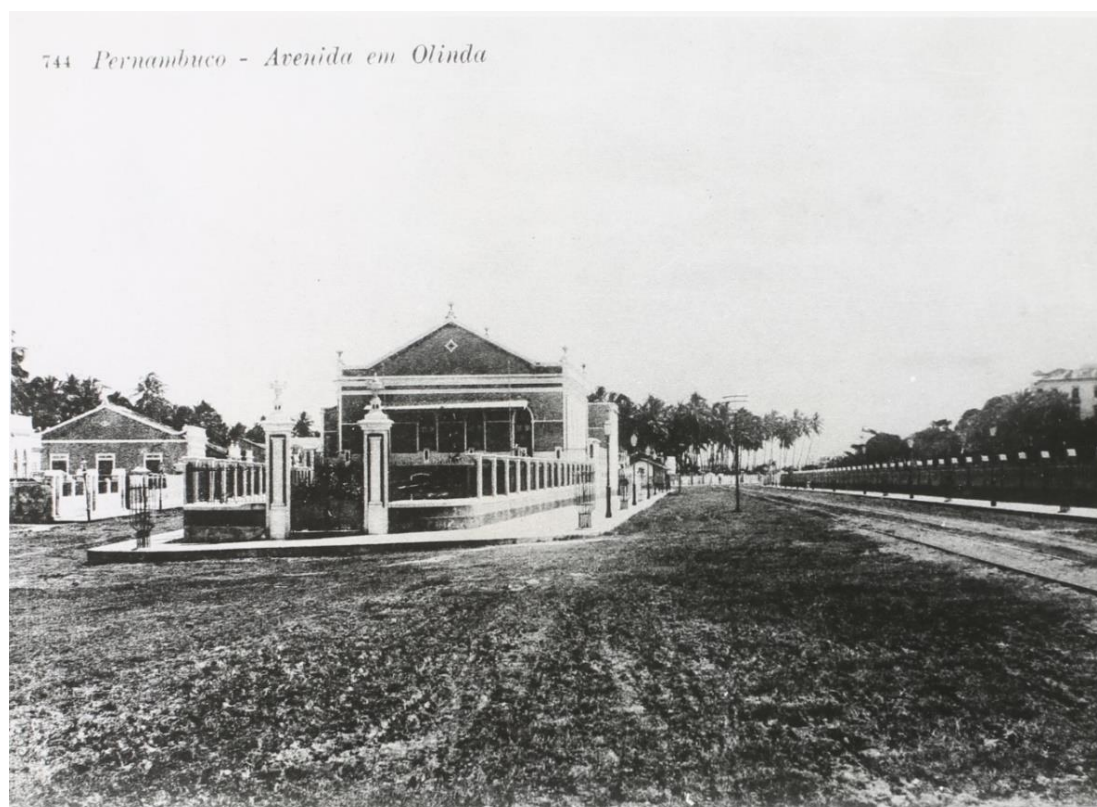


Figura 4 – Av. Sigismundo Gonçalves, sr. Crespo. Fonte: Acervo Digital IPHAN.

Os bondes continuaram a funcionar durante toda a década de 1930 contribuindo para o processo de ocupação da porção Oeste do atual território de Olinda, estimulando os parcelamentos de solo registrados nesta década. O declínio dos bondes como transporte entre Recife e Olinda começou na década de 1940 até sua extinção total em meados dos anos 1950. (GASPAR, 2011).

Por parte da municipalidade de Olinda, não havia política pública para a construção de moradia, mas apenas o incentivo sobre pessoas e instituições privadas para a nova habitação. O fluxo nas praias e construções de casas de veraneio era realizado também por agentes do ramo da construção, como senhores de engenhos falidos, que viam nessas novas construções a oportunidade de lucrar com os aluguéis, momento que comunidades de pescadores são expulsas, nos anos que se seguiram, por conta da atividade imobiliária e a consolidação dos loteamentos nessas propriedades litorâneas. (SOUZA, 2011).

Segundo o arquiteto Augusto da Silva Telles (2008), diferente da área histórica de Recife às margens do Capibaribe, quase que completamente transformada e verticalizada entre os anos 1930 e 1940, Olinda e Igarassu, em Pernambuco, juntamente com outros centros urbanos históricos no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, puderam ser protegidos devido ao seu afastamento das áreas sujeitas à exploração e especulação imobiliária do projeto de desenvolvimento do período, o que retardou as demolições em série para novas construções.

O decreto-lei nº 25/1937 permitiu que no ano seguinte, 11 propriedades fossem preservadas, no intuito de diminuir o impacto do crescimento demográfico ocorrido no início do século XX, com o aumento de tombamentos de bens isolados, sobretudo, religiosos, como a Igreja e Convento do Carmo (figura 5), preservado legalmente a partir de 1938.

Mas foram as transformações urbanas e populacionais na cidade nas décadas seguintes que foram cruciais para uma discussão mais centralizada para que houvesse o tombamento do conjunto, devido à quantidade de bens já salvaguardados dentro do traçado urbano histórico.



Figura 5 – Igreja e Convento do Carmo em Olinda no início do século XX. Fonte: Acervo Fundação Joaquim Nabuco/MEC

O impacto desenvolvimentista entre os anos de 1950 e 1960 começou a atingir os núcleos históricos pela pressão demográfica, metropolização das áreas contíguas, pela implantação de indústrias em suas imediações, inserção dos mesmos em roteiros turísticos e abertura de rodovias nas proximidades.

Estes problemas urbanos que promoveram impactos na paisagem e arquitetura da cidade também aconteceram em outros centros históricos pelo país, como os de Ouro Preto, Mariana, Tiradentes, São João Del-Rei, Paraty, Olinda, Porto Seguro, o Pelourinho em Salvador e da Praia Grande em São Luís. (OLINDA, 2016).

Na figura 6, vemos a Rua do Amparo, no SHO, com a presença de moradores e transeuntes nas ruas e esquinas na década de 1960, e a lateral da Igreja de Nossa Senhora do Amparo, ao fundo da imagem. A figura apresenta equipe técnica da DPHAN avaliando a área histórica.



Figura 6 – Lanços de casas da rua do Amparo com moradores, 1967. Fonte: Acervo Digital IPHAN.

O crescimento demográfico do município de Olinda também foi substancial entre as décadas de 1950, 1960 e 1970. De acordo com os censos demográficos elaborados pelo IBGE, a cidade sofreu uma alteração grande no quantitativo populacional, elevando em mais que o triplo na quantidade de moradores, conforme o quadro 1, sobre o crescimento populacional de Olinda comparado ao de Recife e o do Brasil entre 1950 e 1970.

Quadro 1 – Crescimento Demográfico da Cidade de Olinda, Recife e Brasil (1950-1970)⁴

| Recenseamento Geral da Década | Olinda | % cresc. entre as décadas | Recife | % cresc. entre as décadas | Brasil | % cresc. entre as décadas |
|-------------------------------|---------|---------------------------|-----------|---------------------------|------------|---------------------------|
| 1950 | 62.435 | | 524.682 | | 51.944.397 | |
| 1960 | 108.441 | 73% | 797.234 | 51% | 70.992.343 | 36% |
| 1970 | 199.292 | 83% | 1.084.459 | 36% | 94.508.583 | 33% |

⁴ Dados do Censo Demográfico IBGE 1950, 1960 e 1970.

Nestas duas décadas, em comparação do crescimento populacional do Recife (aproximadamente 107% de aumento) e do Brasil (aproximadamente 82% de aumento), Olinda obteve um aumento populacional de 5,8% a.a entre 1950-1960 e de 5,4% a.a. entre 1960-1970; significando um crescimento total de 219,2% nestas duas décadas.



Figura 7 – Avanço do Mar em Olinda, 1967. Fonte: Acervo Digital IPHAN

Por isso, desde a década de 1950, surgiram em Olinda habitações em áreas irregulares tanto na região do entorno do Rio Beberibe quanto da orla marítima que avançava sobre as casas antigas e novas construções (como na figura 7), passando dessa forma, a comprometer a integridade do núcleo histórico, e os esforços empreendidos para sanar este problema pareciam não ter resultados.

Em 1956, não dispondo o Brasil de laboratórios especializados em hidráulica marítima, recorreu-se à França, contratando-se o laboratório de Grenoble para diagnosticar a situação, cujos resultados foram conhecidos em abril de 1957, apresentando a solução para a defesa de Olinda, que consistia em dois cais longitudinais [...] A obra de enrocamento chegou a ser iniciada e por falta de verbas e entraves burocráticos, deixou de ser concluída, não obstante grandes esforços dispendidos pelo ex-Prefeito Barreto Guimarães. (DUARTE, 1976, p. 188)

Essa situação deu início a outras discussões para que novas políticas públicas fossem tomadas tanto em relação ao município e seus moradores quanto do acervo que compunha a parte colonial do lugar.

É sob estes argumentos que as discussões em torno da preservação do SHO tomam forma; com base nestes dados os intelectuais e os membros da DPHAN/Recife iniciam as discussões para contenção destas problemáticas, nas primeiras iniciativas de preservação dos edifícios e no primeiro tombamento.

2 ESTRATÉGIAS DA DPHAN PARA OS SÍTIOS HISTÓRICOS (1960-1970)



Figura 8 - Ladeira da Misericórdia, Arquivo Digital IPHAN, 1976

Muito à semelhança dos seres humanos, as cidades também têm vida e quase sempre influenciadas por um processo de geração espontânea elas nascem, crescem, desenvolvem, vivem, embora muitas padeçam consequências tumultuosas, alheias ao seu destino, que ameaçam sua estrutura urbana, histórica e política, fazendo-as perder a sua vitalidade, morrendo, quando não são mutiladas em seus domínios culturais. Haja visto o histórico exemplo de Sodoma e Gomorra, Pompéia e São Francisco, Hiroshima e Nagasaki, Valdivia e Agadí, estas últimas abaladas por fenômenos sísmicos como se houvesse algum protesto da natureza. Já em Pernambuco o mar que banha a praia de Olinda fica, de vez em quando enfurecido, encapelado, indomável e afoito como um leão prisioneiro e contrariado por não poder sair da jaula para devorar os maus conservadores dos bens do circo. (LIMA, 1972)

Neste capítulo faremos um breve histórico da política brasileira de preservação operada pela DPHAN entre as décadas de 1960 a 1970. Observamos as ações e as estratégias adotadas para manutenção da paisagem e arquitetura de cidades coloniais como Olinda.

2.1. POLÍTICA E CULTURA NA ERA VARGAS

A política preservacionista no Brasil se inicia a partir da intervenção estatal na área da cultura ocorrida com as legislações estaduais do patrimônio ainda nos anos 1920. São elas a base para as primeiras tentativas de salvaguarda do patrimônio histórico da nação, sobretudo, o patrimônio edificado.

Através das ideias dos intelectuais modernistas de diferentes estados do país, foi construída uma identidade nacional fincada nas raízes do Brasil-colônia.

Em relação às cidades históricas, Ouro Preto tornara-se, então, o mais nítido símbolo da memória arquitetônica colonial da nação. Daí veio o movimento inicial na tentativa de criação de alguma forma de institucionalização da prática de preservar, com as Inspetorias Estaduais de Monumentos. (CANTARELLI, 2012).

Os estados de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, ainda na década de 1920, criam as inspetorias estaduais de monumentos, uma institucionalização primeva da prática de preservação. No âmbito federal, em 1923, o deputado Luís Cedro (PE) apresenta uma proposta tímida de criação da Inspetoria de Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil, sem maiores consequências. Dois anos depois o jurista Jair Lins, designado relator da Comissão pelo presidente estadual Mello Viana de Minas Gerais apresenta a primeira proposta para instituir um órgão com caráter nacional. Espelhada no modelo francês, a valorização do patrimônio possui também o propósito de instruir os cidadãos. (GUSMÃO, 2011, p. 25).

Para Maria Cristina Simão (2006), a influência do movimento modernista brasileiro no campo do patrimônio estava pautada nas teorias europeias de preservação. Elas definiram o modo de preservar no país, culminando na criação do SPHAN no Brasil, em 1937.

Para os modernistas, as razões da causa patrimonial não se limitaram à questão do salvamento dos bens ameaçados, mas primordialmente para construir uma identidade artística nacional moderna para o país. Essa é forjada a partir do conflito com artistas tradicionais e acadêmicos na disputa pela definição de uma

política cultural brasileira e o estabelecimento de parâmetros para a arte nacional. (SIMÃO, 2006).

Esta prática de conservação do passado atrelada simultaneamente à modernização do presente, como ocorrida no Brasil, é considerada uma característica do caso brasileiro. O que Márcia Chuva aponta em sua obra *Os Arquitetos da Memória*, quando diz que

[...] A história da preservação do patrimônio histórico e artístico no Brasil ficou marcada pela relação entre “conservação do passado” e “modernização do presente”, especialmente em função dos agentes envolvidos com a questão. Registre-se que esse aspecto não tem precedente em outros países, tendo se tornado uma das especificidades do caso brasileiro no processo de invenção do “patrimônio nacional”. Ambas as concepções compunham um mesmo projeto, que buscava como características constituintes da *nacionalidade* a sua “racionalidade”, “simplicidade” e “pureza”, identificados pelos arquitetos aparelhados no Sphan como qualificativos da “boa arquitetura” de qualquer época, e particularmente presentes na do período colonial. (CHUVA, 2009, p. 209)

A concretização institucional da política do patrimônio nacional veio nos anos 1930 com a centralização do Estado nas decisões e implementação das novas estratégias no cenário político que se desenhava. Com a Revolução de 1930, a revolta constitucionista de São Paulo de 1932 e a Constituinte de 1934 se constrói uma nova ordem política em nível nacional. Em 1937, o cenário político se redefine, com a instituição do Estado Novo após um golpe, que culminou no encerramento de atividades do Congresso Nacional e na imposição de uma nova Constituição Federal (FAUSTO, 1995).

O Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema solicitou ao intelectual modernista Mário de Andrade a elaboração do anteprojeto de lei que destinava ao Estado a operacionalização da política cultural brasileira, através de um instituto preservacionista, no ano de 1936. (GUSMÃO, 2011).

No Brasil, desde a década de 1930, se estruturou um forte aparelho de Estado central em oposição ao federalismo antes existente. Esse Estado Central desenvolveu diversas políticas nacionalistas.

O governo Vargas estruturou serviços essenciais de saúde e educação, atendendo as demandas da sociedade, mas mantendo as características essenciais de manutenção da segurança pública e nacional. O Estado também assumiu a

responsabilidade pela formação de uma indústria nacional para o desenvolvimento econômico do país.

É desse período as primeiras reformas para um melhor funcionamento do Estado brasileiro, se destacando a criação do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), em 1938, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941 e a criação da Empresa de Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), em 1953, reforçando o caráter nacionalista que buscava o protecionismo da indústria brasileira e os investimentos em infraestrutura. (PIERANTI, CARDOSO e SILVA, 2007, p. 32)

De acordo com Bóris Fausto (1995, p. 333), durante quinze anos, o governo de Getúlio Vargas foi marcado por nacionalismo como política e alta centralização de poder estatal. Logo em seguida a sua chegada ao poder, assumiu as rédeas não apenas do Poder Executivo, como também o Legislativo, a partir da dissolução do Congresso Nacional, dos legislativos estaduais e municipais. Os antigos governadores foram demitidos, exceto o recém-eleito governador de Minas Gerais, e substituídos por interventores federais. O Código dos Interventores, de 1931, estabeleceu as normas que estes deveriam se submeter ao poder central.

Seu governo também foi marcado pelo surgimento de instituições e outras normas de controle nacional. Segundo Chuva (2009), a criação do SPHAN foi parte integrante desse amplo processo de modernização do Estado nacional e não apenas obra dos intelectuais modernistas. O órgão criado para exercer controle sobre a política patrimonial teve a semelhança de outros órgãos marcados pelo nacionalismo.

Inúmeros órgãos, institutos e conselhos foram criados ao longo do Estado Novo, como objetivo de controlar, fiscalizar e definir padrões nacionais. O mesmo deve ser considerado no âmbito da produção cultural e simbólica, em que vários órgãos foram implantados, especialmente dentro do recém-criado MES e do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI), tendo sido, muitas vezes concorrentes e adversários, caracterizando uma disputa interburocrática, no interior da sociedade política. [...] Assim, para se alcançar a modernização almejada, era imperativo que a “vontade nacional” fosse colocada acima dos interesses de classe, com o que se justificava a adoção de um governo forte e centralizador como forma de capacitar o Estado para agir contra o fantasma da fragmentação social e como guardião do interesse nacional. Esse Estado identificava-se com o “interesse público”, como se veria nos discursos de diferentes agentes que, de alguma forma, partilhavam do universo político e cultural naquele momento. (CHUVA, 2009, p. 114-115).

É visando esses objetivos traçados pelo governo do Estado Novo que a partir da formulação e implantação da CF do Estado Novo, em 1937, se faz uma ligação direta entre os bens culturais históricos e o próprio conceito de patrimônio nacional, quando versa o artigo 134:

Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens e os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da União, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional. (BRASIL, 1937)

Essa foi a base para o Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, como vimos esse é resultado de diversas discussões e refletindo o pensamento modernista da época, a necessidade de controle político da cultura. Sendo considerado o precursor de toda legislação patrimonial existente no Brasil esse instrumento legal rege o tema até a atualidade. (CHUVA, 2009)

A partir deste decreto o tombamento foi escolhido como meio de proteção legal do patrimônio cultural. Do direito português, a expressão ‘tombamento’ significava inventariar, inscrever nos arquivos do reino guardados na torre do Tombo (OLIVEIRA, 2008, p. 120).

Com o Decreto-Lei nº25/1937, a prática do tombamento no Brasil foi utilizada de forma a obrigar o proprietário a oferecer primeiramente seu bem ao Estado e tornava sua integridade de competência do SPHAN.

O tombamento não retirava o direito do proprietário alienar seu patrimônio. Contudo, impunha o direito de preferência, obrigando que o bem a ser alienado fosse oferecido previamente à União, ao estado e ao município onde o mesmo se encontrasse, nessa ordem. Semelhante aos projetos de lei anteriormente citados e ao texto da legislação francesa, no artigo 17º do decreto-lei nº 25/1937 ficava determinada a obrigatoriedade do proprietário na conservação do bem tombado e a autoridade do SPHAN como único órgão competente para garantir a integridade de tais bens, vigiando, fiscalizando e definindo as formas apropriadas para sua restauração. (CHUVA, 2009, p. 170)

Os bens passaram a ser inscritos nos seguintes livros, de acordo com sua natureza: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas. (IPHAN, 1994)

Nunca houve um consenso específico sobre que tipos de bens iriam compor cada categoria e estes foram sendo inscritos a partir do entendimento da própria instituição, conforme os momentos específicos.

O SPHAN dos tempos de Rodrigo Melo de Franco Andrade tinha como missão ‘forjar’ a nação brasileira através da narrativa do patrimônio nacional. Através dos monumentos, o órgão tinha a tarefa de se apropriar do passado pra garantir a criação do ‘ser brasileiro’ e a existência e continuidade da nação (SILVA, 2012, p. 45).

Espelhar-se no passado significava buscar raízes e olhar para o futuro e não simplesmente copiá-lo ou reproduzi-lo. Lúcio Costa e Mário de Andrade, cada um em sua seara, determinaram a definição desses parâmetros. O poeta modernista entendia que a poesia moderna caracterizava-se pela pureza, despojamento, atualidade e economia nos meios utilizados. Na arquitetura colonial existiam características que, segundo Lúcio Costa, assemelhava-se à arquitetura moderna. (SIMÃO, 2006, p. 30-31)

Com essa premissa, os intelectuais modernistas à frente do SPHAN escolheram a arquitetura colonial brasileira com base na concepção do patrimônio como parte da nacionalidade e da identidade. Ideia já consagrada na literatura nacional de Maria Cecília Londres Fonseca (1997), Lúcia Lippi Oliveira (2008), José Reginaldo Santos Gonçalves (1996), Márcia Regina Chuva (2009), entre outros.

A arquitetura barroca erigida pelo colonizador português, buscada com afinco pelos técnicos do patrimônio e encontrada em diversos pontos do país unificava o território e conferia identidade ao Brasil. [...] A relação entre tradição e modernidade é constituinte do ideário nacionalista dos anos 1920 e foi posteriormente instrumentalizada nas estratégias de ação varguistas. O Iphan foi uma das frentes abertas pelo Ministério da Educação e Saúde, a partir do estabelecimento de padrões artísticos e arquitetônicos, nos quais a produção colonial estava no topo da escala de valores. O projeto de patrimônio nacional estabelecido no Iphan teve clara opção pela arquitetura. Eram os objetos do mundo edificado que representariam o passado brasileiro e o articulariam ao presente, ao Estado Novo. Os arquitetos foram a maioria dos profissionais envolvidos com a preservação; [...] (NASCIMENTO, 2016, p. 122)

A historiadora Márcia Chuva (2009) salienta que os anos iniciais da gestão de Rodrigo Andrade foram de grande investimento na concretização de projetos, quando através da gestão do ministro Gustavo Capanema, foram criadas as condições para a legitimidade e consolidação do SPHAN. “A aprovação do decreto-lei nº 25/1937, vinte dias após o golpe que instalara o Estado Novo, é o primeiro sinal do que viria se dar ao longo dos anos seguintes, até o final da ditadura Vargas.” (p. 144).

Segundo Nascimento (2016), estas escolhas arquitetônicas para serem eternizadas através do tombamento fazia jus à produção do conhecimento e história da área de arquitetura. Uma vez profissionalizada a arquitetura, o seu campo de atuação foi alargado e conseqüentemente teve aumento nas pesquisas e no conhecimento sobre a arquitetura colonial. O pressuposto era a escrita da história, já que a arquitetura colonial e barroca era o verdadeiro testemunho que pautou os conceitos e preceitos da CF do país, “preservou-se aquilo que seria fonte da história ou prova documental da articulação identitária nacional”. (p. 123).

Flávia Nascimento (2016) e Márcia Chuva (2009) ainda nos esclarecem que este tipo de arquitetura era a fonte para a produção de conhecimento e institucionalização das práticas de preservação no Brasil, encravando nos cidadãos a nova cultura nacional que fora legada pelos bens tombados, que eram o próprio reflexo da história do país. Nesse sentido a

[...] preservação de certos exemplares garantiria o conhecimento do que se gostaria de escrever como história. Lançou-se mão do tombamento como recurso de afirmação da arquitetura, defendida como garantia da materialidade e prova de originalidade não só às gerações futuras, mas às ameaças do presente. Os tombamentos eram a prova final da vitória. No caso dos arquitetos “modernos da repartição”, fundadores das práticas de preservação no Brasil, a relação entre materialidade e escrita da história esteve lado a lado das justificativas por proteções legais dos bens selecionados. (NASCIMENTO, 2016, p. 123).

Impelidos por esse ideal, os arquitetos do Brasil participaram ativamente dos encontros internacionais promovidos em prol da preservação. Renato Soeiro esteve em Atenas, nos anos 1930. Em Veneza, na década de 1960, contou com a participação de Ícaro de Castro Mello, Flávio Silveira, Wladimir Alves de Souza e Gian Carlo Gasperini, representantes do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB).

Uma vez que o Brasil através de seus representantes participou na elaboração e assinatura dos documentos internacionais, a difusão das discussões inculcadas na *Carta de Veneza* no Brasil aconteceu de forma rápida, sobretudo em São Paulo. Mas também alcançando outros lugares do país, através de cursos de conservação. (NASCIMENTO, 2016)

2.2. INTEGRAÇÃO DA POLÍTICA CULTURAL NO GOVERNO MILITAR

De acordo com Pieranti, Cardoso e Silva (2007), no ano de 1958 com a ascensão à Presidência por Juscelino Kubitschek (JK), o Estado brasileiro adota um caráter desenvolvimentista de base no capital estrangeiro e na abertura do mercado nacional para empresas estrangeiras. A política de Estado do governo JK criou entidades públicas proporcionando o desenvolvimento industrial privado, se criando, nesse período, a Superintendência de Desenvolvimento da Região Nordeste (SUDENE) e as obras de construção de parte da malha viária interestadual.

No final dos anos 1950 e início dos anos 1960, o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDE) assume papel no desenvolvimento de projetos de modernização da economia brasileira para alcançar sua estabilidade e combate à inflação e déficit público. (FAUSTO, 1995).

No momento em que a *Carta de Veneza* foi elaborada e difundida, em 1964, o Brasil dava início a um novo período marcado por forte controle estatal oriundo da ascensão de um governo presidido por militares. Era instaurado o regime político de caráter ditatorial civil-militar, que passaria então as próximas duas décadas implantando mudanças e controles políticos, de práticas e culturais, sobretudo em relação ao campo da preservação. (SILVA, 2012).

O governo militar também continuou no eixo desenvolvimentista até seu enfraquecimento no final da década de 1980, pois havia uma associação do Estado privatizador com o capital nacional e internacional, contando com a criação de diversas empresas estatais

[...] cabendo ao Estado prover a infraestrutura necessária para a atuação do capital privado. Seria também atribuição do Estado atuar em setores econômicos considerados estratégicos para o país no que se refere à segurança nacional” (PIERANTI, CARDOSO e SILVA, 2007, p. 33)

A década de 1960 e 1970 também foi de profundas transformações no campo da política patrimonial, afetando diretamente a cultura no Brasil. Segundo Azevedo (2017), o período, marcado pela outorga de uma nova Constituição Federal, em 1967, e o golpe de Estado em 1968 regido por uma série de Atos Institucionais (AI), é em consequência de todo o processo nacionalista iniciado desde anos antes do golpe. Ele culmina na instauração do AI nº 5, em 1968, quando o regime se tornou mais duro e repressivo, sobretudo na cultura.

Fato reforçado por Pieranti, Cardoso e Silva (2007) ao analisar a publicação do livro Planejamento Estratégico, de 1958, baseado nas conferências apresentadas nos cursos da Escola Superior de Guerra (ESG), pelo então coronel Golbery de Couto e Silva:

Menos de oito anos depois do lançamento do livro, as idéias do já general começariam a ser postas em prática, graças à mudança de regime e à notoriedade atingida pelo autor. O livro tornou-se, então, não só referência obrigatória para a compreensão da interpretação do conceito de segurança nacional durante o regime militar, como também peça fundamental para se repensar o mesmo conceito. [...] Segurança nacional, sob a ótica de Golbery, significa a destruição de possíveis ameaças à rotina da sociedade, ao funcionamento do Estado e à vida dos governantes. A flexibilidade desse conceito facilita interpretações diversas. Cabia ao governante a decisão de que postura adotar, diante dos perigos que também ele era o responsável por reconhecer. A segurança nacional estaria, dado seu caráter coletivo, acima de direitos individuais e comportamentos privados, passíveis de supressão quando necessários. (PIERANTI, CARDOSO e SILVA, 2007, p. 35).

Esse protecionismo encabeçado pelo Estado, no entanto, acabou favorecendo o patrimônio edificado nacional em muitos aspectos. Por conta do perfil do governo nacionalista e de integração nacional, a preocupação com o engrandecimento do país e a segurança da nação diante de ideologias que afetassem o regime. Fazendo com que uma das estratégias apresentadas para a salvaguarda do patrimônio de Olinda fosse a transformação dela em área de segurança nacional para ser administrada diretamente pelo governo federal, fato apresentado melhor no terceiro capítulo.

No início do governo militar, a DPHAN presencia outra mudança bastante simbólica e significativa para o cenário preservacionista nacional, a mudança da Diretoria do órgão que era operacionalizada, desde a fundação, por Rodrigo Melo Franco de Andrade. Esta mudança teria sido preparada desde 20 anos antes por Rodrigo Melo de Andrade que, a princípio convida o arquiteto Lúcio Costa, que se nega por falta de habilidade em questões burocráticas.

A escolha passa então a ficar sob a responsabilidade do arquiteto Renato de Azevedo Soeiro, um dos pioneiros da arquitetura modernista brasileira. Sua atuação como diretor da DPHAN (1967-1979), é chamada pelo historiador Paulo Ormino de Azevedo (2017) de “Revolução Silenciosa”. Ocorrida sem alarde, sem imprensa e quase de forma informal, mas que causou profundas transformações no órgão.

Nos anos que antecederam a chegada de Soeiro na chefia da DPHAN, o arquiteto já tinha chegado à chefia da Divisão de Conservação e Restauração da DPHAN, em que havia sido transformado o SPHAN em 1946, tornando-se o braço direito de Andrade durante 21 anos.

Com esse posto, segundo Azevedo (2017), ele teve mais abertura para se inteirar do que acontecia no cenário internacional em relação ao tema da preservação, participando da reunião preparatória da Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural em Evento de Conflito Armado (UNESCO, 1952), Simpósio de Preparação (1965) e a Reunião sobre a Conservação e a Utilização do Patrimônio e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, que aprovou as Normas de Quito, da OEA (1967).

Neste mesmo ano, ele foi eleito para o conselho do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauo de Bens Culturais (ICCROM), em Roma, e participou da reunião conjunta do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e *Institut Royal du Patrimoine Belgique* para a organização do Centro de Documentação do ICOMOS.

A função de Soeiro na administração da DPHAN seria a de preservar os monumentos e cidades históricas. Uma sucessão tácita em que a transmissão do cargo “foi feita num sábado pela manhã, sem a presença de autoridades nem jornalistas” (AZEVEDO, 2017, p. 45). Sua gradativa ascensão às principais chefias dentro do órgão, num contexto anti-Vargas e de forte autoritarismo militar, a falta de publicidade da mudança de chefia era de se esperar, para evitar indicações de outros nomes, pois o órgão necessitava de pessoas estritamente confiáveis e de acordo com o regime para os cargos de chefia.

Sua trajetória na DPHAN, as recomendações de Rodrigo Melo Franco de Andrade juntamente com o apoio de Gustavo Capanema (deputado e criador do antigo Sphan) e de Josué Montello (presidente do Conselho Federal de Cultura - CFC) foram fundamentais para que Soeiro assumisse o posto de presidente do órgão em 1967. (SILVA, 2012)

Conforme Roberto Sabino da Silva (2012), no Regime Militar, um dos órgãos que mais sofreu alterações institucionais com relação ao campo cultural foi a DPHAN. Nos anos que se seguiram ao início do regime houve o aumento da dotação orçamentária para a preservação, indicando a preocupação de o governo

militar com esta área, uma vez que a cultura era um meio de difusão dos valores e visões do regime. (p. 50).

Soeiro tinha consciência de que o patrimônio não podia continuar à margem da dinâmica socioeconômica do país, com um peso morto. Os objetivos econômicos do regime militar, explicitados ainda no governo Castelo Branco com o Plano de Ação Econômica do Governo – Paeg eram claros: desenvolvimento econômico e combate à inflação. A estratégia de Soeiro seria a integração do patrimônio a esse processo de desenvolvimento, cooptando para isso outras esferas de poder – federal, estadual e municipal. (AZEVEDO, 2017, p. 46).

A solução de Soeiro para controlar essa dinâmica de preservação e crescimento econômico foi colocar em prática na sua gestão uma expressiva quantidade de tombamentos de conjuntos urbanos históricos no país.

Somente no Nordeste sete (7) conjuntos urbanos foram tombados em seu período na presidência: São Cristóvão (SE) – 1967; Olinda (PE) - 1968; Porto Seguro (BA) – 1968; Cachoeira (BA) – 1971; Igarassu (PE) - 1972; Lençóis (BA) – 1973; São Luis (MA) – 1974. Outros ainda tiveram sua influência, sendo inscritos nos anos que se seguiram à sua saída, ainda que feitos sob apelo de residentes da elite desses locais, como o caso de Olinda. Mas todos que só conseguiu êxito devido à essa nova forma de atuação dentro do órgão federal.

Paulo Ormino de Azevedo (2017) aponta, através da atuação de Soeiro, para um tema que é pouco explorado pelos estudiosos da política patrimonial no país. A articulação do IPHAN com organismos internacionais a partir de 1952 e que foi maximizada na gestão do arquiteto, entre 1967 a 1979.

Tanto a ampliação do conceito de patrimônio cultural e natural, como sua relação com o planejamento urbano e aproveitamento turístico ecoaram no mundo com a participação e o protagonismo da DPHAN. Sobretudo no final da década de 1960 e anos que se seguiram, marcados pela crescente necessidade de alavancar o déficit econômico no país, com alta da inflação. A saída para a crise econômica instalada no país com as transformações urbanas e abertura para indústrias, no entanto, ameaçava a sobrevivência dos sítios históricos, conforme Paulo Ormino de Azevedo:

A industrialização, deflagrada a partir da década de 1950, e a conseqüente urbanização haviam transformado o país. Aquele foi o período de maior urbanização do Brasil, quando o mercado imobiliário se estruturou em bases capitalistas. O desafio do patrimônio não era mais a afirmação, senão sua gestão, frente às pressões urbanas e econômicas. A posse de Soeiro ocorreu no

período mais duro da ditadura militar instalada com o golpe de 1964. (AZEVEDO, 2017, p. 46).

Entre os anos de 1953 e 1967 o número de tombamentos se multiplicou enquanto que as verbas para conservação e restauração haviam encolhido. O DPHAN permanecia sem regimento interno mesmo após 30 anos de sua fundação e mantinha praticamente o mesmo número de funcionários. Uma das críticas mais severas ao órgão partia dos nordestinos, incluindo Gilberto Freyre. O favorecimento de Minas Gerais e Rio de Janeiro, à época, concentravam juntos, 43% dos tombamentos realizados no período.

O Plano Estratégico de Ação da DPHAN elaborado por Soeiro em 1968, que seguia embora nunca tivesse divulgado, provava que a expansão silenciosa do patrimônio nos anos que se seguiram foi encabeçada por ele, com um plano de ação separado em cinco capítulos, que versavam sobre a Filosofia do órgão, a Instrumentação para modernizar a administração do órgão, a Irradiação nacional, tratando da descentralização do órgão, integrada pela DPHAN com instituições criadas nos estados e municípios, colocando em prática o artigo 23 do Decreto-lei nº 25/1937 que previa a cooperação da União, dos Estados e municípios na preservação do patrimônio nacional. (AZEVEDO, 2017, p. 48).

Para Soeiro, a preocupação não seria, como foi no caso de Rodrigo Melo Franco de Andrade, a invenção ou a criação da nação, mas sua integração. No entanto, mesmo com o surgimento de um novo contexto, as representações patrimoniais do IPHAN continuavam excluindo uma diversidade de expressões culturais que só seriam reconhecidas como patrimônio pelo órgão em fins da década de 1970, com a posse de Aloísio Magalhães como diretor da instituição. Todavia, o período que Renato Soeiro foi diretor do IPHAN, não pode ser tratado pura e simplesmente como uma continuidade dos trabalhos de Rodrigo Melo Franco de Andrade. (SILVA, 2012, p. 46).

O Plano de ação de Soeiro também se referia a Recursos, para a sustentação do órgão, com a criação de fundos, taxação da atividade turística e venda de produtos. No que toca a Legislação, Renato estava

“acenando com a possibilidade de aperfeiçoamento da legislação patrimonial, especialmente no que toca a sua aplicação a cidades e conjuntos históricos.”. (AZEVEDO, 2017, p. 48)

Apesar das mudanças trazidas com a nova gestão, um aspecto permaneceu do legado de Rodrigo Melo Franco de Andrade em torno das políticas patrimoniais, a perpetuação da salvaguarda das expressões coloniais. Esse rompimento só veio ocorrer na atuação de Aloísio Magalhães, na década de 1980. O grande desafio de

Soeiro repousava em um contexto onde seria necessário aliar o desenvolvimento econômico do país, atendendo a indústria do turismo e conseguir êxito na preservação dos bens, através da descentralização de ações de preservação. (SILVA, 2012).

O crescimento urbano e a desigualdade regional, de acordo com Renato Sabino da Silva (2012, p. 49), juntamente com o advento do mercado turístico, a industrialização crescente da década e questões voltadas à preservação do meio ambiente, se apresentava a Renato Soeiro, uma vez que nos primeiros 30 anos de atuação de Rodrigo Melo Franco de Andrade, o tema do desenvolvimento econômico e da preservação parecia oposto, sobretudo o dilema inserido na problemática do tombamento e da propriedade privada.

No entanto, no começo dos anos 1970, o órgão procurava superar esse entrave, o desenvolvimento econômico devia ser parte do processo de preservação do patrimônio e o meio escolhido para compatibilizar esse interesse foi a indústria do turismo. Que em associação à demanda pela proteção ambiental, que acabara de entrar na pauta da agenda de diversos países, também passa a ser considerada como um elemento de desenvolvimento social. (SILVA, 2012)

No ano de 1970 acontece uma reestruturação administrativa do Ministério da Educação e Cultura (MEC), com os conselhos federais de Educação, de Cultura e o Nacional de Moral e Civismo passando a compor órgãos normativos, e o papel executivo ficando a cargo do Departamento de Assuntos Culturais (DAC), e a DPHAN passa a se denominar Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

No Brasil, o tema da preservação ganha força com o acelerado desenvolvimento econômico de o governo militar e a DPHAN passa a assumir também a preservação de áreas naturais, ampliando seu campo de atuação para além dos edifícios e das obras de arte nacionais. (SILVA, 2012).

A descentralização das ações de preservação também foi outra demanda que Renato Soeiro precisava responder. Em um país com dimensões continentais, ficava difícil todas as ações de preservação ficarem sob a responsabilidade de um único órgão de instância federal. Nesse sentido, os governos estaduais e municipais seriam convocados para que com verbas e pessoal técnico qualificado pudessem atuar nas ações de preservação do patrimônio nacional. Se no período de Rodrigo Melo Franco de Andrade a frente do antigo Sphan, o patrimônio era um importante elemento para 'forjar' a nação, cumprindo papel 'exemplar' no processo civilizatório; no contexto de Renato Soeiro, o escopo das discussões seria outro, o

patrimônio deveria ser instrumento de integração da nação. (SILVA, 2012, p. 50).

Essa integração entre todos os poderes do Estado brasileiro se tornou funcional com a ‘utopia autoritária’ (Fico, 2004), servindo de elemento ideológico que agregava todas as instâncias, abarcando a área cultural. A integralização dos poderes era pautado na “Doutrina de Segurança Nacional” formulado no período da Guerra Fria, e que segundo Carlos Fico (2004), era um conjunto de considerações geopolíticas que perseguiram o objetivo do “Brasil potência”.

A ideologia também repousa na concepção de guerra interna permanente contra o comunismo e os países ocidentais, e cujo objetivo era unificar as diferenças, procurando a integração de todas as regiões no intuito de acalmar conflitos e diferenças internas em prol da nação.

Para ter maior cooperação dos novos princípios adotados através dessa reestruturação do campo cultural, o MES convocou, ainda em 1970, governadores, prefeitos e secretários estaduais de cultura para uma reunião (Compromisso de Brasília), cujo objetivo era a integração de estados e municípios com o IPHAN.

Se repetindo no ano seguinte, 1971, no 2º Encontro de governadores de estado, prefeitos e secretários de cultura em Salvador, seguindo as mesmas temáticas do primeiro encontro, (SILVA, 2012, p. 52) que eram em suma três pautas:

[...] a indústria do turismo, a preservação de bens de ‘valor natural’ e a integração de estados e municípios nas ações de preservação. Das três questões [...] a integração entre as regiões nas ações de preservação era a que mais interessava ao regime. Essa política de integração das regiões do país era pauta de todos os órgãos ligados ao MEC. Podemos citar como exemplo o Conselho federal de Cultura que em 1971, já contabilizava a existência de vinte e dois Conselhos Estaduais de Cultura. (SILVA, 2012, p. 52).

Nesse período de integração nacional são fundados diversos órgãos responsáveis pela cultura, objetivando descentralização do órgão federal, mas sem deixar de obter controle devido à Segurança da nação. O Nordeste em especial despertava cada vez mais a atenção dos governantes devido à possibilidade de exploração do turismo através dos monumentos naturais e culturais, conforme as medidas encabeçadas pela UNESCO de atrelar a sustentação do bem com o desenvolvimento e exploração econômica. Uma das primeiras ações de Soeiro no sentido de descentralizar a atuação do IPHAN, foi, portanto, a criação dos órgãos estaduais e municipais.

No lastro das orientações da UNESCO, o órgão estabeleceu a necessidade de implantação de Planos Diretores para a Proteção dos Conjuntos urbanos e paisagísticos que atuassem de forma interministerial, ou seja, que os ministérios responsáveis por obras públicas que pudessem afetar o patrimônio nacional, contassem com a orientação do IPHAN como forma de evitar interferências prejudiciais aos bens culturais e naturais. Por outro lado, esses planos tinham o papel de dinamizar economicamente o patrimônio nacional, eliminando sua obsolência funcional e permitindo seu pleno uso funcional. (SILVA, 2012, p. 57).

O saldo dos encontros com os governadores dos estados é a criação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste (PCH), surgido da integração do Ministério do Planejamento e do MEC, previa a:

“descentralização da atividade de preservação, a formação de instituições e conselhos, em nível estadual e municipal, que se comprometiam com recursos financeiros.” (GUSMÃO, 2011, p. 32).

Os conjuntos arquitetônicos urbanos passaram então a equivaler numericamente aos bem religiosos, que eram mais numerosos na *fase heroica* de Rodrigo Melo Franco de Andrade, com uma constante distribuição geográfica dos bens, que passava da quase exclusividade de Minas Gerais para outros estados, como Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo e Pernambuco. Este é o cenário e o período do tombamento do Conjunto Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico de Olinda, que teve o processo de tombamento iniciado em 1962 e concluído em 1968.

A criação dos institutos estaduais do Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio de Janeiro se juntavam aos de São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Santa Catarina, no intuito de distribuir responsabilidades na preservação de bens culturais entre estados e municípios. A descentralização passava não apenas de interesse dos governadores e prefeitos para aumentar as receitas através do turismo, mas também do IPHAN, que angariava recursos para suas ações através de apoio institucional. (SILVA, 2012).

Conforme Diego Santos (2015), até a metade dos anos 1970, poucos estados brasileiros possuíam legislações e órgãos estaduais de preservação. Pernambuco, que nesse momento já contava com 53 monumentos tombados em nível federal, ainda não possuía uma legislação referente a seu patrimônio cultural. O estado, anfitrião do PCH, com sede no Recife, com restauros iniciados em Olinda e Recife, através do auxílio dos arquitetos Fernando de Barros Borba e José Luis Mota Menezes, organizaram uma Fundação com flexibilidade e poder de execução, financiada pelo Banco do Estado de Pernambuco (BANDEPE).

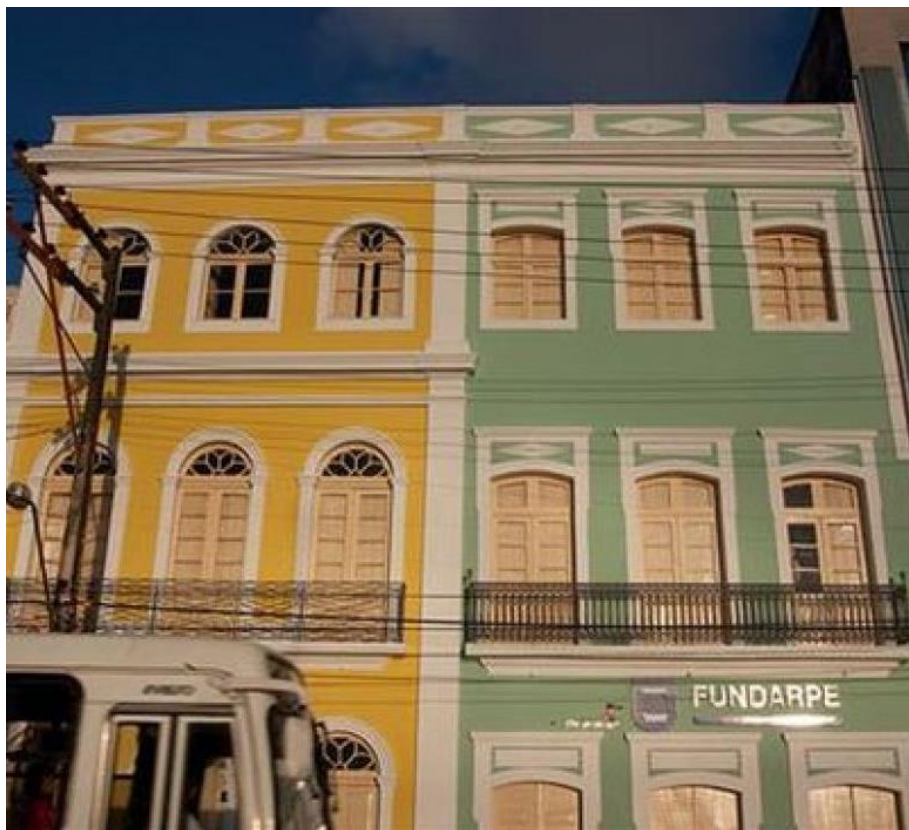


Figura 9 – Fachada da sede da FUNDARPE à Rua da Aurora, no bairro da Boa Vista, no Recife.
Fonte: <http://www.cultura.pe.gov.br/fundarpe/>, acesso em 12 jan. 2019.

A instituição da FUNDARPE aconteceu no dia 17 de julho de 1973, com a presença do Presidente do BANDEPE. Instituição técnica jurídica de direito privado, a FUNDARPE foi o órgão responsável pelos pareceres técnicos de tombamentos em nível estadual, trabalhando na fiscalização, conservação, restauro e aplicação dos efeitos do tombamento no estado.

O contexto político e cultural, apresentado anteriormente, favoreceu a criação do órgão em 1973, como parte da integração do campo cultural nacional, bem como participou do processo de invenção de uma tradição e identidade pernambucanas em constante disputa simbólica após a descentralização do IPHAN. (SANTOS, 2015)

Em pouco tempo de atuação administrativa independente, com a lei nº 6.873/75 foi vinculada ao governo do Estado de Pernambuco através da Secretaria de Educação e Cultura e posteriormente à de Turismo, Cultura e Esportes. Essa fusão aumentou a burocracia para captação de recursos e não proporcionou verbas para as intervenções nos bens imóveis.

Durante a década de 1970, a FUNDARPE não estava integrada ao Sistema Estadual de Tombamento de Pernambuco tinha apenas a função de executar projetos de restauração no estado com os recursos do PCH. A responsabilidade pela condução da política cultural no estado veio apenas na década de 1980. Década em que a instituição sofreu diversas modificações internas, sobretudo em relação ao número de pessoal contratado para atuar no órgão, conforme Santos (2015):

No ano de 1979, diante de uma nova configuração administrativa, foram criadas a Diretoria do Patrimônio Histórico e a Diretoria de Assuntos Culturais. Ao completar um decênio de existência, em 1983, o número de funcionários da Fundarpe saltou de 71 para os incríveis 140. Em sua maioria, estagiários contratados do curso de Arquitetura da Universidade Federal de Pernambuco configurando o mesmo tipo de profissional que figurava no IPHAN e a produção dos discursos sobre o patrimônio de então. (SANTOS, 2015, p. 144-145).

Esse fato gerou maiores despesas com pagamentos ao passo que obtinha poucos recursos financeiros, principalmente por parte do governo do Estado. Com a lei estadual nº 7. 970, de 18 de setembro de 1979, responsável pela instituição do Sistema Estadual de Tombamento, regulamentada pelo decreto nº 6. 239, de 11 de janeiro de 1980, estava criada a base jurídica para a ação de preservação dos bens imateriais, definindo critérios de proteção, os Livros de Tombo para inscrição, etc. O decreto especificava as instituições que iriam compor o Sistema Estadual de Tombamento:

Art. 3º A defesa e a preservação do patrimônio histórico e artístico de Pernambuco compete ao Sistema Estadual de Tombamento, composto dos seguintes órgãos: I – a Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, como órgão gestor do processo de tombamento; II – o Conselho Estadual de Cultura, como órgão executor; III – a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, como órgão técnico. (FUNDARPE, 2009, p. 22).

Conforme a Lei Estadual nº 7. 970/79, os Livros de Tombo do Sistema Estadual de Tombamento ficaram estabelecidos como: I – bens móveis de valor arqueológico, etnológico, histórico, artístico ou folclórico; II – edifícios e monumentos isolados; III – Conjuntos urbanos e sítios históricos; IV – Monumentos, sítios históricos e paisagens naturais; V – Cidades, vilas e povoados. (FUNDARPE, 2009, p. 22).

A FUNDARPE atuou com a elaboração dos estudos técnicos que serviam de subsídio para as propostas de tombamento. Seguindo a mesma dinâmica do IPHAN,

a equipe responsável pela elaboração destes estudos era formada em sua maioria por arquitetos, e em menor número por historiadores, engenheiros e um arqueólogo, fato evidente no tipo de tombamento instituído na primeira década, relativos à bens materiais arquitetônicos. (SANTOS, 2015).

2.3. A MISSÃO UNESCO EM PERNAMBUCO

Como falado anteriormente, a compatibilização da preservação e o desenvolvimento econômico sempre esteve no topo dos desafios a serem superados na gestão de Soeiro à frente da DPHAN.

Na busca por reformulação de ações de patrimonialização que abarcassem essas questões, a DPHAN solicita consultoria da UNESCO, que envia Michel Parent, em 1967, no intuito de realizar um diagnóstico da política de preservação cultural e natural e sua vinculação ao turismo e economia. (SILVA, 2012).

Entre os anos de 1966 e 1967, Michel Parent, inspetor técnico do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França, esteve no Brasil junto com uma equipe para elaboração de relatório técnico da missão financiada pela UNESCO a respeito dos bens históricos nacionais. A missão da UNESCO ocorre justamente no período de transição da guarda do IPHAN para Renato Soeiro e já anuncia a nova dinâmica com visibilidade internacional que o órgão buscava atuar.

[...] além de fornecer uma visão das ações, iniciativas e perspectivas daquele organismo no que concernia ao conhecimento e preservação dos bens culturais em uma abrangência mundial, contribui para se entender a relação estabelecida ao longo dos anos entre o órgão brasileiro responsável pela proteção do patrimônio cultural, o IPHAN, e a UNESCO, assim como para se acompanharem as mudanças ocorridas na própria forma de se pensar o patrimônio nessas duas organizações. (LEAL, 2008, p. 13).

A missão foi vista pela imprensa como uma iniciativa da UNESCO, realizada a fim de atender uma solicitação de avaliação dos laboratórios da DPHAN, que queria estabelecer um programa para o futuro, com visita às edificações antigas do sítio urbano de Ouro Preto e encaminhamentos de propostas para sua conservação, de acordo com o relatório de Paul Coremans, de maio de 1964.

O relatório também deixou claro o interesse das autoridades brasileiras nas análises geradas por estes relatórios, através da participação de Rodrigo Melo

Franco de Andrade, diretor da DPHAN, no detalhamento da missão. O contato entre a UNESCO e a DPHAN também é de auxílio especializado e cooperação técnica em relação ao patrimônio cultural com o crescimento da industrialização entre as décadas de 1950-60 no Brasil. (LEAL, 2008).

Além de examinar a situação do patrimônio protegido, Parent veio ao Brasil com o objetivo de avaliar a demanda do instituto de se implementar aqui um Plano de Incentivo ao Turismo Cultural. No relatório elaborado após suas duas visitas, o consultor francês identificou no país um potencial turístico importante e digno de interesse internacional, cujo desenvolvimento estaria condicionado, entretanto, a uma série de providências: planejamento urbano e controle dos impactos do turismo nas cidades históricas, repartição de competências entre as esferas de governo, gestão integrada desse patrimônio por parte do poder público, formação de quadros técnicos e reestruturação administrativa do Iphan, entre outras (SANT'ANNA, 2016, p. 62).

Nas décadas de 1950 e 1960 ocorreram grandes mudanças no modelo de desenvolvimento brasileiro. Nesse período, a ideia do desenvolvimentismo atrelou o nacionalismo aos valores de modernização. Foi a época áurea da industrialização, da urbanização e da interiorização, estimuladas pela construção de Brasília.

As consequências para a preservação desse modelo de desenvolvimento repercutiram não apenas no nível simbólico – na medida em que essa ideologia se contrapunha à continuidade e à tradição – como nos níveis econômico e social – devido ao intenso processo de migração para as capitais e a valorização do solo urbano, desarticulando processos espontâneos de preservação do patrimônio, tanto o edificado como o paisagístico. (FONSECA, 2009)

Estas tensões recaíram ainda mais sobre a preservação das cidades históricas e centros históricos de grandes cidades e seus entornos. A atuação cultural da DPHAN até então era inadequada ao àquela forma de desenvolvimento que a indústria estava promovendo. A UNESCO foi um auxílio que o SPHAN precisou recorrer

[...] a partir de 1965, para reformular e reforçar sua atuação, visando a compatibilizar os interesses da preservação ao modelo de desenvolvimento então vigente no Brasil [...] Esta articulação foi feita em duas direções: seja considerando os bens culturais enquanto mercadorias de potencial turístico, seja buscando nesses bens os indicadores culturais para um desenvolvimento apropriado. (FONSECA, 2009, p. 142).

A autora ainda afirma que a figura do SPHAN como protagonista da batalha contra a igreja e proprietários em defesa do interesse público pelo patrimônio foi substituída, a partir das diretrizes da UNESCO

[...] pela figura do negociador, que procura sensibilizar e persuadir os interlocutores, e conciliar interesses; [...] que procura demonstrar que os interesses da preservação e os do desenvolvimento [...] são compatíveis. (FONSECA, 2009, p. 142)

A política da UNESCO na década de 1960 em torno da preservação do patrimônio cultural era efetivada pela promoção, desenvolvimento e sustento do patrimônio através da atividade turística. Na *Recomendação de Paris* (1962) os órgãos responsáveis pelo fomento do turismo nos Estados Membros foram incluídos àqueles responsáveis pela proteção de paisagens e sítios.

Em 1966, na cidade de Budapeste, a 72ª Reunião do Conselho Executivo da UNESCO, adotou a preservação dos bens culturais atrelado ao desenvolvimento do turismo, com relação aos valores históricos, artísticos e educativos desses bens culturais, de acordo com o estudo apresentado por René Maheu, Diretor-Geral da UNESCO. (LEAL, 2008)

O objetivo era demonstrar a relação entre valor cultural e valor econômico, e não apenas procurar convencer autoridades e sociedade do interesse público de preservar valores culturais, como ocorrera em décadas anteriores. Essa articulação foi feita em duas direções: seja considerando os bens culturais enquanto mercadorias de potencial turístico seja buscando nesses bens os indicadores culturais para um desenvolvimento apropriado. (FONSECA, 2009)

A relação preservação - turismo iria aparecer ainda de maneira mais forte no ano seguinte com as Normas de Quito (1967), saída da Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, organizada pela OEA, o qual foi dado grande ênfase sobre o valor econômico de bens culturais. (LEAL, 2008)

Como desdobramento desse cenário, no Brasil, as reuniões de governadores produziram o Compromisso de Brasília (1970) e o Compromisso de Salvador (1971), que levou à criação do PCH, em 1973, e a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), em 1975. Para Fonseca (2009), todas essas iniciativas “partiam do pressuposto de que a estrutura e a experiência do trabalho do IPHAN, mesmo com a colaboração da UNESCO, era insuficiente para atender às novas necessidades da preservação.” (p. 142).

O que se vê claramente nas políticas culturais sob um forte viés econômico no país nesse momento era o reflexo da política desenvolvimentista de Estado no país, que, recém inserido no Regime Militar, se encontrava sob duas frentes: os castelistas, que queria neutralizar a oposição comunista e reformar o Estado em moldes liberais, com ênfase à iniciativa privada e investimentos estrangeiros; e a linha-dura, nacionalista e autoritária, com o intuito de prolongar e aprofundar a Revolução

[...] no intento de levar a cabo o projeto “Brasil Potência”, para o qual seriam necessários o fortalecimento do Estado e o endurecimento do regime [...] advogavam o protecionismo como instrumento de viabilização da indústria autóctone e a estatização dos setores estratégicos da economia como meio de defesa da soberania nacional. [...] Por força da situação em que assumiu a chefia do Estado – inflação, déficit público, reservas internacionais esgotadas e débitos externos vencidos –, o governo Castelo Branco fez do saneamento econômico sua prioridade mais premente, opção que repercutiu na moldagem tanto da política interna como da política externa. (CRUZ, 2009, p. 24-26)

Dessa forma, as políticas adotadas em parceria da DPHAN com a UNESCO visavam atender esse anseio provocado pela crise que o Brasil enfrentava. Houve preocupações quanto aos perigos que a atividade turística podia representar ao patrimônio cultural, no entanto, as vozes em defesa do turismo como aliado foram mais frequentes.

É nesse contexto que se desenrola a vinda de Michel Parent ao Brasil, onde estava em discussão

[...] a relação entre turismo, desenvolvimento econômico, preservação e valorização do patrimônio cultural. da busca de cooperação entre os dois organismos voltados para a preservação do patrimônio cultural – DPHAN e UNESCO–; e de esforços por parte do governo brasileiro [...] (LEAL, 2009, p. 18)

Cláudia Leal diz que os contatos entre o DPHAN e a UNESCO buscavam aval técnico do principal organismo de proteção internacional, mas havia a busca da assistência financeira, através da adoção de diversos programas. Como pode-se notar em um memorando de Renato Soeiro endereçado a Rodrigo M. F. de Andrade em 1966,

[...] informando-o sobre os programas oferecidos pela UNESCO, por meio dos quais poderiam “obter recursos para nossa repartição”. Sua lista incluía o programa de “Recuperação de Recursos Naturais”, que ajudaria aquela Diretoria a enfrentar “a ameaça das BRs”, e o plano de “Incremento ao Turismo”, programa que oferecia “medidas que beneficiariam Ouro Preto, Parati e áreas tombadas como Salvador”

[...] O próprio chefe da Delegação Permanente do Brasil junto à UNESCO, o embaixador Carlos Chagas Filho, ao informar o diretor da DPHAN sobre as medidas que tomara em relação “ao programa de proteção do Patrimônio Histórico”, escreveu que conseguira uma missão daquele organismo para o Brasil “sob a denominação mais ou menos esdrúxula de ‘turismo cultural’”. (LEAL, 2009, p. 19).

Renato Soeiro, já antes de assumir a presidência do DPHAN, portanto, parecia enxergar o fomento turístico nos núcleos históricos como forma de ter acesso à UNESCO e conseqüentemente, obter assistência financeira através dos programas desenvolvidos a partir desta parceria.

As resoluções da UNESCO em relação ao turismo foram aos poucos se tornando possibilidades para ajudar na preservação, principalmente através dos contatos entre a DPHAN e os peritos enviados pela UNESCO ao Brasil, como foi o caso de Michel Parent.

O relatório de Parent, intitulado *Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro* no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico,

[...] reforça o espaço destinado à questão do turismo em seu estudo. Essa atividade foi descrita, logo nas primeiras linhas de seu texto, como uma importante possibilidade de planejamento e desenvolvimento global. [...] Ao lado da relação entre turismo, desenvolvimento econômico e preservação do patrimônio cultural, Parent introduziu uma outra idéia importante sobre este patrimônio e que remete novamente à UNESCO e à gestão proposta por este organismo para os bens culturais: a noção de Patrimônio Mundial. (LEAL, 2009, p. 21-22)

A vinda de Michel Parent ao Brasil para estudar a conservação do patrimônio artístico, foi acertada em setembro de 1966, quando o Embaixador Carlos Chagas recebeu o aval de René Maheu, Diretor-Geral da UNESCO. O pedido de missão foi enviado pelo DPHAN e atendido por John M. Howe, chefe da missão da UNESCO no Brasil, e o especialista indicado para a missão “Turismo Cultural” era Michel Parent, com um itinerário elaborado pela própria DPHAN.

O inspetor optou pelo roteiro mais extenso “que incluía os estados do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás”, (LEAL, 2009, p. 30), em que havia cidades, monumentos e sítios já tombados pela DPHAN.

As primeiras semanas de Parent no país serviram para que ele se informasse sobre a organização do DPHAN e seu programa de viagens. Os dados de seus relatórios sugerem que ele teve acesso a informações internas do órgão, ainda que

ele não explicitasse bibliografia ou documentos consultados. No entanto continham detalhamento da estrutura do órgão, referência ao pessoal de todas as Divisões internas, conhecimento da legislação brasileira acerca da preservação e mesmo do orçamento para o ano de 1966 do órgão, dentre outras informações. (LEAL, 2009).

Sua viagem começou pela Região Sudeste, onde esteve no Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo e Espírito Santo. Em seguida esteve no Nordeste, visitando a Bahia e Pernambuco, onde passou pelas cidades de Olinda, Igarassu, Paulista, Recife e arredores.

A terceira parte de sua viagem consistiu em ir para a costa Norte, para visitar cidades do Maranhão e Pará. A quarta etapa da viagem foi feita a Brasília e Goiás, e um longo trecho, evidenciado por seu relatório, dedicado às cidades de Minas Gerais, sobretudo o “circuito das cidades de arte”, compostas por Ouro Preto, Sabará, Diamantina, São João del Rei, Mariana, Congonhas do Campo, Tiradentes e Belo Horizonte.

A última parte da viagem foi à região sul, onde esteve no Paraná, em Vila Velha e Foz do Iguaçu, e São Miguel, onde estão as missões indígenas no Rio Grande do Sul. Nesse roteiro, ele acreditava estar visitando todos os centros de interesse artístico do Brasil, com exceção de Manaus, que não estava na solicitação do governo. (LEAL, 2009).

Constata-se também nos relatórios nos planos urbanísticos dos conjuntos históricos de Parent, forte influência da Lei Malraux francesa promulgada em 1962,

[...] baseado em um forte controle administrativo, ainda que descentralizado; na revitalização global dos sítios, com a identificação das construções cuja restauração fosse mais urgente e a reconversão dos usos desses edifícios; e a preservação da natureza, principalmente por meio da determinação de áreas non aedificandi e de reservas naturais. (LEAL, 2009, p. 31).

Nesse roteiro pré-definido pela própria DPHAN, a visita de Michel Parent não veio intencionada a indicar novos lugares e bens para tombamentos, mas para analisar a conservação daqueles bens que já estavam protegidos. Visava posteriormente a utilização e promoção turística destes, embora no escopo de seu relatório, há indicações sobre a necessidade de intervenção e proteção, ou mesmo extensões de tombamentos, como ele aponta para São Luís, Salvador, Olinda, Congonhas, Tiradentes e São João del Rei. (LEAL, 2009, p. 30).

No capítulo do relatório do inspetor Michel Parent dedicado ao Nordeste, ele salienta o interesse maior do estudo em relação ao projeto de Salvador, na Bahia, em comparação ao de Olinda, Pernambuco, embora este não se pudesse “negligenciar”.

Em sua abertura de texto relativo à Olinda, Cláudia Leal (2009) diz que Parent exalta as qualidades do lugar e sinaliza as primeiras problemáticas enfrentadas relacionadas à sua preservação, que caso não sofresse uma intervenção, a sua subsistência seria temporária.

A única construção moderna visível era uma torre elevatória de água de arquitetura contemporânea. Que segundo Parent, poder-se-ia desejar vê-la construída em outro lugar, pois não combinava com o conjunto. Seu estado de degradação, além disso, era bem mais pronunciado do que o dos edifícios antigos. Conviria confiar a um paisagista o cuidado de associar mais harmoniosamente esse elemento moderno ao conjunto da paisagem. A admirável homogeneidade de Olinda, contudo, faz esquecê-lo rapidamente.

Olinda poderia ser comparada à Bahia, como um oposto. Na Bahia, a arquitetura cobre todo o imenso sítio. Em Olinda, a arquitetura emerge do esplendor da natureza tropical. O oceano aparece como um pano de fundo para as torres sineiras e as palmeiras. Entre as ruelas, a vegetação luxuriante ocupa a colina. Esse aspecto relaxado do tecido urbano deveria ser preservado a qualquer custo. Não era uma cidade, mas um jardim pontilhado de obras de arte, que não parava de povoar a imaginação dos artistas. (LEAL, 2009, p. 101)

Em sua fala, estava impressionado que a parte alta da cidade de Olinda não tinha sido tomada pelas construções de mansões dos abastados moradores de Recife, a menos de 5 quilômetros de distância, cuja fuga era iminente para quem tinha recursos financeiros, já que a capital se tornara “a cidade doente do Brasil”, devido à alta taxa de crescimento demográfico. Os novos moradores e visitantes, por sua vez, optaram pela construção de seus imóveis na parte baixa à beira-mar, “circunstância providencial, que poupou a velha Olinda de uma irremediável descaracterização.”. (LEAL, 2009).

A preocupação com perda das características iniciais da área histórica era sempre constante no seu relatório, reflexo também da política das primeiras décadas de atuação da DPHAN. Parent acreditava que a única forma de minimizar os impactos causados pelo crescimento de Recife era através do apoio ao tombamento

do conjunto como monumento nacional e da implementação do plano urbanístico transformando os terrenos disponíveis em zona *non aedificandi* – conforme o modo francês de preservar o entorno dos bens, limitando construções aos elementos complementares ao longo das ruas.

“Cidade dos Artistas”, para Parent, Olinda poderia ter um desenvolvimento pautado nessa característica em suas políticas públicas voltadas para o turismo, sendo a favor da possível criação de um festival ao ar livre, ao qual ele diz que será examinado “no plano geral em nosso relatório definitivo e compararemos as possibilidades que se oferecem sob esse aspecto em Ouro Preto (Minas Gerais) e em Olinda.”. (PARENT, 1967)

Os principais problemas apresentados por Parent sobre Olinda para a realização de intervenções foram: o deslizamento do terreno do mosteiro de São Bento, onde a sacristia corria perigo; as igrejas de São Francisco, de São João, do Amparo, da Misericórdia, de São Pedro, da Conceição, do Bonfim e do Carmo; julgava necessária a inclusão no tombamento da igreja e convento de Santa Tereza, por constituírem dos “mais admiráveis museus de arte barroca do mundo”; a reconversão do uso do seminário, desativado até o momento; e o desenvolvimento da atividade turística, a partir da exclusão da possibilidade de novas construções de hotéis modernos. (PARENT, 1967).

A sugestão de Michel Parent (1967) era que deveriam ser revertidos alguns edifícios antigos para esse fim, citando como exemplo a restauração e transformação de uma casa antiga no Museu de Arte Moderna da cidade, pela DPHAN. Atrelado a isso deveria estar a associação dos atrativos culturais aos naturais, com uma infraestrutura hoteleira que abrigasse as possibilidades de trânsito entre a cidade antiga e a praia, com edificações ao pé da colina.

Ao tratar sobre a cidade de Recife, Parent (1967) sugeria que o problema turístico desta poderia ser resolvido com a promoção das cidades turísticas de Olinda e Igarassu. Evidencia essa crença na parte de seu relatório que diz que a concentração das ações culturais em Olinda traria benefício duplo, “por um lado, os animadores, os artistas, o público e os comerciantes são os de Recife, por outro, na operação estão previstas verbas para as restaurações da cidade.”.

A visita dos técnicos da UNESCO foi crucial para todas as decisões tomadas posteriormente em relação à preservação do conjunto histórico de Olinda e seu entorno. Os princípios e recomendações da UNESCO nortearam não somente a

preservação em Olinda, mas em todo Brasil entre o final dos anos 1960 e a década de 1970, como culto ao passado, a valorização do patrimônio ambiental e o planejamento urbanístico como forma de diminuir os interesses conflitantes para a preservação. (MILET, 1988)

A relação da DPHAN com a UNESCO também se tornou mais próxima no começo dos anos 1960. Em 1964, passava por um processo de descentralização e como parte de acordos firmados com as autoridades brasileiras militares recém-estabelecidas, a Representação da UNESCO no país estava concretizada, sobretudo com a vinda de Paul Coremans ao Brasil, diretor do Real Instituto de Estudo e Conservação do Patrimônio Artístico em Bruxelas, na Bélgica.

Como solução imediata para os problemas urbanos, no começo dos anos 1970 há o surgimento do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) e a criação de uma Legislação Urbanística Básica do Município de Olinda, regida pela Lei 3.826/73, buscando tratar as áreas de interesse histórico de forma integrada ao macroplanejamento municipal, uma vez que não podiam conter as pressões imobiliárias sobre os centros históricos. (OLINDA, 2016).

Na Legislação Urbanística de Olinda, monumentos são compreendidos não só como a criação arquitetônica isolada, mas também o ambiente em que eles se inserem e sua conservação atrelada à uma função útil da sociedade, restringindo, dessa forma, construções e reformas, normas de ocupação para áreas vizinhas ao polígono tombado pela DPHAN.

Foram identificadas as funções das zonas de Preservação Rigorosa e Ambiental, destinadas a ser o Centro Administrativo e Cultural da Cidade, as sedes do Governo, dos principais órgãos públicos, as associações civis e religiosas, bem como instituições culturais: museus, bibliotecas, arquivos, ateliês Horto Botânico, além de residências de artistas e artesãos, com estabelecimentos destinados ao comércio do artesanato e movimentação turística. (OLINDA, 2016)

Conforme o artigo 82, a conservação, valorização e restauração da parte histórica deveria se adequar às normas da Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios. (VENEZA, 1964). E é com o projeto e construção do Complexo Viário de Salgadinho que se identifica possíveis prejuízos à paisagem e ao meio ambiente, com a intervenção de aterramento nas áreas de mangue. Como decorrência dessa situação, é elaborada a ampliação do polígono

tombado para proteger a visibilidade da área histórica. Essa questão é discutida no terceiro capítulo. (OLINDA, 2016).

A delimitação inicial da notificação 1004/68 somava uma área de 1,2 km², definindo a manutenção do gabarito, o caráter plástico do casario e preservação da vegetação, vigorando por 17 anos.

Esse fator dos problemas urbanísticos também fez surgir uma maior preocupação por parte tanto dos políticos e intelectuais olindenses e os órgãos responsáveis pela preservação do acervo histórico, com relação à garantia da preservação da paisagem e meio ambiente, ameaçada com o projeto de construção do Complexo de Salgadinho.

Com essas discussões, a FUNDARPE, na pessoa de José Luis Mota Menezes, seu então diretor, propôs a delimitação de um polígono que abrangesse as colinas históricas (área do entorno), que foi posteriormente endossado pelo IPHAN. Resultando na ampliação do polígono, através da Notificação Federal nº 1.155/79, que passou a contar com uma área de 10,4 km². (BARRETO e LIRA, 2009). Essa discussão será melhor apresentada no terceiro capítulo.

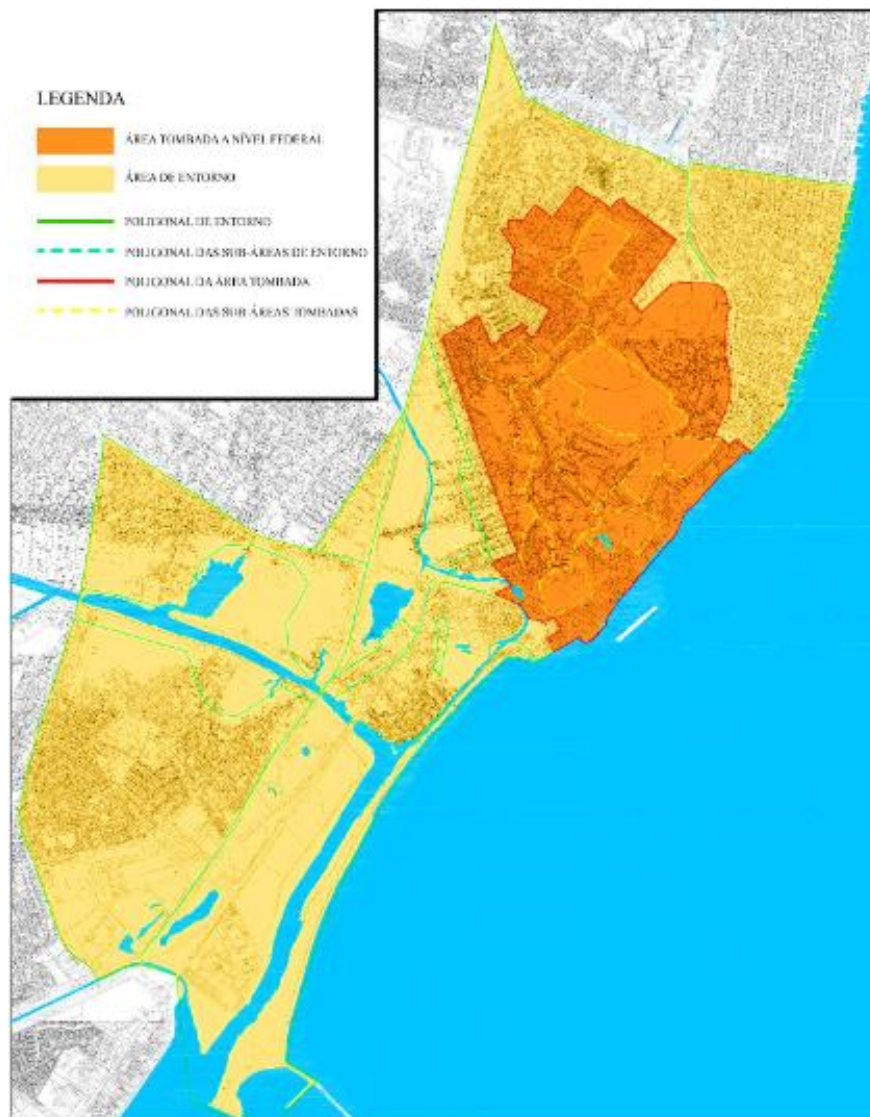


Figura 10 – Território Municipal de Olinda. Em laranja está a primeira definição do polígono de tombamento, de 1968. A parte marcada de amarelo mostra a definição da área de entorno do tombamento, que no final da década de 1970 se tornou a área de ampliação do território preservado. Fonte: IPHAN, 2006.

3 A PATRIMONIALIZAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA



Figura 11 - Vista aérea do Alto da Sé. Foto: Antônio Melcop/Prefeitura de Olinda

OLINDA

Carlos Pena Filho (1929—1960)

Do alto do mosteiro, um frade a vê
De limpeza e claridade
é a paisagem defronte.
Tão limpa que se dissolve
a linha do horizonte.

As paisagens muito claras
não são paisagens, são lentes.
São íris, sol, aguaverde
ou claridade somente.

Olinda é só para os olhos,
não se apalpa, é só desejo.
Ninguém diz: é lá que eu moro.
Diz somente: é lá que eu vejo.

3.1. A PRESERVAÇÃO DOS BENS ISOLADOS (1938)

O decreto-lei nº 25/1937 trouxe para a Olinda a abertura do processo de tombamento e inscrição nos Livros do Tombo do SPHAN de onze bens históricos, nos anos de 1938 e 1939. Esses imóveis eram de caráter religioso, em sua maioria.

Conforme quadro 2, a inscrição do maior número deles ocorreu no livro de Belas Artes em detrimento do livro Histórico, pois eram preservadas a princípio não pelo seu valor histórico, mas pelo seu valor arquitetônico. A estratégia utilizada pelo SPHAN nessa primeira fase da preservação dos bens nacionais, como vimos no capítulo anterior, focava sua predileção pela obra de arte do estilo Barroco em arquitetura religiosa. (FONSECA, 2009)

Quadro 2 – Bens tombados em Olinda no ano de 1938

| Número do Processo | Bem Tombado | Livro |
|--------------------|--|------------------------|
| 50/1938 | Igreja e Mosteiro de São Bento | Histórico; Belas Artes |
| 124/1938 | Igreja da Misericórdia | Belas Artes |
| 131/1938 | Igreja de Nossa Senhora da Graça e Seminário de Olinda | Belas Artes |
| 131/1938 | Palácio Episcopal | Belas Artes |
| 142/1938 | Igreja da Misericórdia | Belas Artes |
| 142/1938 | Igreja de Santa Teresa | Belas Artes |
| 143/1938 | Convento e Igreja de São Francisco: capela, casa de oração e claustro dos Terceiros Franciscanos | Belas Artes |
| 148/1938 | Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo | Histórico; Belas Artes |
| 170/1938 | Igreja de Nossa Senhora do Monte | Histórico; Belas Artes |
| 191/1938 | Casa com Muxarabi à Praça João Alfredo (antigo Pátio de São Pedro) | Belas Artes |
| 192/1938 | Casa com Muxarabi à Rua do Amparo, 28 | Belas Artes |

Dentre os bens artísticos tombados nessa fase, embora a maioria fosse o barroco da arquitetura religiosa, estavam também as casas com muxarabi situadas no SHO. Os muxarabis eram elementos de madeira em forma de treliça, criado no mundo árabe que permitia a ventilação, iluminação no ambiente e isolava a visão

externa dos cômodos interiores. Foi trazida pelos portugueses para o Brasil e bastante utilizada durante o período colonial. Na figura 9, vemos uma das casas inscritas no Livro do Tombo, com esse elemento da arquitetura em sua varanda. (Figura 12)

Os primeiros tombamentos de bens no Sítio Histórico de Olinda tiveram como principal objetivo o impedimento de seu desaparecimento frente às intempéries e mudanças projetadas pelo poder público municipal. Essa proteção foi limitada e não abrangia todos os problemas que o SHO enfrentava.



Figura 12 – Edifício com muxarabi à Praça João Alfredo, nº 7. FONTE: Acervo Digital IPHAN.

A questão da preservação durante a década de 1930 ainda não tinha chegado a sanar o perigo de deterioração dos imóveis devidos aos problemas envolvidos na área de entorno desses bens. O SHO continuava com a necessidade de novas intervenções com o intuito de preservar os imóveis, que vieram a ocorrer dessa vez na década de 1960, após longas discussões entre as instâncias municipal, estadual e federal.

A década de 1960, como vimos no capítulo anterior, foi marcada por um novo olhar sobre o patrimônio cultural no país, dedicado à preservação de bens em

conjunto das cidades históricas coloniais. Em Olinda, dessa vez, a intervenção foi incentivada a partir do segundo grande ciclo de crescimento populacional, por já servir como cidade dormitório, devido à industrialização, e por seu grande fluxo de pessoas no SHO, refúgio de intelectuais e artistas, que eram alvos de constante supervisão durante o governo militar.

Nos anos 1960, houve em Olinda a abertura de novos processos (quadro 3) para inscrições no Livro Histórico

Traço da nova forma de gestão demarcada por Renato Soeiro, vemos dois processos focando no valor histórico dos bens imóveis e não apenas estético.

Quadro 3 – Bens Tombados em Olinda na década de 1960

| Número do Processo | Bem Tombado | Livro |
|--------------------|--|---|
| 638/1961 | Capela de São Pedro Advíncula | Histórico |
| 638/1961 | Edifício do Antigo Aljube, na rua 13 de Maio (atual Museu de Arte Contemporânea) | Histórico |
| 674/1962 | Acervo Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Olinda | Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; e Belas Artes. |

A figura 12 apresenta a fachada do edifício do antigo Aljube⁵ da Diocese de Olinda. Projetado em 1722, foi utilizado para punição de pessoas acusadas de delitos contra a Igreja Católica. Como forma de permitir aos presos a participação nas missas religiosas foi construída à sua frente a Capela de São Pedro Advíncula, entre os anos de 1764 e 1766.

Desde sua fundação o Aljube sofreu modificações, como a ocorrida em 1874, quando deixou de ser um cárcere eclesiástico e passou a abrigar a Cadeia Pública da cidade de Olinda. Por estar intimamente ligado à história da Capela de São Pedro Advíncula, o tombamento de ambos os edifícios foi realizado no mesmo processo.

⁵ Do árabe: cárcere, masmorra



Figura 13 – Fachada da casa na Rua Treze de Maio, Aljube, 1951. Fonte: Acervo Digital IPHAN

Em seguida há a abertura do processo 674/1962 do tombamento do conjunto arquitetônico histórico da cidade de Olinda, que incluiria os bens isolados, mas viria a abranger o zoneamento de todo o casario urbano localizados nas principais ruas do SHO.

As intervenções realizadas pela DPHAN se apresentaram como forma de sanar problemas estruturais que o tombamento de bens isolados não estava dando conta de impedir e que se avizinhavam até mesmo em outros edifícios que estavam até então resistindo.

As Cartas Patrimoniais formuladas pela UNESCO, debatidas no capítulo inicial, foram de grande influência nas estratégias a serem tomadas em relação ao patrimônio pelo Conselho Consultivo da DPHAN.

Em Olinda, a relação UNESCO-DPHAN é muito clara nas duas fases do tombamento que tratamos até aqui. No I Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, que gerou a *Carta de Atenas* (1931), foi incentivada a criação de órgãos e legislações específicas para salvaguarda e inventário dos bens patrimoniais. Nisso resultou a legislação do patrimônio do Brasil.

Os primeiros tombamentos dos bens em Olinda da década de 1930 são resultantes dessa orientação, posto que constituíam os edifícios de interesse

histórico e o patrimônio do país, uma vez que a cidade de Olinda foi palco do começo da colonização portuguesa e batalhas históricas no período colonial.

No segundo momento, já na década de 1960, as discussões dos arquitetos da DPHAN, junto com os arquitetos de outros Estados-membro através da UNESCO, levaram ao início do processo de tombamento, em Olinda, do conjunto urbanístico considerado de valor histórico.

As discussões em torno da preservação de conjuntos urbanos foram consolidadas no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, que gerou a *Carta de Veneza* (1964), que ampliava e igualava o conceito de monumento histórico tanto da criação isolada quanto de sítios urbanos ou rurais de significativo valor histórico e seu uso turístico.

Neste sentido vemos também que a preocupação internacional paira sobre o conceito de valor histórico dos bens o que ampliou as inscrições em Livro Histórico da DPHAN, antes priorizadas no Livro de Belas Artes, por seu valor estético. As discussões internacionais tiveram bastante impacto na formulação das políticas públicas do patrimônio nacional.

3.2. O TOMBAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA (1968)

O cenário da cidade de Olinda no final da década de 1950 e nos primeiros anos da década de 1960 foi marcado por um pequeno crescimento populacional e poucas transformações urbanísticas. Com isso, o padrão e morfologia urbana se mantiveram, apesar de contar com a degradação material ocasionada por intempéries naturais e humanas nas edificações.

No final da década de 1960, no entanto, a expansão urbana e o projeto de construção do Complexo Rodoviário de Salgado e da Avenida Pan Nordestina nos arredores da parte histórica, evidenciaram o problema do entorno. A estrutura arquitetônica e paisagística ficava comprometida devido à ocupação irregular do solo, muito próximas à estrutura do acervo urbano. (PEDROSA, 2011)

Nesse cenário foi imprescindível para o SHO a colaboração de Michel Parent nos estudos para tombamento a nível federal. Seus apontamentos possibilitaram a discussão sobre a elaboração do plano urbanístico que contribuísse com a conservação do acervo e que promovesse infraestrutura para desenvolvimento do turismo sustentável (PEDROSA, 2011).

Fator que levou à continuidade das ações referentes ao tombamento do conjunto com a abertura do processo 674/1962, em prol do tombamento do SHO, encabeçado pelo arquiteto Augusto da Silva Telles.

Durante a construção da proposta de tombamento do SHO, foi Telles quem sugeriu o traçado do polígono (ANEXO A) que deveria ser incluído no tombamento, em pedido enviado ao arquiteto José Luis da Mota Menezes, Diretor da DPHAN/Recife. O processo de construção do traçado final do polígono de tombamento também foi feito a partir das considerações de Ayrton Carvalho e Lúcio Costa, a quem Telles sempre solicitou opiniões antes da formulação do processo.

Na carta nº 370/1966, constante no Processo 647/1962, Telles questionava o arquiteto José Luis da Mota Menezes, se seria possível o tombamento arquitetônico de todo casario do entorno. Esse entorno teria a função apenas paisagística, uma vez que aquele se apresentava alterado:

O arquiteto Lúcio Costa sugeriu, outrossim, a inscrição com tombamento, também com caráter arquitetônico, das edificações de alguns logradouros; talvez de arruamento: Rua São Bento, Rua 13 de Maio, Rua do Amparo. Indago, então dos Caros Amigos: - Julgam a delimitação certa? – ou sugerem alguma redução ou acréscimo? – Há um grupo de edificações novas que, talvez, penetrem nesta área, no trêcho entre a Igreja do Rosário e a do Monte? Julgam que devemos excluí-las? – A denominação Av. Joaquim Nabuco vem desde o mar, ou tem início na Estrada que vem do Recife? – Concordam com as características do Tombamento? Acho que não há possibilidade em ser Olinda tombada como conjunto arquitetônico na sua totalidade. Está ela muito deturpada. Assim, só paisagístico, poderá ser incluída a área litorânea, que ficará, desta forma, no que concerne a gabaritos e a densidade de construções novas. [...]
(TELLES, 1966)

A resposta de Menezes foi positiva em relação aos arruamentos sugeridos por Lúcio Costa, desde que com acréscimo de ruas e de fixação máxima do gabarito residencial, conforme trecho da carta enviada para Telles, em novembro de 1966:

Quanto a Olinda posso afirmar que as medidas são excelentes. Apenas informaria o seguinte adendo: acrescentaria no tombamento de rua tradicionais parte das ruas 27 de Janeiro – casas anexas ao sobrado do pátio de São Pedro – tombamento de gabarito e Rua Prudente de Moraes, casas quase defronte ao mesmo sobrado tombamento em gabarito, isto é fixação do gabarito máximo de um pavimento. Os conjuntos de residências em ruas tradicionais são melhores os da rua do Amparo embora gostasse de também incluir como ruas além do Amparo as ruas 13 de Maio e Bernardo Vieira de Melo. Naturalmente deveríamos congelar os gabaritos deixando a critério do Distrito ou dessa Diretoria se possível a permissão, após estudos, de qualquer modificação em altura em ruas tradicionais de Olinda dentro por tanto do perímetro proposto. O nome da Rua,

prolongamento da Joaquim Nabuco para o litoral é Santos Dumont. Não sei se me tornei bem claro no que proponho, espero que você, que percorreu Olinda tôda comigo, possa traduzir para a proposta de tombamento êsses adendos. (MENEZES, 1966)

As considerações de Menezes permitiram a continuidade da construção da proposta do tombamento incluindo o casario antigo com definição de gabarito máximo para preservar a fachada, que ficaria a critério da Diretoria do Patrimônio qualquer modificação posterior.

Em janeiro de 1967 a proposta de tombamento foi finalizada por Silva Telles e encaminhada à DPHAN. Dentre as principais justificativas se encontravam a riqueza histórica da formação colonial da cidade com os arruamentos dos povoados portugueses de origem medieval, bem como suas igrejas e características religiosas do barroco, além das paisagens que envolviam Olinda.

Telles destaca como uma das grandes preocupações para a urgência de intervenção preservacionista no local o crescimento das construções modernas que ameaçava a mudança de gabarito da parte histórica. Isto considerando que seriam poucas as construções irrecuperáveis para o plano de recuperação, não comprometendo o conjunto, ainda que na área litorânea, pois as novas construções não passavam de 3 pavimentos.

De acordo com o explicitado no trecho da proposta e a formulação do traçado projetado, Telles explicita da seguinte forma sua iniciativa em preservar Olinda:

Cremos, por isto, que ainda é tempo de salvar-se Olinda, e urge que isto se faça rápido, antes que a febre imobiliária a descubra e a desfigure por completo. Propomos, portanto, a inscrição do conjunto urbano e paisagístico de Olinda, nos Livros do Tombo criados pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 [...] Essa preservação se referir-se-á, principalmente, à manutenção do gabarito e do caráter plástico das edificações – frontespícios e telhados de telhas antigas (procurando-se, com o tempo, recuperar as novas edificações) e a preservação da vegetação pública e particular com a fixação da densidade máxima de 20%, com vista a seus terrenos e limitadas a um único pavimento as novas edificações. (TELLES, 1967)

A partir destes argumentos vemos que, para o arquiteto Telles, as principais preocupações repousavam na preservação dos elementos visuais dos edifícios e casas históricas, sobretudo a manutenção das fachadas, recuperando mesmo aquelas que já haviam sido alteradas. Também estabelecendo que só poderia haver novas edificações de um pavimento, para não comprometer a visibilidade da área tombada.

Apesar da área poligonal já conter os bens tombados de forma isolada, a configuração do tombamento do sítio - com destaque ao conjunto arquitetônico e urbanístico das ruas do Amparo, Bernardo Vieira de Melo e 13 de Maio - foi avaliada e aprovada pelos arquitetos Lúcio Costa, Augusto da Silva Telles, José Luís Menezes, Ayrton Carvalho e Paulo Thedin Barreto. As considerações desses arquitetos marcaram a conclusão do processo.

Opinamos, igualmente, a favor do tombamento ora proposto, julgando que tal área seja inscrita nos Livros do Tombo das Belas Artes, de História e Paisagístico. Data-vênia, interpretando o pensamento do Dr. Silva Teles, em sua proposta de 24-1-1967, declaramos que a área poligonal deverá ser preservada pelo seu significado excepcional, notadamente as ruas 13 de Maio, Amparo e Bernardo Vieira de Melo, com as limitações propostas de densidade construtiva, gabaritos e características arquitetônicas dos edifícios de valor apreciável, considerando-se, inclusive, a recuperação dos prédios adulterados e subordinação àqueles preceitos das construções novas que ali venham a ser realizadas. (BARRETO, 1967)

Finalizada a proposta e nas mãos do arquiteto Renato Soeiro, Presidente do Conselho Consultivo, este a enviou para o relator Paulo Ferreira Santos. Esse redigiu, em janeiro de 1968, o parecer favorável e recomenda o tombamento do conjunto exaltando as características originais da cidade de plano informal português:

[...] cuja evolução pode ser comparada através das plantas que constam nos livros de Gaspar Barleu (1647) e Gioseppe di Santa Teresa (1698), comparativamente com a planta atual. Vê-se em como os caminhos indicados nas duas primeiras, aproximadamente retilíneos, foram adquirindo, quando se transformaram em ruas, a extrema irregularidade que aparece atualmente, o que faz presumir que foi não a rua mas a casa, que promoveu o traçado da cidade, constatação que a ser verdadeira atestaria uma reminiscência da prática usada na Idade Média Peninsular, a Muçulmana e a Cristã. No que tange ao traçado, é importante conservar a Cidade tal como se acha, assim tão densa de tradição. Se tiver de crescer, cresça para o lado de fora, e o faça seguindo as imposições de técnica urbanística moderna. No que tange à arquitetura, Além de preservação dos monumentos principais, vários dos quais já tombados pelo DPHAN, preservem-se também outros menos ambiciosos e, à proporção que forem sendo feitas reformas dos demais, já abastardos, procure-se melhorar-lhe as frontarias [...]" (SANTOS, 1968)

Na ata da 50ª sessão ordinária do Conselho Consultivo da DPHAN do dia 12 de março de 1968, sob a presidência de Renato de Azevedo Soeiro e a presença dos conselheiros: Paulo F. Santos (relator), Gilberto Ferrez, Francisco Marques dos

Santos, Alfredo Galvão, Américo Jacobina Lacombe, Pedro Calmon, José Soares de Melo, José Lacerda de Araújo Feio, Léo Fonseca e Silva, e Lourenço Luiz Lacombe, foi deliberado, por unanimidade, proceder ao tombamento do sítio histórico de Olinda.

É emitida por Renato Soeiro a notificação nº 1004/68 (ANEXO B) para o então prefeito do município de Olinda naquele ano, Benjamin de Aguiar Machado, para sua ciência e aceitação dos termos do processo. Olinda é oficialmente inscrita em 19 de abril de 1968, com 1,2 km de extensão da área do polígono municipal. (ANEXO C)

A conquista histórica de Olinda é atribuída também a uma luta iniciada na gestão do ex-prefeito do município Barreto Guimarães, onde o mesmo afirmava que era uma vitória pessoal, que a medida se fazia necessária e ele a defendia para evitar que a cidade se descaracterizasse com a destruição dos monumentos, das ruas, da história de Olinda e de Pernambuco.

Barreto Guimarães, na mesma reportagem do *Jornal do Comércio*, afirmou que a medida precisaria vir acompanhada de verba para restauração do patrimônio histórico porque o desgaste sofrido pela ação do homem e do tempo era incalculável. Citando como exemplo a situação do tombamento do Mosteiro de São Bento, que recebeu verbas para a sua restauração, da mesma forma esperava que a parte histórica da cidade recebesse ajuda para a conservação de seus bens uma vez que não mais um monumento isolado, mas toda a 'cidade velha' passara a ser um monumento e, se devidamente explorado, uma fonte de turismo. (OLINDA, 1968a)

Essa solicitação de recursos para a preservação da cidade dialoga com a política federal de financiamento para a preservação dos Sítios Históricos como elemento da indústria do turismo. Elementos que discutimos no capítulo 2.2.

O *Diário de Pernambuco* também estampa matéria sobre o tombamento da cidade histórica, quando o secretário do Instituto Histórico de Olinda, senhor Djalma Costa, declarou o anseio antigo desta conquista, vindo desde as comemorações do IV Centenário da Fundação de Olinda, em 1937, uma vez que a comissão encarregada da preparação dos festejos:

[...] composta na época, entre outros, dos historiadores Mário Melo, Olímpio Costa Júnior (diretor da Biblioteca do Estado), José Maria (diretor do Museu do Estado); cónego Xavier pedrosa, Luís Magalhães (então prefeito de Olinda), os ex-prefeitos Humberto Gondim, Pelópidas de Castro, Alfredo Lopes; e Benjamin Machado, pleiteou perante o Congresso Nacional que a cidade fosse

considerada monumento histórico “ad instar” – à semelhança⁶ – de Ouro Preto, por isso a comissão se dirigiu ao então deputado federal Barbosa Lima Sobrinho, líder da bancada pernambucana na Câmara, pedindo a sua colaboração. Como se verifica, a ideia já vem de longe, defendida por velhos olindenses que se bateram pela preservação dos monumentos e da arquitetura antiga do burgo duartino. A medida [...] inscrevendo Olinda nos Livros do Tombo do Patrimônio, veio, agora, atender uma velha aspiração da nossa histórica e sentimental cidade.⁷

A medida visava à manutenção do caráter plástico das edificações, mas também da vegetação pública e particular dos lugares tombados, juntamente com frontispícios e telhados antigos, evitando a alteração dessas edificações. Ficando com a determinação de um único pavimento para as novas construções e uma densidade máxima fixa em 20% para os terrenos, podendo ser construído apenas numa quinta parte da área⁸.

Essa era uma tentativa da DPHAN de evitar o surto de construções que provocaria a mudança na feição tradicional histórica da cidade, mesmo na área plana do litoral onde apesar de não haver a delimitação de densidade está previsto que as edificações não ultrapassem dois pavimentos.

A reportagem do *Jornal do Comércio* ainda menciona as considerações do historiador Amaro Quintas, apontando para a necessidade de uma intervenção ainda maior, igualando-a a Ouro Preto:

O importante é que se torne Olinda, como um monumento histórico nacional – explicando que o tombamento em si, é uma resultante obrigatória pois todos os prédios seculares são registrados no livro de tomo do SPHAN. O necessário – acrescenta – é que se dê a Olinda o mesmo mérito da cidade de Ouro Preto, em Minas gerais, que é considerada, em seu todo, um verdadeiro museu. (PATRIMÔNIO, 1968b)

O apelo para que a cidade se tornasse monumento nacional à semelhança de Ouro Preto, feito por Amaro Quintas, é notícia também no *Diário de Pernambuco*. O mesmo acreditava que só o tombamento da DPHAN não era suficiente para o reconhecimento e preservação da área histórica, solicitando aos deputados que reivindicassem na Câmara juntamente com os governadores, que implicaria na valorização do patrimônio estadual e na consagração da localidade. Segundo ele era

⁶ Grifo da autora

⁷ PATRIMÔNIO..., 1968a.

⁸ PATRIMÔNIO..., 1968b.

um dos marcos mais significativos da nação brasileira (AMARO, 1968), opinião que foi reforçada pelo poeta Durval Mendes, da Academia Olindense de Letras.

Na Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE), diversos deputados já se inteiravam dos interesses envolvidos na preservação do sítio histórico de Olinda. O deputado Nivaldo Machado propôs um voto de aplausos ao Diretor do SPHAN pelo tombamento da parte antiga de Olinda, afirmou que aquela era uma velha aspiração dos olindenses, correspondendo aos interesses públicos local, estadual e nacional. E complementa que:

A medida, em foco, encontrou a melhor ressonância no seio da população olindense e nos meios culturais do Estado de que é prova a série de pronunciamentos de figuras da maior expressão nos meios intelectuais do Estado, com o professor Amaro Quintas, que sugere a ideia louvável de que Olinda seja considerada monumento nacional, o escritor Mário Souto Maior, o poeta Durval Mendes, sem falar no entusiasmo com que a iniciativa foi acolhida pelo professor Airtton Carvalho, delegado daquele órgão, neste estado, o velho batalhador pela causa. Abre-se, com essa decisão governamental, a expectativa do emprêgo de vultuosas verbas nos serviços de restauração e preservação da parte histórica da cidade, conciliando-se a tradição com o progresso, o passado com o presente, em Olinda.⁹

A imprensa tem importante papel narrando os conflitos que existiram em torno das discussões para ampliação do polígono na década seguinte, travados entre o poder público, o SPHAN, o governo federal e os intelectuais pernambucanos que reivindicavam que a medida era necessária para preservação da cidade. Cumprindo um papel de adquirir apoio dos pernambucanos em relação à importância da ampliação do tombamento.

⁹ ASSEMBLEIA..., 1968.



Figura 14 – Lanços de casas da rua do Amparo, desde a esquina da rua Prudente de Moraes até a praça fronteira à Igreja de São João Batista, 1967. Fonte: Acervo Digital IPHAN

O governador Paulo Guerra ressaltava o trabalho desde à época do prefeito Barreto Guimarães, que se esforçou por anos para salvar Olinda do avanço do mar realizando obra de defesa da orla, esforço impelido “pelo amor à sua terra, à sua gente, às suas tradições de uma cidade considerada Monumento Nacional.”¹⁰

Tendo em vista as discussões ocorridas para o tombamento inicial do SHO e as medidas que estabeleceram os limites e regras para preservação do sítio, vemos que estão pautadas em acordos pré-estabelecidos, conforme a *Carta de Veneza* (1964). A partir dela se respalda os limites de gabarito e conservação de fachadas em Olinda.

Nos artigos 5º e 6º da *Carta* há a associação entre o bem e sua função útil à sociedade, desde que não se altere os edifícios; e que haja um esquema para manutenção do caráter tradicional das edificações com proibição de novas construções, destruições ou modificações que alterassem essa manutenção.

É dentro dessa perspectiva que as políticas públicas do patrimônio em Olinda, guiadas pela DPHAN se tornaram contundentes e intolerantes contra qualquer forma

¹⁰ FINDAS..., 1967.

de mudança no casario e arruamentos ao passo que caminhava para dar sentido social aos bens, transformando-os em museus, ateliês culturais e fomentando a atividade turística no espaço. Que originou as discussões para a criação de uma legislação municipal para o desenvolvimento integrado do SHO.

3.3. AMPLIAÇÃO DO POLÍGONO DE TOMBAMENTO (1979)

Durante a década de 1970, se inicia um movimento que passa a marcar uma terceira fase para a questão da patrimonialização do sítio histórico de Olinda. Esse se deu com as discussões em torno da ampliação poligonal do conjunto devido a diversas demandas que surgiam e ameaçava ainda a descaracterização da parte já tombada. Como a questão do entorno que não tinha sido totalmente resolvida com a inscrição nos livros do SPHAN do polígono anterior.

O diretor Renato Soeiro, já durante a década de 1970 traz à tona o interesse da municipalidade em contribuir com a preservação do acervo, quando contratou, com o financiamento do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), a realização de um plano integrado prevendo a proteção do acervo tombado.

O SERFHAU era o órgão responsável pelo gerenciamento e modernização das cidades ao longo dos anos 1960 e 1970. Funcionava com apoio financeiro e institucional do governo federal para estimular a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Integrados (PDI) municipais. (FELICIO; FOSCHINI; SALVADOR, 2010)

A implantação do plano, porém, esbarrava em divergências de métodos e a compreensão da extensão da preservação, ocorrendo problemas entre os atos da administração municipal e a legislação específica de proteção aos bens culturais.

Surge, então, a divergência com o Departamento Universitário de Olinda¹¹ que almejava ampliar seus estabelecimentos e se negava em apresentar os projetos arquitetônicos das novas construções ao IPHAN, sob o argumento de já ter sido aprovado pelo conselho do respectivo Departamento. (TELLES, 1972).

Proeminente no Ensino Superior do país, a Fundação Universitária de Olinda foi instalada em 1971, “com representantes de todas as classes sociais”, sob a

¹¹ Em diversas fontes encontramos apenas a designação Fundação Universitária de Olinda (Funeso), não há outras referências à exceção desta documentação relativas a este Departamento. Cremos se tratar do mesmo órgão que foi citado de maneira diferente. (a autora)

presidência do médico Jamesson Ferreira Lima, que inaugurou sua primeira Unidade de Ensino Superior, a Faculdade Olindense de Formação de Professores.

Também a Academia Santa Gertrudes inaugurou a Faculdade de Ciências Humanas, uma grande conquista de suas zelosas madres, e mais recentemente, instalou-se no edifício do Colégio D. Vital, a Faculdade de Administração, idealizada pelo Professor Biágio Chiapetta. A Funiverso, hoje Funeso, teve integral apoio do ex-prefeito Ubiratan de Castro e Silva e nasceu na Matriz da Conceição dos Militares do Recife. (DUARTE, 1976, p. 86-87).

Nesse sentido, Soeiro solicita ao Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, que convoque uma reunião com a administração municipal, os responsáveis pelo ensino superior local e as repartições interessadas do MEC no intuito de definir intenções e competências legais. A fim de ser preservado o patrimônio cultural de Olinda, que representava rico capital para a indústria do turismo, e que se comprometido, ficaria 'irremediavelmente perdido'. (SOEIRO, 1972).

Em 1972, dois funcionários da UNESCO que faziam levantamento de vários pontos turísticos do Brasil concluíram que deveria ser feito o tombamento de toda a parte histórica da cidade de Olinda, considerando que ainda estava intacta, conforme publicação do *Diário de Pernambuco*:

Tanto a imprensa falou, tanto batalhamos nesta mesma coluna do DIÁRIO, que por fim surge uma notícia alvissareira: a UNESCO nos envia, e chegarão sábado, dois franceses, o sr. Jean Baptiste Perrin e a sra. Aline Teskine, técnicos em conservação de cidades antigas, com o objetivo de estudarem medidas de proteção a Olinda. É bem verdade que encontrarão alguma coisa feita – relatórios que ficaram no papel, alguns de 20 anos atrás. No Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, delegacia regional, haverão de encontrar documentos que compulsamos no ano passado, quando os Associados receberam, recomendação da matriz "O Cruzeiro" para um grito de SOS em favor de Olinda. Verão diagnósticos de geólogos do Rio, São Paulo e Recife, discordantes apenas quanto à denominação exata do fenômeno subterrâneo que ameaça a parte velha de Olinda. [...] De qualquer modo, todos orçam medidas de proteção em somas elevadíssimas, fora do alcance do Estado de Pernambuco. [...] o que se espera deles, e da UNESCO, é a promoção de medidas concretas de proteção e conservação da cidade – pelo menos da parte histórica e artística. (A UNESCO, 1972)

Essas discussões em volta da preservação e da integridade do conjunto possibilitaram a união destas ao desenvolvimento econômico do sítio histórico.

Sob a recomendação do consultor da UNESCO Amadou Mahtar M'Bow se iniciou a elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Olinda –

PDLI/1972, pautado nas ações do Programa das Cidades Históricas do Nordeste (PCH).

A implantação dessas medidas foi realizada pela Fundação Centro para a Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, um órgão do município assessorado por organismos semelhantes estaduais: FUNDARPE, Fundação de Desenvolvimento Municipal (FIDEM) e o 5º Distrito Regional da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (MAGALHÃES, 1981).

As estratégias adotadas pelo PDLI deram visibilidade ao sítio histórico e contribuiu para o aumento da especulação imobiliária sobre os imóveis históricos. Isso gerou um processo de substituição da população tradicional. A partir da valorização do sítio pelos artistas e intelectuais entre as décadas de 1960 e 1970 houve a valorização imobiliária do casario. (PEDROSA, 2011).

Augusto Telles e Ayrton Carvalho naquele ano estiveram em Olinda para assistir o último seminário sobre o PDLI, com o financiamento do SERFHAU, onde foram apresentados os itens deste planejamento. No PDLI, o trabalho referente à área de preservação do núcleo tombado foi realizado pelo arquiteto Paulo Ormino de Azevedo, que de acordo com Telles, atenderia de forma suficiente a proteção especial do núcleo, uma vez que:

Define área de preservação rigorosa, área “non aedificandi”, áreas com restrições para a construção, e áreas de preservação vegetal rigorosa. Prevê, igualmente, no plano plurianual, verbas substanciais para a desapropriação da área do antigo Jardim Botânico e para as primeiras medidas tendentes à sua valorização, e para a constituição da Fundação para a Preservação e Valorização de Olinda, igualmente proposta no referido plano. (TELLES, 1972).¹²

O PDLI apresentou recomendações na questão do zoneamento da cidade, identificando e justificando a vocação da cidade como área de lazer e turismo da Região Metropolitana do Recife (RMR), importante para o desenvolvimento do município.

Também recomendou a implantação de uma estrutura administrativa para a proteção do acervo através da criação de uma Fundação e de uma Comissão para a Preservação e Valorização de Olinda; sendo a base para a implantação de futuros zoneamentos federal e municipal, e criação do Sistema Municipal de Preservação (1979).

¹² ANEXO D

O PDLI foi elaborado de forma simultânea à Legislação Urbanística do Município de Olinda, lei nº 3826/1973. Essas normas legais foram realizadas em consonância com as recomendações da Carta de Veneza (1964) e da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) para a conservação e valorização do acervo. (PEDROSA, 2011).

A legislação urbanística da cidade teve por objetivo integrar o Sítio Histórico ao zoneamento do município. Foram reconhecidas as funções residencial, turística e de lazer, além de centro administrativo.

Nesse sentido

[...] o setor foi delimitado por um anel viário e foram estabelecidas zonas hierarquizadas de acordo com a densidade monumental e o emolduramento da paisagem. Foram definidos também índices urbanísticos para novas construções, diretrizes para restaurações e reformas e recomendações para integração à configuração urbana histórica. (PEDROSA, 2011, p. 52).

Em junho de 1974, no parecer apresentado na Sala das Sessões do Conselho Estadual de Cultura (CEC), pelo membro do conselho professor Luiz Delgado, foi utilizado o relatório de Parent para legitimar suas impressões sobre a cidade em detrimento do crescimento do tecido viário do Complexo de Salgadinho.

A empreitada abriria novos horizontes para Olinda, em relação ao tráfego, à circulação e acesso rápido à cidade e sua visibilidade à distância, de forma que só era possível anteriormente aos que a ela se aproximavam de barco nos mangues ou nas antigas plantas de Olinda e Recife, ou seja, também afetaria a área de manguezal e a vegetação local.

Luiz Delgado, na sua proposição, menciona que o inspetor francês relata que em Olinda o que o impressionava era que a paisagem continuava intacta, mas que não permaneceria intacta se não houvesse uma intervenção imediata. Em outro trecho da proposição de Delgado, encontra-se que sem a classificação como monumento nacional e o estabelecimento de um plano de urbanismo que o preserve como zona *non aedificandi* não perduraria muito tempo. (DELGADO, 1974)

Luiz Delgado (1974) rememora também as considerações do relatório sobre Olinda de outro técnico da UNESCO, Jean-Bernard Perrin, que veio em 1972, anos depois da primeira missão. Perrin constatava em seu relatório que Olinda estava sob diversas ameaças pela necessidade de participar do desenvolvimento do Recife ao passo que queria conservar seu caráter primitivo.

Neste relatório, de acordo com Luiz Delgado, Perrin também exaltava a beleza da cidade e a necessidade de preservação por sua situação localização em uma colina, tornando-se uma paisagem urbana que deveria ter proteção absoluta.

Diante disso, proponho que o Conselho Estadual de Cultura se dirija ao Governo do Estado, à Prefeitura de Olinda e à Delegacia do Patrimônio da União, solicitando que, com audiência do Instituto de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico, sejam elaborados planos que preservem, em torno de Olinda, uma zona *non edificandi*, permitindo que a velha cidade – um jardim recheado de obras primas, conforme o primeiro relatório citado – seja apreendida pelo visitante em sua beleza total e complexa. Proponho ainda que o mesmo apelo seja dirigido ao Sr. Vice-Governador do Estado, olindense cujo amor a Olinda tanto se revelou no empenho que pôs a serviço da construção do novo sistema rodoviário, entre Olinda e Recife. (DELGADO, 1974)

A providência imediata do CEC, presidida pelo sociólogo Gilberto Freyre, foi dirigir o ofício 83/74 ao IPHAN, em 05 de julho de 1974, para endossar a proposta de Luiz Delgado de ampliação do polígono de tombamento. Ayrton de Almeida Carvalho encaminhou o documento para Renato Soeiro, através do ofício 71/74, ressaltando a importância do assunto, a ameaça das indústrias no trecho e salientando a opinião dos técnicos da UNESCO, também pede providências para a consecução dos propósitos do Conselheiro Luiz Delgado.

Como resultado da proposta de Delgado, naquele momento já falecido, o arquiteto José Luiz da Mota Menezes, convidado pelo CEC, nas pessoas dos conselheiros: Professor Waldemar de Oliveira e Professor José Antônio Pessoa de Melo, responde sobre a posição da FUNDARPE, na extensão do tombamento do IPHAN, para garantir sua preservação diante do Complexo Rodoviário de Salgadinho.

A FUNDARPE solicitou ao prefeito de Olinda Doutor Aredo Sodré, na ocasião já eleito pelo partido Arena, no ofício nº 079/74, a efetivação como área *non aedificandi* o perímetro que englobaria os mangues ao lado do Convento de Santa Teresa e o situado do outro lado da Av. Presidente Kennedy, para contemplar a urgência do pedido de Luiz Delgado.

A medida da FUNDARPE com apoio do IPHAN serviria não somente para proteger a visibilidade da cidade, mas a flora típica do mangue que estava desaparecendo sob aterros constantes e desorganizados. (MENEZES, 1975).

Na verdade, o problema está posto: Olinda, a Cavaleiro, se mostra de corpo todo, àqueles que demandam à ela ou seguem pela PE-1 para o Norte em busca das cidades situadas ao longo da estrada que

vai à Paraíba. Uma visão nova e magnífica onde a vegetação tropical envolve as edificações, e os velhos telhados, as paredes brancas ou coloridas, emergindo da massa verde, em silhueta de grande magnitude. Silhueta que sentimos bem demarcada nas vistas de Olinda, à distância, das gravuras do Recife, tais como a de Frederick Hagedorn e outras anteriores e as do período holandês. Foram estes fatos novos que levaram o Conselheiro, digno pernambucano, Prof. Luiz Delgado, a solicitar, através do Conselho Estadual de Cultura, às autoridades competentes, planos que preservassem tal visão nova da cidade que tanto amava. (MENEZES, 1975)

Com a proposta de extensão do tombamento (ANEXO G), em resultado dessas discussões, o novo perímetro seria definido da seguinte forma:

Partindo do limite do município de Olinda, desde o Molhe de Olinda até encontrar a Av. Agamenon Magalhães, daí seguindo os limites do município até atingir a Av. Correia de Brito, seguindo tal rumo até a Av. Antônio da Costa Azevedo e encontrando a Av. Presidente Kennedy; da Av. Presidente Kennedy inflete-se para o Leste ao longo da mesma até chegar a Av. Agamenon Magalhães, em Olinda, seguindo esta até encontrar a PE-1 e se continuar na Av. Joaquim Nabuco, infletindo na Estrada dos Bultrins até a Estrada velha do Rio Doce onde segue até o litoral através da Rua Alberto Ludgren; daí vem seguindo a praia até encontrar novamente o Molhe de Olinda. (MENEZES, 1975).

Simultâneo à criação do PDLI, a Legislação Básica Urbanística do Município de Olinda, lei nº 3826, instituída em 29 de janeiro de 1973, para controle e uso do solo. Essa havia dividido o município em 12 setores, mas no que fazia referência ao abordado por Menezes (1975), foram apenas considerados os setores 02, 04, 05, 06 e 09 (Conforme Apêndice A).

Embora esta legislação tenha ampliado uma parte da área tombada criando estas sub-zonas que regulamentavam a preservação da paisagem urbana e os trechos de arruamentos, ela ainda apresentava uma deficiência de acordo com Mota Menezes em relação à paisagem da cidade:

[...] é descuidada no que se refere aos anéis de proteção à visibilidade do conjunto histórico, somente considerados a partir de uma visão do mar para terra e do istmo para a área tombada (veja-se o que se define como zona de proteção de visibilidade: “Faixa litorânea, considerada “non aedificandi”, compreendendo o istmo de Olinda desde o limite do Município até o eixo do Rio Beberibe e áreas “eventualmente” conquistadas ao mar compreendidas entre os fundos das casas da Av. Manoel Borba, Rua do Sol, Rua do Farol, Av. Beira Mar e obras de proteção contra o mar, bem como a faixa compreendida entre o mar e a Rua do Sol, trecho entre a Praça do Carmo e a Praça 12 de Março). Assim, considerando em tal Legislação, o setor S.05, onde se permite quatro pavimentos como gabarito, a visibilidade do Recife para Olinda estaria comprometida, e, desde que não se limitaria senão conforme o código, superior a

40% a taxa de ocupação, fatalmente se uniriam as duas cidades, contrariando a orientação, como técnico da UNESCO, do Sr. Parent, que indicava em relatório, fundamental para os dois Municípios, o desligamento, para valorização, da cidade “nova”, Recife e a cidade antiga, Cidade-Jardim, Olinda. (MENEZES, 1975).

Na informação nº 300, de 2 de outubro de 1975, encaminhada para o Diretor Renato Soeiro, que consta do processo administrativo 674-T-62, o próprio Augusto Telles, um dos principais atores pelo tombamento do sítio histórico na década de 1960, reconheceu como legítima a ampliação da zona de tombamento, pois o primeiro havia sido realizado sem as ‘plantas corretas’.

Apenas com o PDLI e sua forma de zoneamento foram melhores atendidas as necessidades preservacionistas, a partir da diversificação do uso das diferentes áreas da cidade e as restrições de construção das áreas vizinhas ao entorno do polígono já tombado.

Opinião reforçada por Lygia Martins Costa, Chefe da Sessão de Arte do IPHAN, na Informação nº 42 de 13 de fevereiro de 1976, do processo 674-T-62. Ela acrescenta, para o diretor Renato Soeiro, que:

Desde 1973 se cogita a ereção de Olinda em monumento nacional, tendo o assunto recebido na época aprovação da Seção de Arte do IPHAN. Renovamos nossa anuência, e salientamos a oportunidade da medida que vem ao encontro da extensão da área tombada da cidade, que ora se efetiva, e que visa garantir a Olinda ambientação paisagística excepcional.

As informações emitidas por Augusto Telles e Lygia Costa visavam uma posição da SPHAN perante os apelos, que até então, não havia tomado nenhuma medida. Fato que levou a diversas matérias jornalísticas em Pernambuco pedindo um encaminhamento sobre o caso.

Conforme a realizada em junho de 1976, quando o Diário de Pernambuco aborda a fala do historiador José Antônio Gonsalves de Melo no CEC, criticando a burocracia do SPHAN, pois desde setembro do ano anterior havia sido encaminhada a proposta para a transformação em Cidade-Monumento, e desde então, havia “um silêncio que dói.”¹³

Outra reportagem estampada na primeira página do Diário de Pernambuco trazia a fala do Senador Marcos Freire, proferida na Tribuna do Senado, alertando os inúmeros problemas enfrentados pela cidade. Dizia-se que correndo o risco mesmo de desaparecer, sobretudo com os desafios de ordens naturais que

¹³ SILÊNCIO..., 1976.

colocavam em risco as estruturas físicas, como deslizamentos de terra e o avanço do mar, como na figura 15, atingindo casas muito próximas às casas além de outras partes da orla que se situavam em todo o trecho da área histórica

[...] que vem destruindo a cidade, acabando com as praias, derrubando prédios e fazendo desaparecer ruas inteiras [...] três casas onde morou quando menino foram tragadas pelas ressacas, nas praias de São Francisco e do Farol. Para Marcos Freire o problema começou quando foram realizadas obras para contenção das ressacas sem observância de um plano estabelecido por técnicos franceses: estas obras teriam interferido nas correntes marítimas, alastrando a devastação que hoje sofre o litoral olindense.¹⁴



Figura 15 – Avanço do Mar na Praia dos Milagres, 1967. Fonte: Acervo IPHAN

Finalmente em 16 de novembro de 1976, na Ata da 74ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do IPHAN, os pareceres de Paulo Ferreira Santos para os Processos números 674-T-62 e 923-T-73 para a extensão do tombamento do SHO são aprovados, após discussão do Diretor Renato Soeiro e a equipe de conselheiros

¹⁴ MARCOS..., 1976.

da Casa, sendo encaminhado ao ministro da Educação e Cultura para sua homologação.

Com a decisão de ampliar a área tombada do sítio histórico, foi feito o encaminhamento ao ministro Eduardo Portella para homologação. Essa foi realizada em 03 de maio de 1979 e incluída nos Livros do Tombo em 04 de junho do mesmo ano. Com uma ampliação de mais que 8 km² do tombamento inicial, conforme a área aprovada pelo Conselho do IPHAN.

Com a nova configuração do polígono, o então prefeito Germano Coelho, exaltou a participação de Aloísio Magalhães à frente do IPHAN, como um dos responsáveis pelo êxito da formulação e aprovação do projeto de lei que tornou Olinda a maior área tombada do país.

[...] ampliou-se o tombamento a uma área de oito quilômetros quadrados, dos quais 70 hectares – trecho entre a Avenida Olinda, e a PE-60 – permanecerão intocáveis, proibidas para qualquer edificação. Isso só foi possível – disse o sr. Germano Coelho – porque Olinda conta pela primeira vez na história com um filho da terra à frente do Iphan.(OLINDA, 1979b)

A participação de Aloísio Magalhães foi primordial para o encaminhamento das propostas referente à ampliação do tombamento. Recifeense, pertencente à elite política e intelectual do Nordeste que não confrontava o Regime Militar e atuava em órgãos do governo, teve participação no PCH no Nordeste, fomentando o incentivo ao turismo nas áreas protegidas; Aloísio Magalhães assumiu a gestão do IPHAN após a saída de Renato Soeiro, em 1979. (CHUVA e LAVINAS, 2016).

O prefeito de Olinda, Germano Coelho, foi comunicado pelo chefe de arquivo do IPHAN, Edson de Britto Maia, através da notificação nº 1.155/79, na qual Aloísio Magalhães comunica:

Cumpre-me levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, conforme recomendação do Conselho Consultivo deste Instituto e homologada pelo senhor Ministro da Educação e Cultura de acordo com a Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975, foi inscrito nesta data, o Acervo Urbanístico, Paisagístico e Arquitetônico da Cidade de Olinda, nesse Estado, como extensão do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da mesma cidade, tombado em 19 de abril de 1968, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, a folhas 19, sob o número 75, de acordo com os artigos 4º e 5º do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. (MAGALHÃES, 1979)

A aprovação do Conselho Consultivo do IPHAN favoreceu diretamente no avanço das discussões do Projeto de Lei do Deputado Fernando Coelho. De acordo

com matéria publicada no *Jornal do Brasil*, em maio de 1979, a medida objetivava a preservação de áreas vizinhas para proteger o núcleo histórico:

A área da cidade de Olinda, Pernambuco, tombada pelo Patrimônio Histórico foi aumentada em cinco vezes por determinação do Ministro da Educação, Eduardo Portela, abrangendo a região entre o complexo rodoviário de Salgadinho, limite com Recife. Ao Sul, e a estrada dos Bultrins ao Norte. O objetivo é preservar as vizinhanças do núcleo histórico para evitar que o crescimento da cidade e do Recife afete suas características arquitetônicas. (IPHAN..., 1979a)

A matéria ainda abordava a criação de um programa de proteção ao acervo, que contava com a criação de um grupo para atuar nos possíveis problemas de crescimento urbano e naturais que viessem a ocorrer no entorno do SHO:

Quanto ao problema do deslizamento dos morros de Olinda, o diretor do IPHAN, Aloísio Magalhães, usando como exemplo Ouro Preto que enfrenta o mesmo tipo de fenômeno, pretende chamar a atenção das autoridades e da Unesco para que sejam tomadas medidas antes de qualquer acidente. Criará, ainda neste semestre, grupo especial para cuidar da restauração e preservação de Olinda. (IPHAN..., 1979a)

O programa, no entanto, só foi instituído no segundo semestre, em setembro, através da Lei Municipal nº 4119/79, com a criação do Sistema Municipal de Preservação, composto pelo Conselho de Preservação, órgão deliberativo, a Fundação do Centro de Preservação, órgão técnico e executivo das ações de Preservação, o Fundo de Preservação, ficando instituída a figura do tombamento municipal¹⁵.

A partir deste cenário a gestão da conservação do sítio histórico na cidade é orientada pelo Sistema Municipal de Preservação, cujas instituições que atuam diretamente dentro desse Sistema estão a municipalidade, o IPHAN e a FUNDARPE.

O IPHAN atua por meio do seu escritório Técnico I – Olinda, como núcleo de apoio à 5ª Superintendência Regional do IPHAN, analisando projetos e emitindo pareceres técnicos.

A FUNDARPE participa através de reuniões do Conselho e Câmara Técnica, financiando restauros e levantando patrocínio para as atividades de instituições culturais localizadas em Olinda, como as intervenções realizadas no Museu Regional de Olinda.

¹⁵ Legislação Urbanística Para os Sítios Históricos, capítulo IV, fl. 4.

Por parte da administração municipal participam a Secretaria de Transportes e Controle Urbano (SECTUA) e a Secretaria do Patrimônio e Cultura (SEPAC).

As instâncias deliberativas do Conselho de Preservação do Sítio Histórico de Olinda e da Câmara Técnica de Legislação e Tombamento analisam e aprovam projetos de intervenção nos imóveis. (BARRETO & MILET, 2011, p. 7).

3.4. OLINDA MONUMENTO NACIONAL (1980)

Desde os anos que antecederam o tombamento do sítio histórico em 1968 Até os anos posteriores, diversas notícias eram veiculadas, servindo de incentivo para a formulação do projeto de lei do Deputado Fernando Coelho para que a cidade se tornasse oficialmente Monumento Nacional.

Além desse fato, cidades com características semelhantes à Olinda, até mesmo mais jovens, como é o caso de Ouro Preto, já tinha sido declarada Monumento Nacional via decreto federal nº 22.928, em 12 de julho de 1933.

Mariana, Minas Gerais, foi reconhecida via decreto-lei nº 7.713, em 06 de julho de 1945 e Parati, no Rio de Janeiro, via decreto federal nº 58. 077, de 24 de março de 1966. Todas já haviam recebido o reconhecimento e eram amparadas pelas devidas proteções legais.

Tornar-se Monumento Nacional era um título honorífico que era concedido à cidade que havia sido palco de algum evento ou história que engrandecesse a pátria. Ele implicava que a cidade era de importante relevância no cenário nacional, não abrangendo apenas o trecho compreendido como Sítio Histórico (como era o caso do tombamento).

Desta forma Olinda conseguia se enquadrar tanto por sua arquitetura colonial como por ter sido palco de batalhas pela Independência do Brasil e na conquista da República, conforme é cantado inclusive no hino do Estado de Pernambuco:

A República é filha de Olinda, alva estrela que fulge e não finda de esplendor com seus raios de luz. Liberdade! Um teu filho proclama!
Dos escravos o peito se inflama ante o Sol dessa terra da Cruz.
(ROCHA e MILANO, 1908).

Em setembro de 1972, o Major Luiz Vital Duarte havia explicitado em comunicado ao MEC, os motivos que deveriam levar Olinda a ser transformada em Monumento Nacional. São apresentados os aspectos históricos, arquitetônicos, coloniais, salientando a importância do turismo.

No documento, Vital Duarte também evidenciava as razões pelas quais a cidade deveria ser incluída como área de segurança nacional, por se tratar de um lugar ideal para um controle mais estratégico pelo governo militar:

Quanto aos aspectos relativos à segurança nacional, a medida se apresenta como das mais alvissareiras, visto como Olinda, sede de quatro unidades militares, e transformada em Cidade Monumento Nacional sob a Administração Central da União, eventualmente, pode constituir-se ponto estratégico para a manutenção da ordem política e social. É importante frisar, ainda que pela sua condição estratégica, Olinda teve em seu território, recentemente vários aparelhos de subversão desbaratados pela polícia, os quais se situavam ao longo de suas praias (DUARTE, 1972)

Mas também tinha o intuito de obter recursos para a manutenção do acervo urbano. Estes fatores fizeram com que o prefeito Ubiratã de Castro fosse a Brasília se encontrar com o Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, para pedir a inclusão do SHO na área de segurança nacional, uma vez que não podia estar abandonada e carecia de verbas para a conservação de seus monumentos, prestes a se tornarem ruínas¹⁶.

A ideia de inclusão do SHO como área de segurança nacional surgiu a partir da nova formulação da lei de Segurança Nacional do país, em 1968; a área passaria a ter a intervenção direta do governo federal militar, com a possibilidade de nomeações diretas do presidente para o prefeito local, facilitando a tramitação jurídica da área de preservação.

A cidade ocupava lugar estratégico para a política militar, com 5 Unidades Militares do Exército e da Marinha. Vital Duarte era um ávido defensor do Regime que se instalara no país e enaltecia os progressos desenvolvimentistas que ocorreram como advento do militarismo no que ele chama de “Revolução saneadora de 31 de Março de 1964”, que teria livrado “o país do caos”. (DUARTE, 1976, p. 231)

Uma edição de 05 de setembro de 1972 no *Diário de Pernambuco*, também afirmava que a cidade seria declarada Monumento Nacional, pois o processo de tombamento, considerando Olinda zona de segurança nacional, estaria sendo preparado no Ministério da Justiça para assinatura do Presidente ainda no mesmo mês¹⁷.

O Major Luiz Vital Duarte foi uma das figuras públicas mais insistentes no debate na década de 1970 a reivindicar a elevação de Olinda a Monumento

¹⁶ PREFEITO...,1972.

¹⁷ OLINDA..., 1972b.

Nacional, tendo escrito no período as obras: “Transformação de Olinda em Monumento Nacional”, pela Editora da Universidade Federal de Pernambuco (1973); “Olinda na Formação da Nacionalidade” (1976); além de diversas cartas às redações do *Jornal do Comércio* e *Diário de Pernambuco*.

Luís Vital Duarte nasceu em 1921, em Alagoa Nova, na Paraíba. Filho de Antônio Vital Duarte e D. Egídia Santiago Duarte. Coursou ensino primário em Santa Luzia, na Paraíba, o secundário no Colégio Rio Branco, do Rio de Janeiro e Jornalismo pelo Instituto Técnico Profissional do Rio de Janeiro (1958), além de vários cursos de extensão universitária, a exemplo do IV Ciclo de Estudos sobre Desenvolvimento e Segurança Nacional.

Recebeu o título de cidadão do Recife, em 1972. Morador de Olinda, cidade que adotou, ocupou diversos cargos de confiança em instituições públicas e militares. Major da reserva de primeira classe do Exército (com proventos de Tenente-Coronel, por decreto do Presidente da República em 1966), exerceu diversos cargos de confiança: fundador do Clube Sargento Wolff; Representante da Biblioteca Militar e do Noticiário do Exército no Hospital Geral do Recife; Representante do Instituto Nacional do Livro em Pernambuco (1968-1969); presidente da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição dos Militares; vice-presidente do Instituto Histórico de Olinda e do Conselho de Curadores da Fundação Universitária de Olinda; Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Universitária de Olinda (Funeso), dentre muitos outros. (DUARTE, 1976)

Com o peso que seu histórico oferecia diante da sociedade pernambucana e diante do governo federal militar, o Major Vital Duarte enviou ao ministro da Educação, Jarbas Passarinho, uma ampla documentação sobre os valores históricos, artísticos e culturais de Olinda, tendo uma grande repercussão entre políticos e intelectuais.

Encaminhou diversos pedidos ao presidente da República e outras autoridades, todos solicitando que Olinda fosse transformada em Monumento Nacional. Fato que também levou Soeiro, através do Departamento de Assuntos Culturais (DAC), comunicar o Ministro Jarbas sobre o movimento encabeçado por Duarte, trabalho já amplamente divulgado na imprensa. (ANEXO F).

O trabalho de Duarte levou Soeiro a encaminhar um comunicado ao Ministro do MEC, salientando sua atuação e pedidos acerca do núcleo histórico:

O Major Luiz Vital Duarte, Membro do Instituto Histórico de Olinda e do Conselho de Curadores da Fundação Universitária de Olinda, em diferentes expedientes endereçados ao Senhor Presidente da República [...], e ao Senhor Ministro da Educação e Cultura [...] pedido para ser a cidade de Olinda transformada em Monumento Nacional. Em longos relatórios acompanhados de artigos da imprensa, procura demonstrar que os conjuntos de valor histórico e artístico correm risco quanto à sua integridade, uma vez que as administrações municipais, de um modo geral, agem arbitrariamente em função de interesses políticos e que só na condição de Monumento Nacional ficariam devidamente protegidos, “com a prerrogativa de ter na chefia do Executivo um administrador de confiança do Chefe da Nação” (SOEIRO, 1972b).

Outra notícia ressaltava as considerações feitas pela equipe técnica liderada por Parent ao se deparar com a cidade afirmando que Olinda deveria ser protegida como um monumento nacional para que não houvesse construções na área antiga e espaço verde¹⁸.

O relatório de Parent elaborado no final da década anterior também foi significativo, uma vez que os atores públicos podiam endossar suas petições no que dizia respeito à preservação do sítio histórico de Olinda, a partir da avaliação positiva da cidade de Olinda como lugar de significância histórica e cultural não só do Brasil, mas um tesouro da humanidade. O movimento pela elevação a Monumento Nacional utilizou desses referenciais ao longo dos anos 1970 para a ampliação do polígono da parte histórica da cidade.

A repercussão na imprensa chegava também às pautas do IPHAN. Em outubro de 1972, o Diretor do 1º Distrito Ayrton Carvalho enviou ofício para conhecimento do Diretor Geral do órgão, Renato Soeiro, tratando de matéria com declarações do Major Luiz Vital Duarte tecendo críticas à gestão do Distrito e à municipalidade. (ANEXO E)

O Major Vital Duarte salientava que a incompreensão dos prefeitos anteriores na questão do planejamento urbano em relação a aliar o desenvolvimento econômico através da indústria do turismo e os problemas com a poluição ambiental causando deterioração da parte histórica eram os maiores entraves à gestão do patrimônio local.

A entrevista a qual Ayrton Carvalho se referia foi a concedida pelo Major Vital Duarte a Maria Luiza Rolim, falando que em relação à exploração turística de Olinda,

¹⁸ TÉCNICOS..., 1972.

diante dos exemplos de outras cidades históricas, e a transformação em área de segurança nacional:

[...] Olinda não pode permanecer estacionária nesse importante setor, razão porque impõe-se a sua transformação em Cidade Monumento Nacional administrada diretamente pelo governo federal. Além do mais, porque essa medida possibilitaria que fosse cumprido, rigorosamente, o disposto no Art. 180 da Constituição Federal, segundo o qual, estão sob a proteção especial do Poder Público os monumentos e as paisagens naturais. [...] A decretação pelo Governo da República, da cidade de Olinda como Monumento Nacional, com a prerrogativa de ter na chefia do Executivo um administrador da confiança do Chefe da Nação, é uma medida que garantiria no Município o fiel cumprimento das disposições do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que dispõe sobre as medidas de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, impedindo que as coisas tombadas continuem a ser destruídas e, também, sem prévia autorização do Instituto do Patrimônio continuem a sofrer, como têm sofrido, pinturas, restaurações e reparos que contrastam flagrantemente com suas linhas fundamentais.¹⁹

O movimento levou diversas instituições e personalidades a reconhecer os esforços empreendidos por Vital Duarte. A Academia Pernambucana de Letras (APL) conferiu um momento de aplausos às iniciativas do movimento em favor do tombamento de Olinda como Monumento Nacional, enviando o seguinte ofício para Duarte:

Recife, 21 de outubro de 1972. Of. 110 – Prezado conterrâneo: A campanha de generosa inspiração do ilustre coestaduano, visando a que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional faça de Olinda uma “Cidade-Monumento”, teve, nessa Academia, a melhor acolhida. É natural que assim fosse, Olinda, réplica pernambucana de Ouro Preto, com seu casario colonial, suas vetustas e seculares igrejas, suas preciosas relíquias históricas, foi a nossa antiga Capital, num tempo em que, segundo velhas crônicas, ali se ditava até as velhas modas à Lisboa. E não só isso, Gênese da nossa história, berço da nossa civilização, matriz de nossa cultura jurídica, esteve presente também nas linhas de vanguarda das nossas lutas de libertação. Por isso, a ideia de V. Sa., que já toma corpo e certamente irá à vitória, muito sensibilizou a “Casa de Carneiro Vilela”, sempre presente em tudo que diga respeito à conservação e à defesa de nosso patrimônio cultural e histórico. Daí porque, em nossa última reunião, o presidente Mauro Mota propôs, com aplauso unânime do plenário acadêmico, um voto de congratulações com V. S^a., por tão oportuna quanto patriótica iniciativa [...]²⁰

O major Luiz Vital Duarte sempre explicitava seu desejo de que o próprio presidente nomeasse alguma pessoa de confiança para chefiar a instância executiva

¹⁹ OLINDA..., 1972c.

²⁰ APLAUSOS..., 1972.

municipal de Olinda para a devida efetivação da proteção. Sempre crítico dos administradores municipais, Duarte julgava que desde a concessão do tombamento em 1968, as disposições acerca de sua proteção não eram obedecidas, com prosseguimento dos crimes em relação à descaracterização do SHO²¹.

Acreditava que somente a emancipação cultural da cidade tornaria ela mais conhecida e atrativa para a promoção turística:

Sua história precisa ser conhecida e, portanto, mais divulgada nas escolas e no turismo com maior projeção, após o que justificará, plenamente a outorga da emancipação cultural de Olinda, considerando-a MONUMENTO NACIONAL, galardão das glorificações merecidas, restaurando-se conseqüentemente, a cultura artístico-histórica daquele sagrado recanto pernambucano. (DUARTE, 1976, p. 35).

As insatisfações com a gestão do prefeito Ubiratan de Castro e Silva (1959, 1971-1973) no campo da preservação eram constantes, inclusive por questões políticas e conflitos ideológicos, embora reconhecesse seus esforços em relação à educação do município, cooperando para instituir a Fundação Universitária de Olinda. Apesar disso, diversas críticas públicas surgiram para que a nomeação do prefeito partisse diretamente do presidente da República.

Em 1972, Adilson Cardoso veio a público nas páginas do *Diário de Pernambuco* criticar a descaracterização da cidade, com casas e janelas tornando-se coloridas, de cores vivas ao invés de branco e cinza originais, “morrendo pelo progresso”. Cardoso ainda dizia que não adiantava apelar para o novo prefeito Ubiratan, porque o mesmo em sua agenda já dizia, alisando o bigode: “Quero ver minha cidade como um filme em technicolor²². E’ que o passado para muita gente deve apenas está inserido nos livros.”²³. Evidenciando sua despreocupação com a manutenção do caráter plástico do acervo do SHO, já tombado, mas sim com a promoção econômica que a cidade ganharia, ainda que às custas da descaracterização e destruição do acervo.

Em resposta aos ataques de Adilson Cardoso, aproveitando a visita dos técnicos da UNESCO, o prefeito Ubiratan de Castro o contraria afirmando que promovia a restauração de monumentos, embora não tivesse recursos suficientes no

²¹ CARTAS..., 1973.

²² Processo pioneiro de registro de imagens, desenvolvido nos Estados Unidos da América, que consistia na coloração dos filmes, até a década de 1970, pela Technicolor Motion Picture Corporation (nota da autora).

²³ ABANDONO..., 1972.

município, diferente de cidades como Ouro Preto e Petrópolis, como apoio do governo enquanto Olinda não tinha nenhuma ajuda. Mas que nenhuma construção seria feita na cidade alta sem a aprovação do IPHAN, inclusive mandou interromper obras em uma casa na Rua 13 de Maio, no Amparo, porque não atendia as exigências da área tombada.²⁴

Em relação às prerrogativas legais, Vital Duarte sugere que a partir da transformação de Olinda em Cidade-Monumento, a Administração Federal com recursos da União e do Município, poderia auxiliar o proprietário que não tivesse recursos para obras de conservação e reparação. Esta medida serviria para que

[...] os proprietários das coisas tombadas não viessem a exercer o direito que lhes faculta a lei de requerer o destombamento; diligenciará também para que, em caso de verificação de urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, estas fossem imediatamente projetadas e executadas com a assistência e participação do Serviço do Patrimônio, independente de qualquer outra formalidade que viesse obstaculizar a sua ação fiscalizadora, tendo em vista a preservação dos monumentos de real valor histórico e artístico.²⁵

Sua articulação local com a imprensa e os constantes pedidos junto à instância federal surtiu efeitos. Renato Soeiro ao encaminhar relatório do DAC ao Ministro da Educação Jarbas Passarinho julgava cabível a transformação de Olinda em Monumento Nacional via decreto, à semelhança de Ouro Preto e Mariana (MG), Alcântara (MA), Cachoeira (BA), Porto Calvo (AL) e Paraty (RJ), pois daria responsabilidade às autoridades municipais e estaduais na preservação do acervo.

O documento redigido por SOEIRO (1972b) para o Ministro ainda sintetizava os pedidos de Duarte, abordando a necessidade de indicação de um prefeito para a cidade, fato que só seria possível se houvesse a equiparação das cidades-Monumento às zonas de segurança nacional e a construção do plano diretor:

Em síntese:

- a) o pedido para transformação da cidade de Olinda, cujo núcleo histórico já está tombado, em cidade-Monumento Nacional é medida justificável e de interesse para sua preservação;
- b) a aprovação do Prefeito local pelo Presidente da República, exige a alteração do §1º do Art. 15 da Constituição do Brasil, equiparando-se as cidade-Monumento Nacional às zonas de segurança nacional, ou acrescentando-se no mesmo artigo nova condição de Município a ser beneficiado com aquela medida;

²⁴ UBIRATAN..., 1972.

²⁵ OLINDA..., 1972c.

c) o plano diretor de Olinda, financiado pelo SERPHAU, é medida acertada e acauteladora do desenvolvimento policiado no Núcleo de Olinda. (SOEIRO, 1972b)

Mas sabia da dificuldade da elevação da cidade a categoria de “segurança nacional” e a conseqüente nomeação direta de um prefeito local. Uma vez que para isso seria necessária a alteração da Constituição Federal (CF/1967), no seu Art. 16 §1º, acrescentando aos casos ali previstos as cidades-Monumento Nacional, passando a considera-las também áreas de defesa nacional (ANEXO F).

Conforme a CF, em cidades que fossem estância hidromineral ou que compromettesse a segurança nacional, a chefia do executivo municipal seria feita através de indicação do governador com prévia autorização do presidente. A CF, portanto, não incluía a condição de cidade-Monumento Nacional, conforme trecho em questão:

§ 1º - Serão nomeados pelo Governador, com prévia aprovação:
 a) da Assembléia Legislativa, os Prefeitos das Capitais dos Estados e dos Municípios considerados estâncias hidrominerais em lei estadual;
 b) do Presidente da República, os Prefeitos dos Municípios declarados de interesse da segurança nacional, por lei de iniciativa do Poder Executivo. (BRASIL, 1967)

A mudança da CF seria inviável, portanto, mas Soeiro indicava que o CFC, por solicitação do IPHAN teria elaborado e encaminhado às autoridades superiores um anteprojeto de lei a respeito do assunto a pedido do Ministério da Justiça (MJ). Surtindo efeitos maiores apenas a iniciativa municipal pela implantação do PDLI:

Medida concreta pra a defesa efetiva desse conjunto foi a providência da administração municipal de Olinda sobre a organização de um plano de desenvolvimento local integrado, financiado pelo SERFHAU, órgão do Ministério do Interior, já em fase final de redação, e precedida de um seminário técnico sobre o assunto, do qual participou o representante deste Departamento, arquiteto Augusto da Silva Telles. De acordo com a informação desse técnico, o referido plano prevê a preservação adequada da área de valor histórico, atende à defesa conveniente da paisagem do conjunto urbanístico e arquitetônico tradicional, assegurando-lhe sua devida ambientação.²⁶.

A questão da gestão municipal foi lembrada por Orlando Cavalcanti como fator irrisório diante do que mais importava à cidade naquele momento em meio à industrialização e modernização.

²⁶ ANEXO VI

O seu reconhecimento como Cidade-Monumento, segundo ele, não poderia ser retardado devido à questão política da indicação da chefia executiva municipal. A necessidade do título foi exposta da seguinte forma por ele na imprensa:

Poderia reprimir o meu entusiasmo ante a expectativa de ver a nossa Olinda elevada à categoria de Cidade Monumental? Sim, poderia. Mas, para que? Olinda é, sem favor, um Monumento Nacional e dos mais autênticos, mesmo sem o respectivo pergaminho, que, este, virá proclamar ao Brasil o reconhecimento oficial dessa realidade de fato, outorgando-lhe a estrutura jurídica compatível com a espécie. Vale ressaltar o empenho do Instituto Histórico de Olinda – a venerada casa de Gaston Manguinho - pelo êxito do trabalho que se desenvolve a respeito, sob as auspiciosas démarches do prestigioso e abnegado Major Luiz Vital Duarte. A “fofoca” aparece em tudo ou quase tudo: às vezes, pelo seu mau gosto, serve até para exaltar as atitudes construtivas. A versão de que o novo título, a ser concedido à querida urbe, teria sido previamente condicionado ao processo político local, é irrisória como tentativa de amesquinhar um governo feliz e realmente forte. Vamos preservar o que resta de Olinda, que sempre foi verdadeiramente monumental e onde hoje se ampliam, para valer, o magistério superior e o culto da História e das Letras, a par do surto desenvolvimentista abrangendo setores os mais diversos. [...] Falta alguma formalidade? Que seja cumprida o quanto antes, porque o excesso de burocracia só serve para entravar o bom curso das coisas certas. É óbvio que ninguém vai querer tapar o sol com uma peneira... E não se venha argumentar que há duas Olindas, uma velha e uma nova, interpenetradas. Assim, há três Romas na cidade Eterna: a antiga, a medieval e a moderna.²⁷

Nos anos que se seguiram, Luiz Vital Duarte continuou presente nas páginas jornalísticas tratando da necessidade de que Olinda se tornasse zona de segurança nacional. Em outubro de 1973, é lançado o livro de sua autoria *Transformação de Olinda em Monumento Nacional*, fruto de uma monografia, editado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Neste trabalho, o autor escreve um soneto em homenagem à velha Olinda, que dizia:

[...] Entre todas, tu foste e és a primeira / No esquecimento como na bravura / Além de mártir, és nobre, és pioneira, / E Deus há de livrar-te da amargura[...]
Teus feitos, tua ação tão meritória / Hão de te consagrar na pátria história / Como áureo MONUMENTO NACIONAL! (DUARTE, 1976, p. 264).

Sobre este trabalho de Vital Duarte, e salientando a preocupação com a ameaça de descaracterização do núcleo, Fernando de Barros Borba falou que a obra:

²⁷ OLINDA..., 1973.

[...] além de documentação fotográfica e depoimentos de intelectuais pernambucanos sobre o assunto, reúne os trabalhos do autor quando conduziu a incansável campanha pela imprensa visando assegurar melhores condições de preservação para o conjunto primitivo de Olinda. Inscrita nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1968 [...] a área histórica da cidade não recebeu, lamentavelmente, as medidas preventivas e preservadoras que merecia, para que fosse sustada a descaracterização de seus espécimes arquitetônicos e recantos urbanos mais autênticos. Prosseguiram, à revelia da Lei, as constantes mutilações, que já às vésperas do tombamento, em 1967, o técnico da UNESCO Michel Parent temia serem irreversíveis em prejuízo da unidade do conjunto.²⁸

Fernando Barros Borba ainda teceu críticas com relação às noções de progresso, difíceis de conter, que acompanhavam esse declínio da preservação do sítio histórico de Olinda.

Também foram realizadas as medidas municipais que abrangiam a preservação da área histórica, conforme o PDLI. Em meio a essas discussões, no ano de 1974, Fernando Coelho torna-se o deputado federal mais votado em Olinda, e apresenta às Comissões de Constituição e Justiça e de Educação Cultura o Projeto de Lei nº 1.440 de 1975, com o seguinte texto:

Art. 1º - É erigida em monumento nacional a cidade de Olinda, no Estado de Pernambuco.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (COELHO, 1975, p. 16)

As atuações e empenho de Vital Duarte tiveram influência direta também na elaboração de projeto de lei nº 1.801/1976, pelo Deputado Marco Antônio Maciel, da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), para que esta fosse transformada em Cidade Monumento. (ANEXO H).

Prevalecendo o projeto de lei do deputado Fernando Coelho, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), pois era anterior ao de Maciel, fato que o fez retirar sua proposição (COELHO, 1975, p. 21). Por ter ficado sob o encabeçamento do MDB, o projeto sofreu oposição por parte de integrantes da bancada arenista, conforme matéria do *Jornal do Comércio*:

Só agora se compreende porque a histórica Olinda ainda não foi oficialmente transformada em Monumento Nacional, como ocorre com outras nove localidades brasileiras, muitas das quais, talvez sem o valor histórico-artístico dessa primeira capital pernambucana. É que a Aliança Renovadora Nacional (Arena) infelizmente é contra a

²⁸ PRESERVAÇÃO..., 1973.

medida conforme nos informa o ilustre deputado Fernando Coelho, autor do Projeto de Lei nº 1.440/75, que dispõe da outorga da emancipação cultural à tradicional Marim dos Tabajaras. Para conhecimento dos pernambucanos e, particularmente, dos olindenses, vai na íntegra a informação prestado por aquele parlamentar do Estado:

Lamentamos que o sr. deputado Ibrahim-Abi-Ackel não conheça as gloriosas tradições pernambucanas nem o pioneirismo e as antecipações olindenses, do contrário não teria se colocado contra o Projeto de Lei que erige Olinda em Monumento Nacional. Vale salientar que o ex-deputado Marco Maciel (hoje eminente governador de Pernambuco), chegou a apresentar, em 4 de março de 1976, o projeto de lei nº 1.801, sobre o mesmo assunto, retirado no dia 19 do mesmo mês e ano, em virtude da existência do Projeto de Lei nº 1.440/75.²⁹

Coelho utilizou o apelo de Luiz Vital Duarte feito ao Presidente Militar Geisel, na justificativa de seu projeto de lei, quando o major Duarte aponta a necessidade da intervenção federal para conferir aos poderes competentes um instrumento jurídico de maior força, o que só seria possível com a outorga da emancipação cultural através da transformação em Cidade Monumento Nacional (COELHO, 1982).

Sob a justificativa de que diversas cidades brasileiras já estavam erigidas em monumento nacional e que “somente por um lapso – que urge corrigir”, a cidade de Olinda também não estava figurando entre elas.

Para os que conhecem a velha cidade de Olinda, dispensável seria a justificação do presente Projeto de Lei. Para os que não a conhecem, bastaria apenas invocação do Guia Histórico e Sentimental da Cidade de Olinda, que Gilberto Freyre escreveu como um canto de amor à cidade. Ou a leitura de seus poetas. Dos seus cronistas. Daqueles que, no passado e no presente, tem fixado em páginas antológicas a eternidade da velha Marim. (COELHO, 1982, p. 17)

A proposta, no entanto, recebeu parecer contrário pelo relator Magno Bacelar, uma vez que o projeto ao ser redigido não definia a área a ser tombada, englobando, dessa forma, os modernos bairros residenciais e outros setores, sem ligação com as zonas históricas tradicionais que se pretende proteger. A inclusão dessas áreas traria o progresso da cidade e o seu desenvolvimento urbano e industrial. (COELHO, 1982, p. 25).

²⁹ OLINDA..., 1979c.

Por força da recusa de sua primeira proposta o deputado Fernando Coelho apresenta o projeto de lei nº 1.140-A/75 com as alterações requeridas³⁰, em colaboração do IPHAN para a delimitação do novo polígono.

O trabalho de Coelho se deu de forma simultânea às ações de Duarte e do IPHAN, uma vez que Fernando Coelho se valeu da delimitação realizada pelo IPHAN para incluir em sua nova proposta. Condição necessária para a aprovação na Câmara.

O novo projeto estava sendo analisado com as seguintes alterações:

Acrescente-se ao Projeto do seguinte artigo, renumerando-se o atual art. 2º

Art. 2º - A área urbana de Olinda e locais adjacentes, de interesse histórico, serão tombados para os fins previstos do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

Parágrafo único. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da data desta lei, demarcará a área a que se refere este artigo e efetivará o tombamento necessário. (COELHO, 1982, p. 29)

Após cinco anos de tramitação do projeto é sancionada pelo presidente militar João Figueiredo a lei federal nº 6.863 de 1980, erigindo Olinda como Monumento Nacional.

A notícia é divulgada em matéria do historiador Barreto Guimarães no *Diário de Pernambuco* no dia seguinte, com as seguintes colocações:

Tantas e tão qualificadas as vozes que se alevantaram, durante vários anos, numa luta que terminará, dentro em breve absolutamente vitoriosas. Vozes de pessoas isoladas. Vozes de instituições. Vozes do povo. Vozes de autoridades, de governantes, de governados. Todos gritaram, todos falaram, todos reclamaram por um ato de justiça que não tardará. [...] O deputado Fernando Coelho teve o seu projeto aprovado, por unanimidade, no congresso Nacional, com o apoio de toda a bancada pernambucana à Câmara e ao Senado. [...] O projeto do ilustre parlamentar concede a Olinda o título de Cidade Monumento Nacional e é um elemento essencial para que o Governador Marco Maciel possa conseguir da UNESCO o grande título para Olinda – Cidade Monumento à Humanidade.³¹

A estratégia também visava os interesses políticos municipais e estaduais no sentido de a cidade receber o reconhecimento da UNESCO para se tornar patrimônio da humanidade, título concedido dois anos após a elevação de Olinda a monumento nacional, como parte de um processo já iniciado com a visita dos técnicos da UNESCO.

³⁰ Sala das Sessões, de abril de 1979.

³¹ UM GRANDE..., 1980.

Evidenciado no discurso proferido pelo deputado Fernando Coelho, na Sessão Plenária na Câmara dos Deputados em 01 de dezembro de 1980, ao comentar a sanção do projeto de lei.

Consoante entendimentos já mantidos pelo Prefeito Germano Coelho junto à UNESCO, Olinda pleiteia, agora, ser reconhecida como “Patrimônio Cultural da Humanidade”, a exemplo do que ocorreu recentemente em relação à Ouro Preto. É necessário que o Governo Federal apoie essa pretensão, pela justiça que ela encerra e pelo apoio que o órgão poderá dar à restauração da antiga capital de Pernambuco. Registrando a sanção da Lei nº 6.863, no ano em que se comemora o V Centenário do Nascimento de Duarte Coelho, esperamos tenha sido esse ato o passo que faltava para o próximo reconhecimento de Olinda, pela UNESCO, como “Patrimônio Cultural da Humanidade.” (COELHO, 1982, p. 104).

Fato também reafirmado por Marco Maciel, já no governo do Estado de Pernambuco, quando envia telegrama solicitando ao Presidente Figueiredo sobre a sanção da lei, que corroboraria com os esforços empreendidos pelo governo e Pernambuco junto ao MEC e à UNESCO a fim de qualifica-la também como monumento de interesse da humanidade.³²

O Brasil apresentou à UNESCO o dossiê de candidatura do sítio histórico de Olinda em 1982, na 6ª Assembleia Geral do Comitê do Patrimônio Mundial. O título de Centro Histórico Patrimônio da Humanidade foi conferido em 14 de dezembro de 1982, obedecendo a dois critérios definidos pela UNESCO para concessão do título: deveriam ser outorgados a bens com importante permuta de valores humanos e constituir um exemplo excepcional de edificação, ou conjunto arquitetônico, ou uma paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história humana (UNESCO, 1972). Olinda parecia englobar todas as exigências comuns.

Percebemos nessa trajetória da patrimonialização do Sítio Histórico de Olinda diversas ações e interesses simultâneos em torno daquela área, ainda que em vista dos impasses enfrentados tanto pela burocracia do IPHAN quanto pelas políticas públicas urbanas adotadas pela municipalidade.

Apesar de envoltas em questões políticas e partidárias, as ações demonstraram ser motivadas, sobretudo, por uma preocupação crescente com a preservação da história da cidade e seu papel na formação da identidade pernambucana e nacional, em vias de desaparecimento pelos problemas urbanísticos e naturais locais. A preocupação também andava de acordo com as

³² MACIEL..., 1980.

ideologias nacionalistas presentes de maneira muito forte em todo o período político que marcou as primeiras décadas da República do Brasil.

Nesse sentido, tornou-se cada vez mais pertinente adotar para o sítio histórico de Olinda estratégias que visassem integrar a diversidade paisagística e histórica da cidade, com o desenvolvimentismo econômico e industrial que pautou as políticas públicas dos anos 1950 até início da década de 1980, controlando a densidade demográfica cada vez mais acelerada causando impactos urbanos.

Estas problemáticas urbanísticas que não foram sanadas nesse período, foram sendo aperfeiçoados com a atuação do município, em conjunto com o IPHAN e a UNESCO durante estas décadas, imprescindíveis para minimizar possíveis impactos praticamente irreversíveis para a preservação do sítio histórico e sua arquitetura e paisagem. A própria adoção das estratégias turísticas para promoção e visitação, embora com ressalvas, foi uma forma de proteger o SHO e angariar recursos para sua subsistência.

Por sua vez, as matérias jornalísticas de diversos intelectuais que o *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Comércio*, dentre outros meios da imprensa nacional publicaram ao longo de mais de 20 anos em referência à preservação de Olinda, sobretudo para que se tornasse monumento nacional, figuraram como uma tentativa de fazer os seus leitores darem apoio às iniciativas públicas para a preservação da parte histórica do município. Também serviram para pressionar em diversos momentos a gestão municipal e as instâncias federais quando as tramitações pareciam andar a passos lentos pela burocracia.

Diversos títulos podem ser encontrados, sobretudo salientando a participação do Major Duarte, Fernando Coelho, Barreto Guimarães, Augusto da Silva Telles, dentre outros, vários deles apenas exaltando a vitória da ampliação do tombamento. Foram, portanto, determinantes no que conhecemos de Olinda atualmente, defendida em sua arquitetura e visibilidade à distância.

Os títulos recebidos eram esperados devido à sua história e arquitetura, pois já havia uma representação nacional construída em torno da sua memória, legitimada como cidade histórica, patrimônio da nação brasileira. Seu tombamento serviu de base para a formulação de diversas legislações órgãos de preservação locais para a promoção e manutenção da arquitetura civil e religiosa colonial da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De capital do estado de Pernambuco, centro político-administrativo a cidade dormitório, à mercê do desenvolvimento da indústria da Grande Recife, o Sítio Histórico de Olinda tornou-se patrimônio histórico, arquitetônico e artístico nacional percorrendo uma longa trajetória marcada por lutas simbólicas entre diferentes agentes da sociedade civil e do mundo político.

Apesar de seus significados estarem pautadas em conceitos simbólicos, construídos historicamente, entendemos que a formação de um passado é de extrema importância para a identidade de um povo. Impelidos por essa certeza, diversos agentes e intelectuais moveram ações públicas visando à proteção imediata do núcleo, cujos problemas poderiam levar ao desaparecimento da histórica cidade.

No entanto, essa é só uma das faces que encontramos ao analisar a história do processo de patrimonialização do sítio histórico de Olinda. A linha argumentativa de salvaguardar um acervo em vias de desaparecimento sempre foi a tônica de toda a história dos tombamentos no Brasil. De certo, a dinâmica política e a estabilidade governamental sempre tiveram influência sobre a preservação de bens históricos.

Percorremos ao longo deste trabalho uma narrativa que acreditamos ser de grande relevância para o debate historiográfico no que se refere aos interesses políticos públicos na área da cultura.

Quando abordamos a questão do patrimônio cultural nacional de Olinda tentamos responder à seguinte questão explicitada na introdução: quais foram os significados atribuídos ao Sítio Histórico de Olinda em seus sucessivos processos de preservação nacional (décadas de 1930, 1960 e 1980)?

No primeiro capítulo, abordamos a construção no Ocidente da prática de preservação, onde monumentos históricos tornaram-se patrimônio cultural com valor histórico e como essa sequência levou às ideias de nacionalismo presentes na sociedade moderna.

Como elementos de identidade e memória nacional, os patrimônios exerceram, desde sua concepção, forte relação com a existência de poder e influência política. Os patrimônios contribuíram para a união de indivíduos em um Estado. São elementos simbólicos que deveriam ser vistos, admirados e

preservados em respeito à coletividade nacional que estes patrimônios representavam.

O patrimônio tornara-se mais um elemento simbólico que em conjunto com idioma, território, hino, bandeira, entre outros, constituía o pertencimento ao país através da identificação com uma história comum, a narrativa original da construção da nação.

Na configuração onde é o Estado quem assume a função de proteger o bem cultural, são os agentes de Estado autorizados através de legislações específicas que realizam o papel intermediário de compreender a relevância do bem no passado, seus significados no presente e a herança que ele carrega para a sociedade a fim de preservá-lo.

Num primeiro momento, abordamos a construção da ideia de memória para um coletivo de indivíduos, abarcando suas lembranças vividas ou transmitidas entre as gerações, que tem seu norte em um acontecimento fundador, como uma extensão social da memória que é, antes, individual.

É no capítulo 1 que também salientamos a importância dessas discussões internacionais em torno do patrimônio que tiveram impactos imediatos no Brasil. Entre as décadas de 1920 e 1930, os agentes do Estado brasileiro elegeram o que seria esse acontecimento fundador da nossa nação: a colonização portuguesa no território, junto com a sua arquitetura barroca, costumes e práticas de expansão territorial através dos arruamentos irregulares.

Se por um lado existia um órgão estatal que regularia a preservação dos edifícios arquitetônicos do barroco português no país, eram em discussões internacionais que os arquitetos do patrimônio buscavam orientações para atuar nos tombamentos do país.

As ideias patrimoniais tomaram sua forma no Ocidente através de encontros e congressos de arquitetos promovidos em conjunto com a UNESCO. Desses encontros vieram cartas e compromissos internacionais acerca da preservação. Dois destes documentos foram de extrema relevância no cenário da preservação do Brasil: *Carta de Atenas*, *Carta de Nova Delhi* e *Carta de Veneza*.

Estas discussões com membros de diversos países tiveram ampla participação dos membros do Conselho Consultivo do IPHAN, sobretudo na gestão de Renato Soeiro, quando a UNESCO participou como agente de consultoria para a

legitimação pública internacional e nacional da herança histórica que constituía os pilares da nação brasileira.

Nesse sentido, abordamos no final deste primeiro capítulo, a história da cidade de Olinda à época do Brasil-colônia, e posteriormente entre o final do século XIX e começo do XX.

A divisão foi relevante para apresentarmos duas perspectivas importantes acerca da abordagem e marco temporal do trabalho. Apresentar a história da formação da área histórica da cidade de Olinda com seu traçado português, suas ruas, praças e edifícios mostram o quanto suas características casavam com a ideia de construção de nação que os intelectuais modernistas almejaram alcançar naquele momento da nossa história.

No segundo capítulo apresentamos como a política brasileira teve influência na história do patrimônio do Brasil. Através da participação dos intelectuais e agentes de diversas instituições culturais e políticas, desde o final do século XIX e começo dos XX com o advento do modernismo para tornar legítima a narrativa de fundação da nação brasileira.

Fato que foi se consolidando com o surgimento das Inspetorias Estaduais de Monumentos, com pioneirismo dos estados de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco e com a proposta de criação da Inspetoria de Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil, esta última de caráter federal.

Outro fato que determinou a consolidação da história do patrimônio do Brasil ocorreu durante o governo de Getúlio Vargas, uma vez que a preservação no país esteve sempre ligada à modernização do presente. O Governo Vargas marcado pela centralização do Estado nas decisões políticas, desenhado por golpes de Estado, revoltas, por uma nova CF e a instituição do Estado Novo.

Para ter êxito no controle também do campo cultural, criou diversas instituições, sendo o SPHAN, comandado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, a responsável pela política de preservação do patrimônio nacional.

A preservação dos bens culturais históricos e o patrimônio nacional já estavam sinalizados na nova CF de 1937, conforme apresentamos no capítulo 2. Essa que serviu de base para o decreto-lei nº 25, do mesmo ano, que definiu o tombamento como forma de proteção legal. Nesse sentido, os bens e edifícios de arquitetura barroca e religiosa foram sendo metodicamente inscritos nos Livros do Tombo.

No subtítulo 1.2 mostramos uma segunda face da política cultural do Brasil, com a ascensão de JK ao governo, período marcado por forte desenvolvimentismo com abertura do mercado nacional para empresas estrangeiras.

Na sequência passamos por nova onda de controle de estado, através da forte atuação do governo militar por duas décadas. Comprometido com o desenvolvimento industrial e econômico do país, bem como em relação à política de segurança interna pela 'ameaça comunista', o governo militar criou diversas empresas estatais que fortalecessem a economia e auxiliassem na segurança nacional.

Com a outorga de outra CF em 1967, o protecionismo sobre as propriedades nacionais se intensificou. O que aumentou a preservação do patrimônio edificado do país, sobretudo das cidades históricas mais antigas, como Olinda.

É no governo militar que há a mudança da diretoria da DPHAN de Rodrigo Andrade para Renato Soeiro. Sua função: preservar monumentos e cidades históricas. Soeiro já era o principal cotado para a direção neste momento da saída de Rodrigo Andrade, pois já atuava como intermediário entre a DPHAN e os organismos internacionais.

Ciente de que o patrimônio não poderia apenas ser oneroso aos cofres públicos, encabeçou a dinâmica de crescimento socioeconômico para a área de preservação. As discussões de arquitetos através dos braços da UNESCO, e com a intervenção da *Carta de Veneza* o levaram à atuação constante no tombamento dos conjuntos históricos do país e a integração internacional que Soeiro proporcionou a aliança entre o crescimento urbano com o advento do mercado de turismo e industrialização.

Para isso, se utilizou da descentralização do órgão, que agora começava a contar com a criação de órgão estaduais e municipais de preservação, que permitiu a criação do PCH para o Nordeste e em Pernambuco, da Fundarpe, com poder de proteção do patrimônio contido no estado, através do Sistema Estadual de Tombamento.

A integração entre o nacional e o internacional permitiu que a UNESCO, através da Missão guiada por Michel Parent, viesse a Pernambuco prestar consultoria sobre o patrimônio nacional e sua utilidade para fins turísticos. O que mudou drasticamente a imagem da DPHAN de impor o interesse no patrimônio pela negociação e conciliação dos interesses preservacionistas, mostrando que o

desenvolvimento e a proteção dos bens eram compatíveis com o desenvolvimento econômico.

A Missão UNESCO deixou um relatório com diversas diretrizes a serem seguidas para o tombamento do sítio histórico de Olinda, sobretudo no que se refere às novas construções e na questão do entorno dos bens, conforme plano de preservação francês.

No terceiro capítulo, portanto, abordamos os desdobramentos de todo esse cenário político e econômico do país na preservação do SHO. Iniciamos as discussões tratando da fase de tombamentos dos bens isolados nos anos 1930. Salvaguardados sob a prerrogativa de valor excepcional arquitetônico, estes tombamentos serviram para amenizar os impactos que poderiam ocorrer com o desenvolvimentismo acelerado e que poderiam fazer desaparecer de vez determinados edifícios históricos localizados entre o Carmo, Varadouro e Amparo. Esses tombamentos não objetivavam a intervenção ou utilização dos edifícios para nenhum fim, apenas para impedir que fossem destruídos.

O processo de industrialização dos governos de JK, Castelo Branco e Costa e Silva nos anos 1950-60 teve um impacto cada vez maior no estado de Pernambuco. Marcou um aumento populacional de trabalhadores de outras cidades que vinham para a capital objetivando conseguir empregos.

No entanto, houve poucas adaptações urbanas para este fim, causando problemas de ordem natural e social que já comprometia o traçado das edificações já tombadas. Mas é a construção do Complexo Rodoviário de Salgadinho e da Avenida Pan Nordestina que causa uma preocupação acentuada em relação à integralidade dos edifícios, se destacando, no começo dos anos 1960, a abertura do processo 674-T-62 da DPHAN, para o tombamento do Acervo Arquitetônico do Sítio Histórico de Olinda.

Além da definição de qual seria o traçado do polígono, no primeiro momento do tombamento do conjunto não houve maiores dificuldades que não fossem internas, da própria DPHAN e de seus arquitetos para o tombamento, realizado em 1968.

Nesta fase, a discussão girava em torno de quais edifícios mantinham suas características originais e o medo de que novas construções e restaurações de fachadas descaracterizassem por completo o acervo.

Em relação ao núcleo tombado de Olinda, os conflitos de interesse surgiram, de fato, na discussão para a ampliação do polígono do tombamento na década de 1970, onde a política municipal e federal esteve presente diante do IPHAN para obter o aumento da área preservada.

Período marcado por interesses políticos no município em modernizar a cidade. Para isso foram realizados pedidos à instância federal para obter financiamento do SERFHAU para proteger a parte tombada, e a elaboração dos PDLI e da Legislação Urbanística da cidade de Olinda.

A UNESCO é chamada como consultora nesse momento e acaba por sugerir o tombamento de toda a parte histórica que estivesse intacta. O PDLI ajudou a dar visibilidade sobre a área histórica o que acarretou numa maior especulação imobiliária, que fez a cidade passar por um processo de gentrificação. A nova população do Sítio Histórico, composta em sua maioria por intelectuais, artistas e políticos conseguiu fazer maior pressão sobre as medidas de proteção ao acervo.

Apesar de a Legislação Urbanística ter já ampliado parte da área tombada através da regulamentação que preservava a paisagem e trechos de ruas com o zoneamento do município, não contemplava a proibição de construções no entorno, comprometendo a visibilidade arquitetônica e paisagística do conjunto.

No final de 1976 é aprovada a extensão do tombamento e que só foi homologado em 1979, aumentando em mais de 8 km² em relação ao primeiro traçado. A demora desse segundo momento apenas foi aplacada pela presença de Aloísio Magalhães, um recifense, presidindo o IPHAN.

No último subtítulo deste trabalho tratamos de um processo paralelo desse ciclo da patrimonialização do sítio histórico que se encerra no início dos anos 1980. A sua transformação em cidade Monumento Nacional.

A inserção de diversos intelectuais e artistas na área histórica trouxe a preocupação sobre a subversão da cultura na área tombada, inclusive com a discussão sobre a possibilidade de tornar Olinda zona de segurança nacional, que possibilitaria ao Presidente da República indicar diretamente quem seria o prefeito sem possibilidade de eleição.

A discussão não foi adiante, pois seria necessária uma mudança na CF. Mas o major Luiz Vital Duarte, alinhado ao governo militar e crítico ferrenho das políticas adotadas pela municipalidade em relação à preservação do núcleo, prosseguiu com sua luta para que a cidade fosse transformada em Monumento Nacional.

O título foi obtido através da lei federal nº 6.863/1980, apresentada pelo Deputado Fernando Coelho e aprovada na Câmara dos Deputados. Fato que deu visibilidade à cidade no cenário nacional e mundial, ajudando-a obter dois anos depois o título de Patrimônio da Humanidade, pela UNESCO.

Acreditamos que esta dissertação não consegue responder a tantas lacunas e perguntas que surgem no desenvolver da pesquisa e nem é este o nosso objetivo. No entanto, a partir deste resumo das discussões em torno da patrimonialização do SHO podemos notar alguns aspectos fundamentais para que a cidade fosse considerada como herança da nação.

Acreditamos que a oficialização de uma cultura legítima parte de um objetivo maior de Estado de obter controle e proteção interna de seus membros. E que os patrimônios são integrantes desse objetivo dos Estados-nação.

A criação de órgãos do patrimônio são concentradas na figura do Estado, podendo ser utilizadas para os mais diferentes interesses da política de Estado, como foi a criação e campo de atuação do IPHAN.

No que concerne ao Sítio Histórico de Olinda, sua patrimonialização é parte de uma rede de interesses. Embora o órgão que concentra as ações seja o IPHAN, é no campo político que ele ganha legitimidade para atuar.

Se na fase do tombamento dos bens isolados e no tombamento do sítio em 1968, a dinâmica girou em torno do desaparecimento dos bens, com o protagonismo da DPHAN nas propostas diante do avanço da modernização, o pico da industrialização e da maior repressão do governo militar na década de 1970 com Médici e Geisel, trouxe novos interesses e protagonistas ao debate.

A partir da documentação apresentada vimos que a maior motivação para a ampliação do tombamento e da transformação em Monumento Nacional foi de interesse político em detrimento do social. Houve pouca participação efetiva dos moradores locais, que, nas documentações das Instituições e documentações pesquisadas tiveram nenhuma expressividade. As mudanças no SHO afetariam diretamente as moradias e abriria espaço para a especulação imobiliária e economia do turismo, fato primário de interesse do poder público.

Processo marcado por disputas simbólicas entre intelectuais, militares e políticos em Olinda, de um lado um grupo que almejava a proteção e valorização da área e de outro um grupo que gostaria de obter promoção turística e ampliação do

setor econômico, além do controle político da área, sob a prerrogativa de que por ser área estratégica, não poderia arriscar sua segurança com as ideias comunistas.

No entanto, ainda que com as questões que foram levantadas em torno do SHO, o objetivo de preservar os arruamentos e casarios, a delimitação de gabarito dos imóveis, a criação de legislação e planos municipais com zonas na parte histórica, na cidade alta e no entorno do núcleo cumpriram os objetivos primeiros do tombamento nacional, de salvaguardar o patrimônio histórico edificado.

Considerando o momento específico da nossa história política e a repressão cultural dos governos militares, acreditamos que garantir a preservação e uma ampliação tão notória no cenário nacional, sendo a maior do país, foi uma das poucas alternativas existentes para garantir, no período, que o SHO se mantivesse intacto e ganhasse novas funcionalidades para eventos, museus, hotéis e ateliês de cultura, bem como sua utilização para fins da indústria do turismo, parte importante no levantamento de recursos para manutenção dos edifícios e ruas.

Este momento da patrimonialização de Olinda deu base para seu reconhecimento como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, dando visibilidade e notoriedade turística, que possibilitou a captação de recursos para o município e a efetivação nos anos seguintes de novas estratégias para a preservação do núcleo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABANDONO ameaça os monumentos de Olinda. **Diário de Pernambuco**. 12 mar. 1972.

ABREU, Maurício de Almeida. **Sobre a memória das cidades**. Revista da Faculdade de Letras – Geografia I série, Vol. XIV, Porto, 1998, pp. 77-97.

ADAMS, Betina. **Preservação urbana: gestão e resgate de uma história/** Betina Adams. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

AHLERT. Alveri. **O neoliberalismo e as políticas educacionais no Brasil nas décadas de 1980 e 1990**. Horizonte, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, dez. 2005. p. 125.

ALVES, Élder Patrick Maia. **Diversidade Cultural, Patrimônio Cultural Material e Cultura Popular: a Unesco e a Construção de um Universalismo Global**. Revista Sociedade e Estado - Volume 25 Número 3 Setembro/Dezembro 2010.

AMARO Quintas acha que Olinda deve ser elevada a Monumento Nacional. **Diário de Pernambuco**. 17 abr. 1968.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. **Uma estratégia fatal – A cultura nas novas gestões urbanas**. In.: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 5. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

APLAUSOS da APL a Olinda: Monumento. **Diário de Pernambuco**. 02 nov. 1972

ÁREA Tombada. **Diário de Pernambuco**. 03 maio 1973.

ASSEMBLEIA Legislativa Aprova Voto de Aplausos ao Diretor do PHAN. **Diário de Pernambuco**. 23 abr. 1968

ATENAS, Carta de. Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações, 1931. **Cartas Patrimoniais**. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226/>>, acesso em 10 ago. 2017.

A UNESCO Ajuda. **Diário de Pernambuco**. 09 mar. 1972.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. **PCH: a preservação do patrimônio cultural e natural como política regional e urbana**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 237-256. jan.- abr. 2016.

_____. **Patrimônio Cultural e Natural como fator de desenvolvimento: a revolução silenciosa de Renato Soeiro, 1967-1979**. In.: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 35/ 2017. Org.: Andrey Rosenthal Schlee. ISSN 0102-2571.

BARRETO exulta com o tombamento de Olinda pelo Iphan. **Diário de Pernambuco**. 09 maio 1979.

BARRETO, Juliana Cunha. **De Montmartre nordestina a mercado persa de luxo: o Sítio Histórico de Olinda e a participação dos moradores na salvaguarda do patrimônio cultural/** Juliana Cunha Barreto. Recife: UFPE/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2008. Dissertação (Mestrado)

BARRETO, Juliana Cunha; LIRA, Flaviana. **Pesquisa Histórica Como Aporte Metodológico Na Atualização Da Legislação De Proteção Federal Do Sítio Histórico De Olinda – PE.** Textos para Discussão – Série 1: Gestão da Conservação Urbana: Olinda, 2009. ISSN: 1980-826

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Memória e Sociedade, Difel, 1989.

BRASIL. **Constituição** (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>, acesso em 30 set. 2017.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. **Percepção do intangível: entre genealogias e apropriações do patrimônio cultural imaterial /** Yussef Daibert Salomão de Campos. – Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013.

CANTARELLI, Rodrigo. **Contra a conspiração da ignorância com a maldade : a Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco /** Rodrigo Cantarelli, 2012.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios.** Bauru, SP: Edusc, 2005.

CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt; STIGLIANO, Beatriz Veroneze. **A viabilidade superestrutural do Patrimônio: Estudo do Museu da Língua Portuguesa.** *Online.* CULTUR, ano 04 - nº 01 - Janeiro/2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Rebeca%20Fersil/Downloads/Dialnet-AViabilidadeSuperestruturalDoPatrimonio-3239034.pdf>, acesso em 10 set. 2017, às 02:01.

CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos/** Regina Abreu, Mário Chagas (orgs.) – 2. Ed.- Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio /** Françoise Choay; tradução de Luciano Vieira Machado. 4ª ed. – São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

_____. **O patrimônio em questão: antologia para um combate/** Françoise Choay; tradução João Gabriel Alves Domingos. – Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940).**/ Márcia Regina Romeiro Chuva. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro; LAVINAS, Laís Villela. **O Programa de Cidades Históricas (PCH) no âmbito das políticas culturais dos anos 1970: cultura, planejamento e nacional desenvolvimentismo.** Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 75-98. jan.- abr. 2016.

PEDROSA, Patrícia Coelho. **Significância cultural como critério para conservação do patrimônio mundial.** / Patrícia Coelho Pedrosa. – Recife: O autor, 2011. Dissertação (Mestrado).

CRUZ, Eduardo Lucas de Vasconcelos. **A política externa brasileira no período 1964-1979: o papel do Itamaraty, das Forças Armadas e do Ministério da Fazenda** / Eduardo Lucas de Vasconcelos Cruz. – Franca : UNESP, 2009.

CUNHA, Edite de Penha; CUNHA, Eleonora Schettini M. Políticas públicas e sociais. In: CARVALHO, Alysson; SALES, Fátima (Org.). **Políticas públicas.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 11-25.

DELGADO, Luiz. **Proposição ao Conselho Estadual de Cultura.** Sala das Sessões do Conselho Estadual de Cultura, 18 de junho de 1974.

DUARTE, Luiz Vital. **MEC, nº 001549.** Setor de Comunicações, 25 set. 1972.

DUARTE, Luiz Vital. **Olinda na Formação da Nacionalidade.** Recife, Imprensa Universitária da UFRPE , Dois Irmãos, Recife – PE, 1976.

DUARTE, Fábio. JÚNIOR, Sérgio Czajkowski. **Cidade à venda: reflexões éticas sobre o marketing urbano.** Rio de Janeiro 41(2):273-82, Mar./Abr. 2007

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil.** Bóris Fausto, 2 ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

_____. **História do Brasil por Bóris Fausto – Regime Militar.** Áudio original. TV Escola/Polo de Imagens, Brasil, 2002. Duração 00:28:20.

FELICIO, Bruna da Cunha; FOSCHINI, Regina Célia; SALVADOR, Nemésio Neves Batista. **O Estatuto da Cidade e as funções social e ambiental da propriedade urbana.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIII, n. 82, nov 2010.

Disponível em:

<http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8601&revista_caderno=5>. Acesso em: 25 maio 2018.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60 – 2004.

FINDAS Obras de Defesa de Olinda. **Diário de Pernambuco.** 06 jan. 1967

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-Iphan, 2009.

FREIRE defende Olinda. **Diário de Pernambuco**. 11 jun 1976.

FUNDARPE. **Patrimônio de Pernambuco: materiais e imateriais**. Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), 2009.

GASPAR, Lúcia. **Bondes de Olinda**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2011. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. I, n. 2, 1988, p. 264-275.

GOMES, Camilla **Uma memória oficial em construção: do tombamento ao monumento nas ladeiras de Olinda (1966-1980)** / Camilla Gomes. – Recife, 2019. Dissertação (Mestrado).

_____. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. / José Reginaldo Santos Gonçalves. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: IPHAN, 1996.

GOUVEIA, Maria Alice Machado de. **Políticas de preservação do patrimônio (três experiências em confronto): Inglaterra, Estados Unidos e França**. In.: MICELI, Sérgio; GOUVEIA, M. A. M. Política Cultural Comparada. Rio de Janeiro: Funarte, 1985.

GUSMÃO, Fernanda Maria Buarque de. **Empoderamento e preservação do patrimônio cultural: o caso do programa de recuperação e revitalização de Núcleos Históricos: Projeto Piloto Olinda/PE, 1981-1989** / Fernanda Maria Buarque de Gusmão. –Recife: O Autor, 2011.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo** / François Hartog. –1. Ed.; 1. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. – (Coleção História e Historiografia)

HOBBSAWM, Eric J. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**/ Eric Hobsbawm, Terence Ranger, (organizadores); tradução de Celina Cardim Cavalcante. – 10ª ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2015.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 18.

IBGE. **Recenseamento Geral do Brazil (1920)**. Rio de Janeiro, 1929. Disponível em << <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv31687.pdf>>>, acesso em 12 jan. 2019.

IPHAN eleva em 5 vezes a área tombada de Olinda. **Jornal do Brasil**. 08 maio 1979a.

_____. fiscaliza novas construções. **Jornal do Comércio**. 13 maio 1979b.

_____. **Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. 4. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.

_____. **Programa de Gestão Documental do IPHAN/** [Org. Francisca Helena Barbosa Lima e Zulmira Canário Pope]. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2008.

_____. **Olinda: Igreja da Sé**. Encarte Rotas do Patrimônio. IPHAN/Ministério da Cultura, 2018. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/6_rota_patrimonio_igreja_da_se_olinda_pe.pdf>, acesso em 18 jan. 2019.

JORGE, Vítor Oliveira. **Conservar para quê?**. 8ª Mesa-redonda de Primavera. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Coord. Vítor Oliveira Jorge, 2005.

LEAL, Cláudia Feierabend Baeta. (organização e texto). **As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent**. [tradução de Rejane Maria Lobo Vieira];. – Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

_____. **Patrimônio e desenvolvimento: as políticas de patrimônio cultural nos anos 1960**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Série. V.24. n.1. p. 99-136. Jan-abr. 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios)

LIMA, Josué de Oliveira. In.: Cidade Monumento. **A República**, 22 dez. 1972.

LOURÉS-SEOANE, Maria Luisa. **Centro histórico e investigación urbana en América Latina**. *Online*. América Latina, Hoy, a.º 15, 2009: Disponível em: <<http://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/view/2066>>, acesso em 08 jul. 2017.

MAGALHÃES, Aloísio. **Notificação nº 1.155 – Comunicação de Tombamento para o Prefeito Germano Coelho**. Rio de Janeiro, 01 jun. 1979.

_____. **Proposta de Inscrição na Lista do Patrimônio Mundial Apresentada pelo Brasil**. Secretaria de Cultura, 18 dez. 1981.

MACIEL quer Olinda Monumento Nacional. **Diário de Pernambuco**. 23 nov. 1980.

MARCOS alerta do Senado para drama que Olinda vive. **Diário de Pernambuco**. 12 jun. 1976.

MARCOS Freire assegura que Olinda poderá desaparecer. **Diário de Pernambuco**. 12 jun. 1976

MEC amplia área tombada da cidade de Olinda. **Diário de Pernambuco**. 09 maio 1979.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Brasil holandês (1630-1654)**. Evaldo Cabral de Mello (org.) - São Paulo : Penguin Classics, 2010.

MENEZES, José Luiz Mota. **Relatório sobre a paisagem urbana de Olinda para o Conselho Estadual de Cultura**. Recife, 29 abr. 1975.

_____. **Olinda: evolução urbana**. In: CARITA, H.; ARAUJO, R. (Coord.) Coleção de estudos universo urbanístico português – 1415-1822. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

MONUMENTO Nacional. **Jornal do Comércio**. 30 nov. 1972.

MONUMENTO. **Diário de Pernambuco**. 11 jun. 1976.

NASCIMENTO, Eliane Maria Vasconcelos do. **Olinda: uma leitura histórica e psicanalítica da memória sobre a cidade/** Eliane Maria Vasconcelos do Nascimento. Salvador, 2008. Tese (Doutorado).

NASCIMENTO, Flávia Brito do. **Patrimônio Cultural e escrita da história: a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980**. Anais do Museu Paulista. v. 24. n.3. set.-dez. 2016.

NATAL, Caion Meneguello. **Ouro Preto : a construção de uma cidade histórica, 1891-1933** / Caion Meneguello Natal. - - Campinas, SP: [s.n.], 2007.

NEVES, Cláudia. CHAVES, Jefferson. GILIOLI, Renato. **Políticas culturais no Brasil e na França: elementos para uma análise comparada**. Consultoria Legislativa, estudo, jun- 2015.

NORMAS DE QUITO. **Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse Histórico e Artístico – O.E.A. – Organização dos Estados Americanos**, nov/dez, 1967.

Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226/>>, acesso em 10 ago. 2017.

OLINDA Histórica é vitória de Barreto. **Jornal do Comércio**. 12 abr. 1968a

OLINDA Monumento Nacional. **Correio da Manhã**. 24 abr. 1968b

OLINDA. **Jornal do Comércio**. 06 dez. 1972a

OLINDA será agora monumento nacional. **Diário de Pernambuco**. 05 set. 1972b

OLINDA vai ser transformada em cidade-monumento. **Diário de Pernambuco**. 02 out. 1972c.

OLINDA Monumental. **Diário de Pernambuco**. 04 jan. 1973.

OLINDA. **Diário de Pernambuco**. 09 maio 1979a.

OLINDA: a maior área tombada do País. **Diário de Pernambuco**. 12 maio 1979b.

OLINDA aumenta em cinco vezes seu patrimônio. **Jornal do Comércio**. 09 maio 1979c.

OLINDA restaurada. **Diário de Pernambuco**. 09 maio 1979d.

OLINDA tombada. **Jornal do Comércio**. 11 maio 1979e.

OLINDA. **Plano de Gestão do Sítio Histórico de Olinda**. Documento para Debate. Olinda, março de 2016.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é Patrimônio: Um guia**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2008. *E-book*.

O PATRIMÔNIO: legado do passado ao futuro. Fundação da Organização das Cidades Patrimônio Mundial. Disponível em <<<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>>>, acesso em 08 out. 2018.

OURO PRETO e Olinda. **Jornal do Comércio**. 08 dez. 1972.

PATRIMÔNIO Histórico Nacional Determina Tombamento da Parte Alta de Olinda. **Diário de Pernambuco**. 14 abr. 1968a

PATRIMÔNIO Delimita Polígono Histórico de Olinda. **Jornal do Comércio**. 14 abr. 1968b

PEDROSA, Patrícia Coelho. **Significância Cultural como critério para a conservação do patrimônio mundial**. / Patrícia Coelho Pedrosa. – Recife: o autor, 2011.

PIERANTI, Octavio Penna.; CARDOSO, Fabio dos Santos.; SILVA, Luis Henrique Rodrigues da. **Reflexões acerca da política de segurança nacional: alternativas em face das mudanças no Estado**. RAP, Rio de Janeiro 41(1) : 29-48, Jan./Fev. 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v41n1/03.pdf>>, acesso em 30/11/2018.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricas, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PONTUAL, Virgínia. MILET, Vera. **Olinda: Memória e Esquecimento**. Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. Textos para Discussão – série Identificação do Patrimônio Cultural. – Olinda, 2007.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, século XVIII-XXI: do monumento aos valores**/ trad.: Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

_____. **Museu e Museologia**. Trad. Guilherme João Freitas de Teixeira. E-book Kindle. Autêntica Editora, 2013.

PREFEITO quer o tombamento de Olinda. **O Globo**. 07 set. 1972.

PRESERVAÇÃO de Olinda. **Jornal do Comércio**. 03 out. 1973

RICŒR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. / Paul Ricœur – tradução: Alain François [et al.]. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem** / Alois Riegl; tradução Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel. – I. ed. – São Paulo: Perspectiva, 2014.

SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento : a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990**. Salvador : IPHAN, Ministério da Cultura, Governo Federal Brasil : Oiti, 2015. 454 páginas.

_____. **A herança do PCH: balanço crítico e desdobramentos 40 anos depois**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 59-74. jan.- abr. 2016.

SANTOS, Paulo Ferreira. **Tombada a Cidade de Olinda**. Processo 674-T-62, DPHAN, abril, 1968.

SANTOS, Diego Gomes dos. **Patrimônio: herança ou interesses? Um estudo sobre a política cultural aplicada ao patrimônio cultural de Pernambuco (1979-2010)**/ Diego Gomes dos Santos. – Recife, 2015. (dissertação)

SANTOS JÚNIOR, Valdeci dos. **A influência das Cartas Internacionais sobre as Leis Nacionais de Proteção ao Patrimônio Histórico e Pré-Histórico e estratégias de preservação dos Sítios Arqueológicos Brasileiros**. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. V. 06. N. 13, dez.2004/jan.2005.

SENA, Tatiana da Costa. **Relíquias da nação: a proteção de coleções e acervos no patrimônio (1937-1979)** / Tatiana da Costa Sena. – 2011.

SENADOR aplaude diretor do Iphan por tombar Olinda. **Diário de Pernambuco**. 05 maio 1979.

SILÊNCIO do Patrimônio. **Diário de Pernambuco**. 11 jun. 1976.

SILVA, Maria Beatriz Setúbal de Rezende. **Preservação na gestão das cidades**. Revista do Patrimônio, 24:165-174. Rio de Janeiro: Iphan, 1996.

SILVA, Roberto Sabino da. **Litígios patrimoniais: as disputas pela representação do patrimônio nacional (1967-1984)**/ Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro, 2012.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades** / Maria Cristina Rocha Simão. 1. Ed. 1. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SMITH, Laurajane. **Uses of Heritage**. New York: Routledge, 2006. *Online*. Disponível em < <https://rbb85.files.wordpress.com/2015/11/laurajane-smith-uses-of-heritage.pdf>>, acesso em 12 set. 2017, 23:42.

SOEIRO, Renato. **Informação 2**. MEC-DAC, 04 set. 1972a.

_____. **Encaminhamento ao Ministro**. MEC-DAC, 06 dez. 1972b.

SOLIDARIEDADE. **Jornal do Commercio**. 28 out. 1972.

SOUZA, Fernando Guerra de. **As duas faces de um mesmo monumento – A igreja e o convento do Carmo em Olinda – Pernambuco**/ Fernando Guerra de Souza – Recife: o autor, 2007.

SOUZA, Roberto Silva de. **Território municipal de Olinda (PE): parcelamento do solo e diversidade dos espaços urbanos na região metropolitana do Recife** / Roberto Silva de Souza. – Recife: O autor, 2011.

TÉCNICOS da UNESCO dizem que Olinda deve ser declarada monumento nacional. **Diário de Pernambuco**. 02 ago. 1972.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. **Informação nº 186**. Nota para expediente ao sr. Ministro da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 30 ago. 1972.

_____. **Centros históricos: notas sobre a política brasileira de preservação**. Revista do IPHAN, Brasília: IPHAN, n. 19, p. 29-32, 1984.

_____. **Atlas dos Monumentos históricos e artísticos do Brasil**. 3. ed. Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2008.

TOMBAMENTO de Olinda. **Jornal do Comércio**. 23 nov. 1972

TOMBAMENTO. **Jornal do Comércio**. 09 maio 1979.

UBIRATAN Afirma que Promove restauração de Monumentos. **Diário de Pernambuco**. 03 ago. 1972.

UM GRANDE Título. **Diário de Pernambuco**. 27 nov. 1980.

UNESCO faz a defesa da cidade de Olinda. **Diário de Pernambuco**. 17 set. 1972.

_____. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris, 17 de outubro a 21 de novembro de 1972.

VAINSENER, Semira Adler. **Sé de Olinda, Pernambuco**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2003. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>>. Acesso em: 17 out 2018.

VENEZA, Carta de. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos – ICOMOS, 1964. **Cartas Patrimoniais**. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>, acesso em 10 ago. 2017.

ZANCHETI, Sílvia Mendes. LACERDA, Norma. **Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos**/ Norma Lacerda e Sílvia Mendes Zancheti / Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012.

APÊNDICE A – DIVISÃO DOS SETORES DA ÁREA HISTÓRICA DE OLINDA NA LEGISLAÇÃO BÁSICA URBANÍSTICA DO MUNICÍPIO

| Setores | Função |
|----------------|---|
| S – 02 | Onde não há limite de gabarito, área de mangues, com pequenos trechos construídos, delimitado pelo ramal oeste PE-01, do Complexo de Salgadinho, Rio Beberibe, Avenida Antônio da Costa Azevedo e Avenida Presidente Kennedy; |
| S – 04 | Sem limite de gabarito; |
| S – 05 | Onde se admite no máximo quatro pavimentos e compreende a área do Complexo de Salgadinho, até o litoral a oeste e no norte a Avenida Presidente Kennedy até o antigo Varadouro das Galeotas. |
| S – 06 | Compreendendo o Centro Histórico e Acervo Cultural do Município (setor que envolvia o tombamento do IPHAN); |
| S – 09 | Compreendendo parte do Bairro Novo, zona litorânea, sem limite de gabarito. |

ANEXO A – ÁREAS HISTÓRICAS E ARRUAMENTOS DA PROPOSTA DE TOMBAMENTO (1966)



ANEXO B – NOTIFICAÇÃO 1004, 21 DE MARÇO DE 1968

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Notificação nº 1004

21 de março de 1968.

Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Dr. Benjamin de Aguiar Machado - Prefeito Municipal de Olinda, PE

Senhor Prefeito:

Para os fins estabelecidos no Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, notifico a V. Sª. que foi determinada a inscrição nos Livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a que se refere o artigo 4 do mesmo diploma legal, do seguinte conjunto arquitetônico compreendido na área delimitada pelo seguinte perímetro, na cidade de Olinda, PE:

partindo-se da orla marítima, pelas ruas Santos Dumont e Joaquim Nabuco até encontrar o prolongamento do rumo que passa pelas igrejas de Nossa Senhora do Monte e São João Batista, por esse rumo, seguindo-se até a citada igreja do Monte; daí por um segundo rumo, passando-se pelo Farol até a orla marítima; por essa orla marítima, até o início da Rua Santos Dumont, por onde se principiou.

Serão Foram inscritos, dentro desse perímetro, com destaque, os conjuntos urbanísticos e arquitetônicos das ruas 13 de Maio, Amparo e Bernardo Vieira de Melo.

a serem Nas demais áreas e arruamentos, ficará a inscrição feita, como extensão dos tombamentos dos vários monumentos já tombados, e principalmente, além dos arruamentos referidos, das igrejas de Nossa Senhora do Carmo, de São João Batista, da Misericórdia, da Conceição, de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, do Amparo, do Monte, do Convento de Nossa Senhora das Neves, da antiga residência dos jesuitas e da igreja de Nossa Senhora das Graças, do Mosteiro de São Bento, do antigo Palácio dos Bispos, do antigo

Aljube, atual Museu de Arte Contemporânea, e da casa do Pátio de São Paulo.

Essa preservação se refere, principalmente, à manutenção de gabarito e do caráter plástico das edificações - frontespícios e telhados de telhas antigas (procurando-se, com o tempo, alterar as novas edificações), e à preservação da vegetação, pública e particular, com a fixação da densidade máxima de 20%, com vistas aos seus terrenos e limitada a um único pavimento para as novas construções. A única exceção será na área plana do litoral, onde não haverá limite de densidade mas, tão somente limite de gabarito de dois pavimentos.

Solicitando-lhe o obséquio de acusar recebimento da presente notificação e, bem assim, anuir a êsse tombamento, apresento a V. S^a. os protestos do meu elevado apreço.

Renato Sociro
Diretor do PHAN

Ao Senhor
Doutor Benjamim de Aguiar Machado
Prefeito Municipal
Olinda - PE
atr.esg.

ANEXO C – INSCRIÇÃO NOS LIVROS DO TOMBO 1, 2 e 3 DO IPHAN

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

28/06
 32

CÓPIA AUTÊNTICA

Recebi a notificação nº 1004, referente ao tombamento do conjunto urbanístico, paisagístico e arquitetônico de Olinda-PE, e fico ciente desse tombamento.

Olinda, 12 de abril de 1968.

a) Benjamim de Aguiar Machado
 Prefeito

À vista da ciência do Sr. Prefeito Municipal de Olinda, inscreva-se nos Livros do Tombo nºs. 1, 2 e 3.

Em 19.4.1968.

a) Renato de Azevedo Duarte Soeiro
 Diretor

Inscrito:

Sob o nº 44, fls. 11, Livro do Tombo nº 1;
 " " " 412, " 66, " " " " 2;
 " " " 487, " 88, " " " " 3.

Em 19.IV.1968.

a) Judith Martins
 Chefe da SH.

CONFERE COM O ORIGINAL

Eliete da Silva Gastão

Eliete da Silva Gastão
 Oficial de Administração, nível 12.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

VISTO

R. Soeiro
 DIRETOR

DIRETOR

~~VISTO~~
 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

/esg.-

ANEXO D - TELLES SOBRE O PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

MEC-IPHAN

10
5/5
35

Informação nº 261 Assunto: Plano de Desenvolvimento local Integrado de Olinda Olinda -PE.

Senhor Diretor:

1 - Estive em Olinda, em companhia do Sr. Chefe do 1º Distrito para assistir ao segundo e último seminário sobre o plano de desenvolvimento local integrado que a prefeitura olindense encomendou sob o financiamento do SERFHAU. Presentes várias autoridades locais e estaduais, os responsáveis técnicos do plano discorreram, apresentando, sinteticamente, os principais itens do referido planejamento.

2 - No que se refere à área de preservação do núcleo urbano tombado o trabalho foi feito pelo Arquiteto Paulo Orlando de Azevedo - elementos principais apresentados em anexo -, constando de medidas, normas e proposição de atos que, julgo, atenderão suficientemente à referida proteção especial. Define área de preservação rigorosa, áreas "non aedificandi", áreas com restrições para construção, e áreas de preservação vegetal rigorosa. Prevê, igualmente, no plano plurianual, verbas substanciais para a desapropriação da área do antigo Jardim Botânico e para as primeiras medidas tendentes à sua valorização, e para a constituição da Fundação para a Preservação e Valorização de Olinda, igualmente proposta no referido plano.

3 - No final do Seminário, quando nos foi dada a palavra, agradei e louvei, em nome do Diretor do IPHAN, a iniciativa da Prefeitura de Olinda de contratar um plano diretor que atendesse, com ênfase, à preservação do núcleo tombado, além de programar e estudar o desenvolvimento orgânico do município, em suas diferentes atividades. Reclamei, no entanto, que não houvesse sido previsto, no plano, o levantamento cadastral arquitetônico, com indicação de esquemas de plantas e elevações das edificações existentes e, bem assim de seu estado e das obras necessárias à conservação e valorização dos edifícios de interesse arquitetônico ou histórico, ou, então, das medidas a serem empreendidas para ajuste ou camuflagem, quanto ao aspeto paisagístico do núcleo urbano.

4 - Quanto aos demais assuntos do expediente do Arq. Paulo O. de Azevedo, informarei a parte.

Rio, 20/XI/72

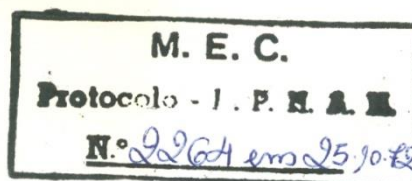
Augusto da Silva Telles
Arquiteto

**ANEXO E - COMUNICADO DE AYRTON CARVALHO A RENATO SOEIRO
SOBRE MATÉRIA DO DIÁRIO DE PERNAMBUCO**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - 1.º Distrito

45
J.G.
em 25-X-72
R



Ofício N.º 105/72/P

Do Chefe do 1.º Distrito do IPHAN

Ao Senhor Diretor Geral do IPHAN

Assunto Remete recorte de jornal

Recife, Pernambuco

Em 16 outubro 1972

Senhor Diretor:

Apraz-me passar às mãos de Vossa Senhoria recorte do Diário de Pernambuco, edição de 3 do corrente, onde se lê colaboração da autoria de Maria Luiza Rolim, a respeito do tombamento de OLINDA, Pe.

2. O texto se firma, em grande parte, em declarações do Major Luiz Vital Duarte, que é o presidente da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição dos Militares, Recife, referindo-se, em várias partes à ação deste 1.º Distrito, sem, todavia, destacar o que se tem feito, com enorme sacrifício e sem compreensão de certas autoridades, em favor da preservação do patrimônio artístico-cultural daquela cidade.

Sem outro assunto, no momento, sirvo-me do ensejo para apresentar a Vossa Senhoria cordiais e respeitosos cumprimentos.

AYRTON DE ALMEIDA CARVALHO
Chefe do 1.º Distrito do IPHAN

Ao Ilustre Senhor
Doutor RENATO AZEVEDO DUARTE SOEIRO
Digno Diretor Geral do IPHAN
Rio de Janeiro - Gb.
.../mla.

ANEXO F – COMUNICAÇÃO DE SOEIRO AO MINISTRO JARBAS PASSARINHO
REFERENTE À ATUAÇÃO DE DUARTE

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Departamento de Assuntos Culturais

Senhor Ministro.

1. O Major Luiz Vital Duarte, Membro do Instituto Histórico de Olinda e do Conselho de Curadores da Fundação Universitária de Olinda, encaminha, em diferentes expedientes endereçados ao Senhor Presidente da República, Processo MEC 001549, e ao Senhor Ministro da Educação e Cultura, Processos MEC 001739, 001571, 001986, 007148, Inclusive Retemec 12 BR 376 e 001814, pedido para ser a cidade de Olinda transformada em Monumento Nacional.

2. Em longos relatórios acompanhados de artigos da imprensa, procura demonstrar que os conjuntos de valor histórico e artístico correm risco quanto à sua integridade, uma vez que as administrações municipais, de um modo geral, agem arbitrariamente em função de interesses políticos e que só na condição de Monumento Nacional ficariam devidamente protegidos, "com a prerrogativa de ter na chefia do Executivo um administrador da confiança do Chefe da Nação".

3. O núcleo histórico de Olinda foi inscrito nos Livros do Tombo criados pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, em 19 de abril de 1968, após notificação e anuência do Sr. Prefeito Municipal.

4. A despeito dessa inscrição, que estabeleceu regime especial de proteção àquele núcleo, julgamos cabível e de interesse a sua transformação em Monumento Nacional, à feição do que ocorreu em Ouro Preto e Mariana - Minas Gerais; Alcântara, no Maranhão; Cachoeira, na Bahia; Porto Calvo, em Alagoas; e o Município de Parati, no Rio de Janeiro.

Tal decreto dará maior ênfase e responsabilidade às autoridades municipais e estaduais, na preservação do acervo urbano, sem que entretanto esta medida possibilite nomeação de Prefeito local. Para tanto, terá que ser alterada a Constituição do Bra

Departamento de Assuntos Culturais

2

sil, em seu Art. 15 § 19, acrescentando-se aos casos ali previstos estâncias hidro-minerais e zonas de segurança nacional - as cidades- Monumento Nacional ou equiparando-se estas cidades às áreas consideradas de defesa nacional.

5. Nesse sentido, o Conselho Federal de Cultura, por solicitação do IPHAN, elaborou e encaminhou às autoridades superiores anteprojeto de Lei, sobre o qual já opinou aquele Instituto, a pedido do Ministério da Justiça.

6. Medida concreta para a defesa efetiva desse conjunto foi a providência da administração municipal de Olinda sobre a organização de um plano de desenvolvimento local integrado, financiado pelo SERPHAU, órgão do Ministério do Interior, já em fase final de redação, e precedida de um seminário técnico sobre o assunto, do qual participou o representante deste Departamento, arquiteto Augusto da Silva Telles. De acordo com a informação desse técnico, o referido plano prevê a preservação adequada da área de valor histórico, atende à defesa conveniente da paisagem do conjunto urbanístico e arquitetônico tradicional, assegurando-lhe sua de vida ambientação.

Em síntese:

a) o pedido para transformação da cidade de Olinda, cujo núcleo histórico já está tombado, em cidade-Monumento Nacional, é medida justificável e de interesse para a sua preservação ;

b) a aprovação do Prefeito local pelo Presidente da República, exige a alteração do § 19 do Art. 15 da Constituição do Brasil, equiparando-se as cidades-Monumento Nacional às zonas de segurança nacional, ou acrescentando-se no mesmo artigo nova condição de Município a ser beneficiado com aquela medida;

c) o plano diretor de Olinda, financiado pelo SERPHAU, é medida acertada e acauteladora do desenvolvimento policiado no Núcleo tombado de Olinda.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1972

Renato Soeiro
Diretor

~~43~~ 43

Departamento de Assuntos Culturais

3

Documentos Anexos

- 1) Requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República por Luiz Vital Duarte protocolo 5929/GM;
- 2) Cópia do editorial publicado 8.8.72, no Diário de Pernambuco, sob o título "Olinda e o desenvolvimento";
- 3) Cópia do editorial publicado no Jornal do Comercio, em 31.8.72, sob o título " Crise Emedebista em Olinda";
- 4) Cópia do editorial publicado, em 6.9.72, no Jornal do Comercio, sob o título "Urgência para Olinda";
- 5) Expediente encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura por Luiz Vital Duarte - Protocolo 6055 - GM;
- 6) Expediente encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura por Luiz Vital Duarte, em 10.10.72, -BR/SEPAR 13394, de 19.10.72;
- 7) Expediente encaminhado por Luiz Vital Duarte ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura em 19.10.72 - -BR/SEPAR - 13795, de 3.11.72;
- 8) Expediente encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro pela Fundação Universitária de Olinda - Protocolo 7148/GM
- 9) Editorial do Jornal do Comercio publicado em 2.11.72, sob o título "Transformação de Olinda em Monumento Nacional" - Protocolo DAC-1914 de 17.11.72;
- 10) Expediente encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura, pela Irmandade de Nossa Senhora da Conceição dos Militares - Protocolo 7319/GM;

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1972

PN/JM

Renato Soeiro
Diretor

ANEXO G – PROPOSIÇÃO DE EXTENSÃO DO TOMBAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA (1975)



ANEXO H – PROJETO DE LEI PARA EMANCIPAÇÃO CULTURAL DE OLINDA

